



Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores

Diário da Sessão

X Legislatura

Número: 72

III Sessão Legislativa

Horta, terça-feira, 09 de setembro de 2014

Presidente: *Deputada Ana Luís*

Secretários: *Deputada Bárbara Chaves e Deputado Valdemiro Vasconcelos*

SUMÁRIO

Os trabalhos tiveram início às 10 horas e 06 minutos.

Após a chamada dos Srs. Deputados, passou-se para o Período de Tratamento de Assuntos Políticos, onde foram apresentados vários Votos:

- [Voto de Congratulação pela passagem de 450 anos da fundação da freguesia das Lajes na ilha Terceira.](#)

Feita a apresentação pelo Sr. Deputado Félix Rodrigues (*CDS-PP*), usou da palavra a Sra. Deputada Judite Parreira (*PSD*) e o Sr. Deputado Berto Messias (*PS*).

Submetido à votação, o mesmo foi aprovado por unanimidade;

- [Voto de Congratulação ao Atleta Gonçalo Rodrigues pela conquista do título Europeu de Juniores de 2014.](#)

Após a apresentação do voto pelo Sr. Deputado Ricardo Cabral (*PS*), o mesmo foi aprovado por unanimidade;

- [Voto de Congratulação a Gonçalo Rodrigues pelo feito notável da conquista do título de campeão europeu de juniores em Jet Ski.](#)

O voto supracitado foi aprovado por unanimidade, após ter sido apresentado pelo Sr. Deputado Cláudio Almeida (*PSD*);

- [Voto de Congratulação pela brilhante conquista do 3.º lugar no Campeonato da Europa de Jet Ski de Rita Sousa.](#)

Feita a apresentação pela Sra. Deputada Judite Parreira (*PSD*), usou da palavra o Sr. Deputado Ricardo Cabral (*PS*), tendo o mesmo sido aprovado por unanimidade;

- **Voto de Congratulação pela brilhante prestação de Patrícia Maciel na conquista do Campeonato da Europa de Ténis de Mesa de juniores, na variante de pares femininos.**

Tendo sido apresentado pela Sra. Deputada Judite Parreira (*PSD*), usou da palavra o Sr. Deputado Berto Messias (*PS*).

Submetido à votação, o mesmo foi aprovado por unanimidade;

- **Voto de Protesto pela política fundamentalista de saúde aplicada pelo Governo Regional do Partido Socialista.**

O voto supracitado foi rejeitado por maioria, após ter sido apresentado pelo Sr. Deputado Artur Lima (*CDS-PP*) e de terem usado da palavra os Srs. Deputados Aníbal Pires (*PCP*), Luís Maurício (*PSD*), José San-Bento (*PS*), Paulo Estêvão (*PPM*) e a Sra. Deputada Zuraida Soares (*BE*).

- **Voto de Protesto pela opção (completamente incongruente e incompreensível), por parte da Direção Regional do Ambiente, em não realizar o Encontro Mundial de Reservas da Biosfera em nenhuma das ilhas que ostentam este galardão.**

Tendo sido apresentado pela Sra. Deputada Zuraida Soares (*BE*), usaram da palavra os Srs. Deputados Artur Lima (*CDS-PP*), Paulo Estêvão (*PPM*), Bruno Belo (*PSD*), Aníbal Pires (*PCP*) e a Sra. Deputada Marta Couto (*PS*).

Submetido à votação, foi rejeitado por maioria;

- **Voto de Protesto relativo ao serviço que a SATA tem prestado nas ligações aéreas aos Estados Unidos e Canadá.**

Feita a apresentação pelo Sr. Deputado Jorge Macedo (*PSD*), o mesmo foi rejeitado por maioria após as intervenções dos Srs. Deputados Aníbal Pires (*PCP*), Francisco César (*PS*), Paulo Estêvão (*PPM*) e da Sra. Deputada Zuraida Soares (*BE*).

- **Voto de Pesar pelo falecimento do antigo Deputado Luís Manuel Borges Bettencourt.**

Após a apresentação do voto pela Sra. Deputada Judite Parreira (*PSD*), usou da palavra para intervir o Sr. Deputado Berto Messias (*PS*).

Colocado à votação o mesmo foi aprovado por unanimidade;

- **Voto de Pesar pelo falecimento do comendador Fernando Garcia.**

O voto supracitado foi aprovado por unanimidade, após ter sido apresentado pelo Sr. Deputado José Andrade (*PSD*) e de ter usado da palavra o Sr. Deputado Pedro Moura (*PS*).

Antes de entrar na Agenda da Reunião, o Sr. Secretário Regional do Turismo e Transportes (*Vítor Fraga*) fez uma comunicação do Governo.

Para tal usaram posteriormente da palavra os Srs. Deputados Aníbal Pires (*PCP*), Jorge Macedo (*PSD*), Francisco César (*PS*), Artur Lima (*CDS-PP*), Paulo Estêvão (*PPM*) e a Sra. Deputada Zuraida Soares (*BE*).

De seguida, passou-se à **Agenda da Reunião**.

- **Proposta de Decreto Legislativo Regional n.º 34/X – “Aprova o quadro plurianual de programação orçamental para o período de 2015 a 2018”**, apresentada pelo Sr. Vice-Presidente do Governo Regional (*Sérgio Ávila*).

Após a apresentação do diploma, usaram da palavra os Srs. Deputados Félix Rodrigues (*CDS-PP*), Aníbal Pires (*PCP*), Paulo Estêvão (*PPM*), Jorge Macedo (*PSD*), Rogério Veiros (*PS*) e a Sra. Deputada Zuraida Soares (*BE*).

Submetido o diploma à votação, o mesmo foi aprovado por maioria.

- **Projeto de Resolução n.º 67/X – “Pedido dos Açores como membro associado da UNESCO”**, apresentado pela Representação Parlamentar do PPM.

Tendo o diploma sido apresentado pelo Sr. Deputado Paulo Estêvão, participaram no debate os Srs. Deputados Aníbal Pires (*PCP*), António Ventura (*PSD*), Artur Lima (*CDS-PP*), José Andrade (*PSD*), Berto Messias (*PS*), Jorge Costa Pereira (*PSD*), José San-Bento (*PS*), as Sras. Deputadas Zuraida Soares (*BE*), Cláudia Cardoso (*PS*) e ainda a Sra. Secretária Regional Adjunta da Presidência para os Assuntos Parlamentares (*Isabel Almeida Rodrigues*).

Pediu a palavra para realizar um protesto o Sr. Deputado Aníbal Pires (*PCP*), tendo o Sr. Deputado Paulo Estêvão (*PPM*) usado da palavra para contra protestar.

Colocado à votação o diploma foi rejeitado por maioria.

Após a votação, o Sr. Deputado Paulo Estêvão (*PPM*) pediu a palavra para uma declaração de voto.

- **Projeto de Resolução n.º 71/X – “Diversificação tarifária e promoção de tarifários sociais da eletricidade”**, apresentado pela Representação Parlamentar do BE.

Após a apresentação do diploma pela Sra. Deputada Zuraida Soares, participaram no debate os Srs. Deputados Félix Rodrigues (*CDS-PP*), Jorge Macedo (*PSD*), Aníbal Pires (*PCP*), a Sra. Deputada Marta Couto (*PS*) e ainda o Sr. Secretário Regional do Turismo e Transportes (*Vítor Fraga*).

Submetido à votação, o diploma foi aprovado por unanimidade.

Os trabalhos terminaram às 19 horas e 25 minutos.

Presidente: Bom dia a todos.

Vamos dar início à nossa terceira sessão legislativa. Desejo-vos a todos um bom trabalho e peço também ao Sr. Secretário o favor de fazer a chamada.

(Eram 10 horas e 06 minutos)

Procedeu-se à chamada à qual responderam os/as seguintes Deputados/as:

Partido Socialista (PS)

Ana Luísa Pereira Luís

André Cláudio Gambão Rodrigues

André Jorge Dionísio **Bradford**
António Gonçalves Toste **Parreira**
Bárbara Pereira Torres de Medeiros **Chaves**
Benilde Maria Soares Cordeiro de **Oliveira**
Berto José Branco **Messias**
Catarina Paula **Moniz Furtado**
Cláudia Alexandra Coelho **Cardoso** Meneses da Costa
Duarte Manuel Braga **Moreira**
Francisco Manuel **Coelho** Lopes Cabral
Francisco Miguel Vital Gomes do Vale **César**
Iasalde Fraga **Nunes**
José António Vieira da Silva **Contente**
José Carlos Gomes **San-Bento** de Sousa
José Manuel Gregório de **Ávila**
Lizuarte Manuel **Machado**
Lúcio Manuel da Silva **Rodrigues**
Manuel Alberto da Silva **Pereira**
Maria da **Graça** Oliveira **Silva**
Marta Cristina Moniz do **Couto**
Miguel António Moniz **Costa**
Pedro Miguel Medeiros de **Moura**
Renata **Correia Botelho**
Ricardo Manuel Viveiros **Cabral**
Ricardo Bettencourt **Ramalho**
Rogério Paulo Lopes Soares **Veiros**

Partido Social Democrata (PSD)

António Lima Cardoso **Ventura**
António Oldemiro das Neves **Pedroso**
Bruno Filipe de Freitas **Belo**
Cláudio Borges **Almeida**
Cláudio José Gomes **Lopes**
Humberto Trindade Borges de **Melo**
João Luís **Bruto** da Costa Machado **da Costa**
Jorge Alberto da **Costa Pereira**
Jorge Manuel de Almada **Macedo**
José **Joaquim** Ferreira **Machado**
José Maria de Medeiros de **Andrade**
Luís **Maurício** Mendonça Santos
Luís Miguel Forjaz **Rendeiro**
Maria **Judite** Gomes **Parreira**

Paulo Henrique Parece Batista
Renato Jonas de Sousa Linhares **Cordeiro**
Valdemiro Adolfo dos Santos **Vasconcelos**

Centro Democrático Social/Partido Popular (CDS/PP)

Ana Carina Alberto **Espínola**
António **Félix** Flores **Rodrigues**
Artur Manuel Leal de **Lima**

Bloco de Esquerda (BE)

Zuraida Maria de Almeida **Soares**

Partido Comunista Português (PCP)

Aníbal da Conceição **Pires**

Partido Popular Monárquico (PPM)

Paulo Jorge Abraços **Estêvão**

Presidente: Obrigada, Sr. Secretário.

Estão presentes 50 Sras. e Srs. Deputados. Temos quórum. Declaro aberta a sessão. Pode entrar o público.

A nossa manhã de hoje é para o PTAP e como é habitual vamos iniciar com a apresentação e votação dos votos.

O primeiro voto é de congratulação, apresentado pelo CDS, pelos 450 anos da fundação da freguesia das Lajes na ilha Terceira.

Para apresentação do voto tem a palavra o Sr. Deputado Félix Rodrigues.

Deputado Félix Rodrigues (CDS-PP): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

**Voto de Congratulação
pelos 450 anos da fundação da freguesia das Lajes, na Ilha Terceira**

A freguesia das Lajes, na ilha Terceira teve a sua fundação em 1564, segundo o que é possível depreender de alguns termos do respetivo registo paroquial e é também o que nos diz Alfredo da Silva Sampaio, na sua obra «Memória».

Este aglomerado populacional foi elevado a Vila a 15 de Julho de 2002.

Um dos principais marcos arquitetónicos da atual Vila das Lajes é a sua Igreja Paroquial: Igreja de São Miguel Arcanjo, que também se afirma perfazer agora em 2014, 450 anos de existência, apesar de ter sido destruída quase na sua totalidade no grande terramoto de 1614. Entre as alfaias desse templo, merece especial menção, como obra de valor artístico, um cálice de prata dourada, com riquíssimos labores, podendo ser considerado como o primeiro da ilha, e um pontifical bordado a ouro fino com um pálio de oito varas, formado da mesma fazenda.

As Lajes, Lageas ou Lagens, como é designada pelos Terceirenses, é uma localidade que nestes quatro séculos e meio de existência, tem demonstrado uma arraigada cultura popular e religiosa, possuindo um inegável valor patrimonial material e imaterial.

Do património material destaca-se a sua Igreja Paroquial, cuja traça atual é resultado de múltiplas adaptações e restauros, essencialmente devido aos sismos que assolaram a freguesia ao longo de vários séculos; um conjunto impar de chafarizes que remontam ao século XIX; o Império do Espírito Santo das Lajes, do século XIX; a Ermida de Nossa Senhora dos Remédios, possivelmente do século XVII; e a Igreja de Nossa Senhora do Ar, construída em 1949; estas últimas fazem parte do Inventário do Património Histórico e Religioso do Município da Praia da Vitória.

Destaca-se ainda, a Casa do Castelhana que faz parte da lista dos imóveis classificados no concelho da Praia da Vitória pela Resolução do Governo Regional n.º 140/2001, de 4 de Outubro.

As Lajes é certamente a povoação mais conhecida dos Açores, pelo facto de albergar o Aeroporto e a base militar das Lajes, com uma enorme importância estratégica durante a Segunda Guerra Mundial e todo o período da Guerra Fria.

Relativamente à cultura ou património imaterial, as festividades do Espírito Santo são das mais importantes da ilha Terceira, bem como as manifestações do Carnaval e as Festas das Lajes, as últimas a ocorrer no calendário de festas populares terceirenses.

No século XX, as Lajes foi a freguesia da Ilha Terceira que mais se transformou, de tal modo que teve profundas influências e marcas nas obras de Vitorino Nemésio, nas suas vivências literárias, sociais e científicas. Esse grande vulto da literatura açoriana assistiu às duas grandes guerras, a segunda das quais transformaria a sua ilha Terceira num porta-aviões (Base das Lajes). Essas transformações e aspetos do mundo da sua infância emergem das páginas de “Corsário das Ilhas” (1956), livro de crónica de viagens indispensável para conhecer bem os Açores e a personalidade de Nemésio.

Apesar de todas as incertezas que possam existir em torno da fundação da freguesia das Lajes, o que é certo, é que os registos paroquiais apontam para a existência da paróquia das Lajes há 450 anos, e cujo templo, derrubado pelo terramoto de 1614, perfaz no mínimo, este ano, quatro séculos de existência ou da sua reconstrução.

Assim, ao abrigo das disposições regimentais aplicáveis, o Grupo Parlamentar do CDS-PP propõe à Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores a aprovação de um Voto de Congratulação pela passagem de 450 anos da fundação da freguesia das Lajes na ilha Terceira. Deste voto deve ser dado conhecimento formal à Assembleia e Junta de Freguesia da Vila das Lajes, à Assembleia Municipal e Câmara Municipal da Praia da Vitória, ao Pároco da Igreja de São Miguel Arcanjo, ao Bispo de Angra, às Escolas da Base Aérea n.º 4, da Aldeia Nova, e Padre Lino Vieira, às Sociedades Progresso Lajense e Recreio Lajense, ao Agrupamento de Escuteiros n.º 344, à Casa do Povo da Vila das Lajes, ao

Grupo Folclórico Cantares da Eira e aos responsáveis pelo Museu do Carnaval e pelo Museu Etnográfico do Ramo Grande.

Os Deputados, Félix Rodrigues, Artur Lima e Ana Espínola

Deputado Jorge Macedo (PSD): Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Estão abertas as inscrições.

Sra. Deputada Judite Parreira tem a palavra.

(*) **Deputada Judite Parreira (PSD):** Obrigada, Sra. Presidente. Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

É com muito gosto naturalmente que o Grupo Parlamentar do PSD se associa ao voto apresentado pelo Deputado Félix Rodrigues do CDS-PP pelos 450 anos da freguesia das Lajes, hoje Vila das Lajes, no concelho da Praia da Vitória.

Foi importante ao longo de toda a sua história, quer pelas suas pedreiras das quais saiu a pedra de cantaria com a qual se construiu as reconhecidas casas de estilo Ramo Grande, quer pelos seus campos de trigo naquele que é hoje o aeroporto da ilha Terceira.

A Vila das Lajes continua a ter uma importância fundamental quer para o concelho da Praia da Vitória, quer para a ilha Terceira e os Açores de uma forma geral.

Desde logo uma importância do ponto de vista económico por força do seu aeroporto internacional e da base militar que lá se encontra instalada, quer do ponto de vista cultural através das festas e tradições que mantém arreigadas e à custa de muito trabalho de todos os lajenses, quer nas festas do Espírito Santo, quer nas manifestações de Carnaval.

Por isso, o PSD deseja as maiores felicidades a todos os lajenses nestes 450 anos de elevação a freguesia.

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Pergunto se há mais inscrições.

Sr. Deputado Berto Messias tem a palavra.

(*) **Deputado Berto Messias (PS):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Sendo esta a primeira vez que uso da palavra nesta nova sessão legislativa não posso deixar de saudar e cumprimentar todos os Deputados e Membros do Governo, desejando naturalmente bons trabalhos nesta sessão legislativa que agora se inicia.

Relativamente ao voto que foi aqui apresentado pelo Sr. Deputado Félix Rodrigues, naturalmente que o Partido Socialista se associa a este voto que saúda os 450 anos da fundação da freguesia das Lajes, precisamente comprovados pelos registos paroquiais de 1564, também comprovados pela obra que é (julgo) conhecida, a obra *Memória* de Alfredo da Silva Sampaio, que

também refere essa data como o início, digamos assim, daquela povoação, e portanto, o Partido Socialista associa-se com gosto a este voto.

As Lajes, a Vila das Lajes, tem como se sabe uma importância muito relevante para a Praia da Vitória, para a ilha Terceira e para os Açores, não só pela base norte-americana que lá está estacionada, mas também por todo o papel que tem tido na história terceirense e açoriana, pelos inúmeros monumentos que estão hoje na Vila das Lajes e que foram referenciados pelo Sr. Deputado Félix Rodrigues e que são também o exemplo vivo e físico (permitam-me a expressão) desse papel histórico muito importante.

É também como se sabe conhecida como a capital do Ramo Grande, uma zona do concelho da Praia da Vitória com uma importância histórica e social muito relevante para a ilha Terceira e para os Açores.

Está de parabéns a população lajense, estão de parabéns os órgãos autárquicos e as forças vivas da Vila das Lajes e - permitam-me - julgo que estão de parabéns também todos os praienses e todos os terceirenses devido a esta data.

Obrigado.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Julgo não haver mais inscrições.

Vamos então votar.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Secretária: O voto de congratulação apresentado foi aprovado por unanimidade.

Presidente: O próximo voto de congratulação é apresentado pelo Partido Socialista e refere-se ao Campeão Europeu de Jet Ski, Gonçalo Rodrigues.

Para apresentação do voto tem a palavra o Sr. Deputado Ricardo Cabral.

Deputado Ricardo Cabral (PS): Exma. Sra. Presidente da Assembleia, Srs. Deputados, Sras. Deputadas, Sra. e Sr. Membros do Governo:

VOTO DE CONGRATULAÇÃO

Gonçalo Rodrigues – Campeão Europeu de Jet Ski

O distinto atleta do Clube Naval de Ponta Delgada, Gonçalo Rodrigues, conquistou, no último mês de julho, em Mirandela, o título de Campeão Europeu de Juniores de Jet Ski.

Depois de em 2013 já se ter sagrado Vice-Campeão Europeu, em 2014 o jovem micalense de 14 anos apresentou uma prestação notável, não dando qualquer oportunidade aos seus adversários, vencendo as três mangas em disputa e terminando a prova do escalão de juniores em primeiro lugar, sinal evidente das suas reconhecidas capacidades.

Neste evento, além de ter conquistado o título europeu, Gonçalo Rodrigues, acrescentou ainda o título nacional da modalidade ao seu palmarés, conseguindo mesmo atingir o pódio na classificação geral, subindo ao 3.º lugar em séniores.

No seu currículo desportivo, o jovem atleta já contava com o título nacional de juvenis, conquistado quando tinha 13 anos de idade.

Esta conquista valeu-lhe já o prémio de "Resultados e Classificações Nacionais e Participações Internacionais do ano de 2013", recebido a 16 de junho do corrente ano, na XIII Gala do Desporto Açoriano 2014.

Deste modo, o atleta de tenra idade é já um campeão de reconhecido valor quer a nível nacional, quer a nível europeu, que promete elevar cada vez mais o nome dos Açores, inscrevendo-o nos mais elevados patamares da elite desportiva mundial.

Agora as suas ambições são os Mundiais de Jet Ski que se seguem.

O Desporto da Região Autónoma dos Açores ficou mais prestigiado com esta brilhante e prestigiosa vitória.

As suas vitórias e os seus momentos de consagração são motivo de satisfação para todos os açorianos e são merecedoras do apoio das várias instituições, porque, através da sua notoriedade, do seu brilhantismo e do seu profissionalismo, exprime uma grande mais-valia para a promoção externa dos Açores.

O Clube Naval de Ponta Delgada e a Associação de Jet Ski e Motonáutica dos Açores, bem como as respetivas equipas técnicas, estão também de parabéns pelo bom trabalho desenvolvido, em prol do Desporto da Região Autónoma dos Açores.

O Gonçalo Rodrigues é, já, um excelente exemplo na promoção do desporto náutico e uma grande referência do Jet Ski dos Açores e de Portugal.

Assim, ao abrigo das disposições regimentais e estatutárias, o Grupo Parlamentar do Partido Socialista propõe à Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores a aprovação de um voto de congratulação ao Atleta Gonçalo Rodrigues pela conquista do título Europeu de Júniores, de 2014 e dando conhecimento aos seus encarregados de educação, a toda a sua equipa técnica e de apoio, ao Clube Naval de Ponta Delgada e à Associação de Jet Ski e Motonáutica dos Açores, reconhecendo o seu papel preponderante no desenvolvimento do desporto da Região Autónoma dos Açores.

Disse.

Assembleia Legislativa da Região Autónoma do Açores

Horta, 9 de setembro de 2014

Os Deputados Regionais, Berto Messias, José San-Bento, Ricardo Cabral e Pedro Moura

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Estão abertas as inscrições.

(Pausa)

Julgo não haver mais inscrições, pelo que vamos passar à votação.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Secretária: O voto de congratulação apresentado foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Para apresentação de um voto de congratulação referente também ao tema que foi apresentado anteriormente, Campeão Europeu de Jet Ski, Gonçalo Rodrigues, pelo PSD tem a palavra o Sr. Deputado Cláudio Almeida.

Deputado Cláudio Almeida (PSD): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

VOTO DE CONGRATULAÇÃO

Gonçalo Rodrigues campeão europeu de Jet Ski

Gonçalo Rodrigues sagrou-se campeão europeu de juniores em Jet Ski no passado mês de julho em Mirandela. O jovem campeão, natural de Ponta Delgada, com apenas 14 anos de idade é atleta do Clube Naval de Ponta Delgada.

O Jet Ski, ao longo dos últimos anos, tem sentido uma forte evolução nos Açores, atraindo cada vez mais praticantes para a modalidade. A forte aposta do Clube Naval de Ponta Delgada nesta modalidade tem-se feito sentir com resultados práticos. Este esforço tem sido evidente, culminando com os bons resultados obtidos pelos seus atletas em competições nacionais e internacionais. Com a grande preparação física e psicológica que merece este tipo de desporto, Gonçalo Rodrigues, com esforço e dedicação, tem conseguido obter excelentes resultados no plano nacional e internacional. Sendo campeão nacional e europeu de juniores em Jet Ski.

É neste contexto que a recente carreira desportiva do jovem atleta se insere como praticante exemplar e modelo a seguir para muitos outros jovens. Para um jovem que pratica a modalidade desportiva de Jet Ski há cerca de 3 anos, é louvável a sua prestação e o seu título de campeão nacional e europeu.

Assim, e nos termos regimentais aplicáveis, o Grupo Parlamentar do PSD/Açores, propõe à Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores que aprove um voto de congratulação a Gonçalo Rodrigues pelo feito notável da conquista do título de campeão europeu de juniores em Jet Ski. Deste voto deve ser dado conhecimento ao atleta Gonçalo Rodrigues, ao Clube Naval de Ponta Delgada e à Federação Portuguesa de Motonáutica.

Horta, Sala das Sessões, 9 de Setembro de 2014

Os Deputados Regionais, Duarte Freitas, António Ventura, Bruno Belo e Cláudio Almeida

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Pergunto se há inscrições.

(Pausa)

Não havendo, vamos então votar.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Secretária: O voto de congratulação apresentado foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Para apresentação de um voto de congratulação pela conquista do 3.º lugar no Campeonato da Europa de Jet Ski pela atleta Rita Sousa, pelo PSD, tem a palavra a Sra. Deputada Judite Parreira.

Deputada Judite Parreira (PSD): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Vice-Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo:

VOTO DE CONGRATULAÇÃO

Rita Sousa

De 25 a 27 do passado mês de julho, realizou-se em Mirandela o Campeonato da Europa em Jet Ski. A Região Autónoma dos Açores esteve representada, na categoria de Ski Women GP2, pela atleta terceirense Rita Sousa.

Rita Sousa, atleta do Angra Iate Clube, assegurou o terceiro lugar do pódio, conquistando, assim, uma medalha de bronze.

Com dezanove anos de idade e praticante da modalidade desde os quinze, a atleta vê agora o seu esforço recompensado, conquistando, de uma assentada, a primeira prova do Campeonato Nacional e o terceiro lugar no Campeonato da Europa da modalidade.

Fruto de grande dedicação em prol do seu desempenho no Jet Ski, a atleta consegue conciliar os seus estudos com a prática de uma modalidade fisicamente bastante exigente.

Desejamos a Rita Sousa as maiores felicidades e que continue a lutar pelos seus ideais com a mesma determinação e empenho dos “Heróis do Mar” e dos “Herdeiros da maresia” levando o nome dos Açores e de Portugal mais longe e contribuindo com o seu exemplo para a motivação de outros jovens para a prática de atividades desportivas e hábitos de vida saudáveis.

Assim e ao abrigo das disposições regimentais aplicáveis, o Grupo Parlamentar do Partido Social Democrata propõe que a Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores aprove este voto de congratulação pela brilhante conquista do 3.º lugar no Campeonato da Europa de Jet Ski de Rita Sousa. Propõe, ainda, que do mesmo seja dado conhecimento à atleta, bem como ao Angra Iate Clube e à Federação Portuguesa de Motonáutica.

Disse.

Horta, Sala das Sessões, 10 de setembro de 2014

Os Deputados Regionais, Duarte Freitas, António Ventura, Judite Parreira, Bruno Belo

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Estão abertas as inscrições.

Sr. Deputado Ricardo Cabral tem a palavra.

(*) **Deputado Ricardo Cabral (PS):** Exma. Sra. Presidente, Exmos. Srs. Membros do Governo, Exmos. Srs. Deputados:

O Grupo Parlamentar do Partido Socialista dos Açores associa-se naturalmente ao voto de congratulação à atleta Rita Sousa do Angra Iate Clube pelo 3.º lugar no pódio do Campeonato Europeu da modalidade.

A Região Autónoma dos Açores e o desporto açoriano possuem atletas de grande classe. O Jet Ski dos Açores está de parabéns.

Disse.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Julgo não haver mais inscrições.

Vamos então passar à votação.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Secretária: O voto de congratulação apresentado foi aprovado por unanimidade.

Presidente: O último voto de congratulação refere-se à prestação de Patrícia Maciel na conquista do Campeonato da Europa de Ténis de Mesa de Juniores e é apresentado pelo PSD.

Tem a palavra novamente a Sra. Deputada Judite Parreira.

Deputada Judite Parreira (PSD): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

VOTO DE CONGRATULAÇÃO

Patrícia Maciel

Os Açores estiveram, uma vez mais, representados ao mais alto nível desportivo, através do Ténis de Mesa do Grupo Desportivo do Centro Social do Juncal.

No passado mês de julho a atleta Patrícia Maciel do Grupo Desportivo do Juncal e Rita Fins do Clube de Ténis de Mesa de Mirandela sagraram-se campeãs da Europa de juniores, na variante de pares femininos, no 54.º Campeonato da Europa da modalidade, que decorreu em Itália.

Sendo este o primeiro título europeu feminino para Portugal, constitui uma das maiores proezas do Ténis de Mesa português e para as atletas uma entrada direta na história da modalidade.

Patrícia Maciel contribuiu com uma preciosa colaboração para este triunfo e é, pois, motivo de orgulho para a região, por inscrever o nome dos Açores na história do desporto europeu!

Lutadora, humilde e determinada, Patrícia Maciel ousa sonhar em continuar a trabalhar para o êxito da modalidade e já pensa em mais títulos, sem, no entanto, descuidar os seus estudos, contribuindo com o seu exemplo para a motivação de outros jovens para a prática de atividades desportivas e hábitos de vida saudáveis. Esta ambição é alicerçada num trabalho de excelência praticado diariamente.

Para o Grupo Desportivo do Centro Social do Juncal este é o corolário de uma época absolutamente brilhante, com frequentes chamadas de atletas a representar as cores da seleção nacional, resultado de objetivos bem definidos em onze anos de trabalho intenso e profícuo de atletas, treinadores e dirigentes e de uma aposta exemplar nos escalões de formação.

Assim e ao abrigo das disposições regimentais aplicáveis, o Grupo Parlamentar do Partido Social Democrata propõe que a Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores aprove este voto de congratulação pela brilhante prestação de Patrícia Maciel na conquista do Campeonato da Europa de Ténis de Mesa de juniores, na variante de pares femininos. Propõe, ainda, que do mesmo seja dado conhecimento à atleta, bem como ao Grupo Desportivo do Centro Social do Juncal, à Associação de Ténis de Mesa da Ilha Terceira e à Federação de Ténis de Mesa.

Disse.

Horta, Sala das Sessões, 10 de setembro de 2014

Os Deputados Regionais, Duarte Freitas, António Ventura, Judite Parreira, Bruno Belo

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Pergunto se há inscrições.

Sr. Deputado Berto Messias tem a palavra.

(*) **Deputado Berto Messias (PS):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Uma breve intervenção apenas para informar a câmara que o Grupo Parlamentar do Partido Socialista associa-se com gosto a este voto, mais um sucesso. Tem sido um *habitué*, felizmente, os votos de saudação à performance destas atletas do Grupo Desportivo do Centro Social do Juncal e, portanto, o Grupo Parlamentar do PS associa-se com gosto.

É admirável o trabalho que foi feito nos últimos dez anos naquela localidade do concelho da Praia da Vitória e, portanto, o Grupo Parlamentar associa-se com gosto a mais este feito do Grupo Desportivo do Centro Social do Juncal.

Muito obrigado.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Penso não haver mais inscrições.

Vamos então passar à votação.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Secretária: O voto de congratulação apresentado foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Passamos agora aos votos de protesto.

O primeiro é apresentado pelo CDS-PP.

Tem a palavra o Sr. Deputado Artur Lima.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

VOTO DE PROTESTO

Contra a dificuldade no acesso às baixas médicas

O CDS protesta contra a dificuldade dos açorianos no acesso às baixas médicas. O Governo Regional do Partido Socialista tem, desde o início do seu mandato, e sobretudo este Secretário, travado uma verdadeira cruzada contra o direito à saúde dos Açorianos;

Deputado André Bradford (PS): Isso é uma questão pessoal!

O Orador: Os cortes que tem imposto no Serviço Regional de Saúde, ao abrigo de uma suposta racionalização, prejudicam todos os Açorianos;

O último episódio é bem paradigmático de uma visão fundamentalista dos Açores e do Serviço Regional de Saúde;

Pela Portaria n.º 54/2014, de 8 de Agosto das Secretarias Regionais da Solidariedade Social (curiosamente!) e da Saúde o direito dos Açorianos à baixa médica é restringido;

Trata-se de uma atitude maquiavélica pois os doentes que consultam um médico especialista na clínica privada, por falta de alternativa em tempo útil no Serviço Regional de Saúde, ou por livre opção, que ainda existe numa sociedade democrática, e que necessitam de uma baixa médica são forçados a recorrer ao calvário das unidades públicas de saúde para validarem a baixa médica e conseguirem receber o subsídio de doença a que têm direito;

É maquiavélica a atitude porque com esta decisão introduz burocracia obrigando as pessoas a recorrerem às unidades públicas de saúde que o Governo sabe não terem capacidade de resposta, ...

Deputado José San-Bento (PS): Não é verdade.

Deputado Berto Messias (PS): O senhor sabe que isso não é verdade! Seja sério!

O Orador: ... seja por falta de médicos de família para todos os Açorianos seja por longas listas de espera para uma consulta;

É mais um ignóbil ataque a um Serviço Regional de Saúde que já não é universal nem acessível a todos os cidadãos (quem diria de um Governo do Partido Socialista); ...

Deputado Berto Messias (PS): Seja sério!

O Orador: Com as políticas de saúde deste Governo do Partido Socialista e deste Secretário só quem tiver status socioeconómico conseguirá ter acesso a cuidados de saúde.

Assim, ao abrigo das disposições estatutárias e regimentais aplicáveis, o Grupo Parlamentar do CDS-PP propõe a aprovação do seguinte Voto de Protesto:

A Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores manifesta o seu protesto pela política fundamentalista de saúde aplicada pelo Governo Regional do Partido Socialista que também já dificulta o acesso e o direito à baixa médica e aos mais elementares direitos dos doentes.

Que deste voto seja dado conhecimento às administrações das unidades de saúde de ilha dos hospitais regionais, associações e ligas de doentes/utentes e ordens profissionais do sector.

Muito obrigado.

Os Deputados, Artur Lima, Félix Rodrigues e Ana Espínola

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Estão abertas as inscrições.

(Pausa)

Pergunto se há inscrições.

Deputado Berto Messias (PS): Sr. Deputado Luís Maurício, faça favor!

Deputado Luís Maurício (PSD): O Sr. Deputado José San-Bento vai falar primeiro!

Deputado Luís Rendeiro (PSD): É o especialista em saúde!

Presidente: Julgo não haver inscrições.

Sendo assim vamos então passar à votação.

Sr. Deputado Aníbal Pires tem a palavra.

(*) **Deputado Aníbal Pires (PCP):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

A Representação Parlamentar do PCP vai associar-se a este voto de protesto aqui trazido pelo Grupo Parlamentar do CDS.

Deputado Berto Messias (PS): O PCP!

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Para os senhores verem como andam mal!

O Orador: Efetivamente julgamos que faz sentido este voto de protesto pelas razões que estão explícitas nos considerandos do voto agora acabado de apresentar e efetivamente por duas ordens de razão.

Primeiro, porque o Serviço Regional de Saúde, o serviço público, está com um grande défice de médicos e, portanto, sobrecarregar o Serviço Regional de Saúde (digamos) ...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Muito bem!

O Orador: ... dando-lhe esta competência de autenticação de um ato médico é uma redundância, para além de em termos deontológicos nos parecer profundamente errado, isto é, um médico que atesta uma doença vai ser depois ... Digamos, a validade desse atestado tem de passar por um ato meramente burocrático (meramente burocrático!) e podem acontecer situações de um

trabalhador que está de baixa médica dirigir-se ao centro de saúde para poder ser validado o atestado médico e só conseguir consulta para depois do prazo da entrega do respetivo atestado médico.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): É kafkiano! É maldade!

O Orador: Portanto, não há nenhum motivo, para além de sobrecarregar os médicos do Serviço Regional de Saúde, do serviço público (sobrecarregá-los com um ato que é um ato apenas burocrático), por outro lado está a pôr em causa aquilo que um outro profissional de saúde já atestou anteriormente.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Muito bem!

O Orador: Portanto, parece-nos profundamente errado.

Julgo que nem sequer aquilo que foi anunciado pelo Presidente do Governo relativamente às consultas grátis para quem não tem médico de família ...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Essa é outra questão!

O Orador: ... (aliás, certamente teremos oportunidade, se não neste plenário, noutros plenários, de abordar essa questão) me parece que isso resolva esse problema ou resolva o problema da falta de médicos de saúde pública nos Açores.

Muito obrigado, Sra. Presidente.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sr. Deputado Luís Maurício tem a palavra.

(*) **Deputado Luís Maurício (PSD):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

O PSD associa-se ao voto de protesto apresentado pelo CDS porque naturalmente (e já o expressou publicamente ontem numa visita que fez à Ordem dos Médicos) considera que esta portaria é infeliz. É infeliz porque lança um anátema de descredibilização e de atitude fraudulenta perante os profissionais de saúde, mas sobretudo perante a população.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): É verdade!

O Orador: O que esta portaria quer com o seu conteúdo fazer traduzir é que vivemos numa sociedade (não diria constituída como alguém ontem no telejornal dizia de “seita de patifes” - estou a citar) com uma população que na sua maioria tem comportamentos ignóbeis e é desrespeitadora das regras mais elementares do funcionamento em sociedade.

Esta portaria é também infeliz porque dificulta o acesso dos açorianos aos cuidados de saúde.

Há cerca de 40 mil açorianos sem médico de família, ...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): No mínimo!

O Orador: ... que têm dificuldade naturalmente em ter acesso a esse sistema, que sendo-lhes reconhecida uma incapacidade por um médico no setor privado têm necessidade em tempo útil dessa verificação de incapacidade ser efetuada e

não é com um défice de cobertura em termos de medicina geral e familiar que essa situação se resolve, antes pelo contrário.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

O Orador: E não são apenas e só os 40 mil açorianos que não têm médico de família e cuja dimensão do problema o Sr. Presidente do Governo reconheceu existir, porque na verdade quem anuncia que os açorianos sem médico de família terão uma consulta grátis anual, reconhece na verdade a dimensão de um problema que o senhor parece não reconhecer contrariando aquilo que o seu Presidente do Governo ainda há dois dias acabou de dizer.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

O Orador: Mas não são apenas e só aqueles que não têm. São também os que têm, ...

Deputado João Bruto da Costa (PSD): É verdade!

O Orador: ... porque as unidades de saúde de ilha estão a dar orientações para que nas agendas diárias dos médicos sejam retiradas duas vagas para consultas normais ...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Ah!

O Orador: ... para serem ocupadas pelo reconhecimento das incapacidades dos cidadãos, ou seja, quando os médicos de família já não têm tempo para fazer aquilo que deviam, são agora sobrecarregados com uma tarefa suplementar de reconhecimento de incapacidade passada por um colega da iniciativa privada, onde a população muitas vezes tem de recorrer, pagando uma segunda vez o seu contributo para a saúde, porque numa primeira já o fez com os seus impostos, e paga uma terceira vez porque tem de pagar a taxa moderadora para que a sua incapacidade lhe seja reconhecida.

Deputado Bruno Belo (PSD): Muito bem!

Deputado Artur Lima (CDS-PP): É um roubo!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

O Orador: Não acha que isso é demais, Sr. Secretário?

Mas, Sr. Secretário, nós ontem tivemos a oportunidade de fazer um apelo ao Governo, um apelo no sentido de recuar perante essa vossa decisão, que é uma decisão tomada nos Açores, pelo Governo dos Açores, ...

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

O Orador: ... e em situações diferentes requerem-se soluções diferentes, ...

Deputado António Ventura (PSD): Muito bem!

O Orador: ... e não podemos de forma apressada e de forma transversal, sem nexos, aplicar medidas que se encontram em vigor em outros locais do país.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

O Orador: Portanto, Sr. Secretário, o Governo dos Açores que governa os açorianos tem a obrigação de pôr a mão na consciência, recuar, retroceder e recolocar a justiça onde a retirou.

Muito obrigado.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

Deputado André Bradford (PS): Devia ir aos Congressos do PSD dizer isso que disse aqui!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Passo agora a palavra à Sra. Deputada Zuraída Soares.

(*) **Deputada Zuraída Soares (BE):** Muito obrigada, Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

O Bloco de Esquerda associa-se a este voto de protesto do CDS por todas as razões já aduzidas quer pelo proponente, quer por outros Srs. Deputados e também por duas outras razões.

Há qualquer coisa de caricato nesta medida do Governo Regional, nomeadamente do Sr. Secretário da Saúde. O caricato é o seguinte: é que os médicos de que o Sr. Secretário está a falar são na maior parte dos casos exatamente os mesmos, ...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Também tem essa!

A Oradora: ... aqueles que passam no público e aqueles que passam no privado, e nós não compreendemos por que é que o senhor desconfia de um, de uma pessoa no privado, e depois deixa de desconfiar da sua honestidade intelectual no público.

Por outro lado, outra dimensão caricata é que as entidades patronais aceitam como válido um documento a que a Segurança Social depois não dá valor nenhum e não reconhece como válido.

Mais caricato do que isto, Sr. Secretário, depois de tudo aquilo que foi já aqui trazido à luz não é possível.

Muito obrigada.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Passo agora a palavra ao Sr. Deputado José San-Bento.

(*) **Deputado José San-Bento (PS):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo: ...

Deputado Joaquim Machado (PSD): O especialista na matéria!

O Orador: Primeira questão que queria referir era lamentar a figura escolhida pelo CDS, embora obviamente reconhecendo ao CDS todo o direito de apresentar os votos que entender, mas pensamos que neste particular não terá sido feliz porque esta figura não permite debatermos aprofundadamente esta questão e muito haveria a dizer sobre esta questão relacionada com as baixas médias.

Deputado Cláudio Almeida (PSD): Então diga, Sr. Deputado! Diga!

O Orador: Bastaria o primeiro parágrafo deste voto para o PS estar contra esta iniciativa, quando é dito que desde o início do seu mandato este Governo tem travado uma verdadeira cruzada contra o direito à saúde dos açorianos.

Isto é uma enormidade, ...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): É verdade!

Deputado Rogério Veiros (PS): Muito bem!

O Orador: ... isto é uma absoluta mentira, Sr. Deputado, ...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Olhe os termos!

Deputados Berto Messias e Rogério Veiros (PS): Muito bem!

O Orador: ... e é inaceitável.

É uma mentira, Sr. Deputado! É uma mentira!

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Se não fosse o senhor a dizer isso ninguém acreditaria!

O Orador: Esta é uma acusação, uma afirmação que não tem qualquer sustentação face àquilo que tem sido o trabalho sério, empenhado e responsável do Governo e também do PS em prol da melhoria da saúde e do acesso à saúde por parte dos açorianos.

A questão de fundo é essa, Sr. Deputado: há ou não há abusos nas baixas médias? Há!

Toda a gente sabe que há e toda a gente concorda que há. Depois chegamos aqui e os senhores todos fingem que este problema não existe e acabam por se refugiar em argumentos que não são válidos.

Há dois consultórios, Sr. Deputado, ...

Deputado Luís Maurício (PSD): E a Inspeção Regional de Saúde e os protocolos?

O Orador: ... (o Sr. Deputado Luís Maurício sabe isso tão bem como eu), que têm inclusivamente uma tabela de preços para atestados sem sequer ver os doentes, Sr. Deputado, e são fiscalizados, ...

Deputado Luís Maurício (PSD): Então fiscalize isso!

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Quais são?

O Orador: ... são levantados os processos e a Ordem dos Médicos nada faz.

Deputado Luís Maurício (PSD): E a Inspeção Regional de Saúde que nada faz?

O Orador: Pergunte ao seu colega, precisamente.

Presidente: Sras. e Srs. Deputados.

O Orador: Portanto, esta é que é a verdade.

Deputado Luís Maurício (PSD): Então as instituições não estão a trabalhar!

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, vamos permitir que o Sr. Deputado José San-Bento possa terminar a sua intervenção.

O Orador: São fiscalizados, são levantados os processos, tudo é feito e a Ordem dos Médicos nada faz. Isto é uma situação grave e é uma situação que é real.

O que eu queria referir é que esta portaria introduz rigor e promove o combate ao abuso das baixas médicas através da melhoria da capacidade inspetiva das situações fraudulentas ...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Não precisa de sair de cá da casa!

O Orador: ... e torna o acesso ao subsídio de doença mais fácil e mais transparente para o utente, ...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Então o senhor vai ter que dizer quais são os consultórios!

O Orador: ... corrigindo os abusos que atualmente ainda se verificam.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): O senhor já mandou a inspeção lá?

O Orador: Se tiverem interesse em ouvir o que eu digo ...!

Queria ainda referir uma questão que foi aqui dita pelo Sr. Deputado Luís Maurício com que nós não concordamos, quando o senhor fala (e o voto também afirma isso) da falta de capacidade de resposta do Serviço Regional.

Está por provar, Sr. Deputado! Está por provar!

Deputado João Bruto da Costa (PSD): O senhor vá lá marcar uma consulta de médico de família!

O Orador: Todas as ilhas (o Sr. Deputado sabe isso perfeitamente, por isso é que comecei por lamentar a figura do voto, nós não temos tempo para poder explorar mais essa questão e nem permite ao Governo que possa falar) têm cobertura integral de médico de família ...

Deputado Luís Maurício (PSD): São oito meses para conseguir uma consulta!

Deputado João Bruto da Costa (PSD): São dois meses para conseguir uma consulta com o médico de família!

O Orador: ... excetuando a Terceira e São Miguel e nessas ilhas há SAU (têm cobertura integral!), consultas do SAU das 8:00 às 20:00 ...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Não há!

O Orador: ... e algumas às 24 horas; há ainda as consultas de recurso que o Sr. Deputado tanto falava, as consultas de recurso em Ponta Delgada e Angra para quem não tem médico de família, em que as vagas não são preenchidas como o senhor muito bem sabe.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Não há! Isso é falso!

O Orador: Portanto, não está provado (Sr. Deputado, não está provado!) ...

Deputado Luís Maurício (PSD): Não diga isso! São oito meses à espera de uma consulta!

Deputado Luís Rendeiro (PSD): Na Terceira são mais de quatro meses para se conseguir uma consulta!

O Orador: Digo, digo, porque é verdade!

Não está provado, ...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): É mentira!

O Orador: ... não se pode dizer que o Serviço Regional de Saúde não tem capacidade de resposta e é isso que infelizmente posso apenas dizer face a esta figura de voto.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Quatro meses à espera de uma consulta!

O Orador: Para terminar, Sr. Deputado Artur Lima, queria ainda acusá-lo ...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Acusar!?

O Orador: ... (sim, sim!) de uma absoluta incoerência política.

Este regime que está em vigor a partir de agosto passado, está em vigor a nível nacional desde o dia 13 de junho de 2013.

Deputado Luís Maurício (PSD): E o Governo dos Açores?

O Orador: O Governo dos Açores ponderou, analisou e depois executou uma medida em parte parecida, porque é uma medida que visa combater abusos nas baixas médicas.

Portanto, Sr. Deputado, chegamos a este verdadeiro cúmulo: o Vice-Presidente do CDS-PP apoia a medida, o Presidente do CDS-PP/Açores é contra a medida.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): O senhor vai elogiar o Ministro da Saúde? Não me diga!

Deputado Luís Maurício (PSD): O senhor está a defender o indefensável!

O Orador: É o cúmulo da incoerência política.

Vozes dos Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado Paulo Estêvão.

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sra. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Aqui temos um exemplo de uma medida cujos meios que são utilizados não correspondem de forma alguma aos fins que se querem atingir, porque a questão é esta. Dizia o Sr. Deputado do Partido Socialista, José San-Bento, que existem algumas situações de ilegalidade de baixas fraudulentas.

É evidente que existem como existem em todas as áreas problemas que têm a ver com ilegalidade dos processos, mas estou em crer que estas situações são situações absolutamente pontuais e que estas situações não são situações que se possam aplicar à generalidade da população açoriana e à generalidade dos médicos que prestam serviço no sistema de saúde. Essa questão não é uma questão que se possa lançar sobre o conjunto da sociedade açoriana e sobre o conjunto dos profissionais que desempenham as suas funções nas nossas unidades de saúde. Esta medida não pode ser levantada sobre o conjunto da população e dos médicos.

Portanto, se existem situações (e existem!) são situações pontuais que existem em relação a baixas médicas fraudulentas e esta não é a forma de as resolver. Esta não é a forma de as resolver!

Existem mecanismos de inspeção que têm que ser acionados, ...

Deputado José San-Bento (PS): E são!

O Orador: ... existem mecanismos legais do ponto de vista da justiça que devem ser acionados e era por aí que essa situação se deveria resolver, era por aí que aqueles que são responsáveis por passar baixas médicas fraudulentas deveriam ser responsabilizados e levados à justiça. É tão simples como isto!

Agora o mecanismo que se cria, que é um mecanismo burocrático, vai penalizar o conjunto da população açoriana na medida em que para gente que está efetivamente doente (quero crer que é a esmagadora maioria dos casos) nós criámos aqui um problema suplementar, criámos aqui – como é bem dito neste voto – um calvário burocrático e isto é algo que nos nossos dias, em que se está

a passar por tantas dificuldades, as pessoas têm tantas dificuldades, estão doentes, e ainda por cima são submetidas a um processo deste tipo.

Portanto, a medida é errada, profundamente errada, porque cria um conjunto de problemas suplementares, sobrecarrega um sistema que não está a dar a resposta efetiva para tentar resolver e encontrar um conjunto de casos que são um conjunto muito minoritário. Esta resposta é completamente desproporcionada, cria muitos mais problemas do que aqueles que resolve e, portanto, nesse sentido é um bom exemplo como existindo uma situação que de facto é real, que são as baixas médicas fraudulentas, a medida é absolutamente incoerente, incorreta e cria graves problemas a todos os açorianos: mais despesa, menos disponibilidade do sistema de saúde para resolver casos efetivos exatamente para colocar um sistema a funcionar no sentido de fazer aquilo que a inspeção deveria fazer e os mecanismos de justiça deveriam fazer, que era encontrar quem está de facto a encontrar sistemas, quem está a infringir a lei.

Portanto, neste sentido esta medida é absolutamente incorreta e imoral, porque levanta uma suspeição generalizada sobre os profissionais de saúde e sobre a população em geral que não é aceitável.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sr. Deputado Artur Lima tem a palavra.

(*) **Deputado Artur Lima (CDS-PP):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Obviamente não vou fazer qualquer referência à linguagem e aos termos do Sr. Deputado José San-Bento.

Deputado José San-Bento (PS): Qual linguagem?

O Orador: Agradeço a sua intervenção naturalmente, mas se fosse eu a classificar de mentira uma afirmação da vossa bancada estavam todos a ulular aí em cima que eu estava a usar termos pouco próprios relativamente a Vs. Exas., mas não vou sequer perder tempo com isto.

Agora, Sr. Deputado José San-Bento, o que o senhor defende no fundo ...

Esta medida é uma medida que prejudica sobretudo os utentes. Não se trata nem de uma medida de racionalização, nem de poupança. Prejudica as pessoas, prejudica os doentes e, portanto, é disso que esta medida se trata. Não se trata de mais nada. Trata-se de prejudicar doentes, de lhes dificultar a vida e de alguma maneira dificultar o seu acesso aos cuidados de saúde.

Eles não têm tempo útil e como já aqui foi dito algumas vezes o médico que está na privada é o mesmo que está no público e este tem um duplo benefício em relação aos colegas que só estão na privada. Isso é uma injustiça!

Como é que se combate segundo o Sr. Deputado José San-Bento?

Isto combate-se de uma maneira e segundo o Sr. Secretário é proibir.

Os senhores têm uma coisa que se chama Inspeção Regional de Saúde. Pergunto para que é que existe?

Se os senhores afirmam aqui que há dois consultórios que estão detetados, que passam baixas médicas fraudulentas, pergunto o que é que o senhor anda a fazer, Sr. Secretário?

Deputado José San-Bento (PS): Não foi isso que eu disse!

O Orador: Em vez de andar a prejudicar os doentes procure combater quem comete ilegalidade.

Secretário Regional da Saúde (Luís Cabral): É denunciar à Ordem dos Médicos!

O Orador: Essa é a sua função e da Inspeção Regional de Saúde.

Já atuou sobre essa matéria?

Há alguma atuação sobre essa matéria?

Secretário Regional da Saúde (Luís Cabral): Muita!

O Orador: Desconheço sobre essa matéria.

Agora é kafkiano. Isso é prejudicar os doentes.

Segundo o Sr. Deputado José San-Bento e o Sr. Secretário vamos ao Código da Estrada. Portanto, não há maneira de combater as infrações, proíbe-se as pessoas de andar de carro. Proíbe-se os portugueses de conduzir. A comparação é essa.

Deputado José San-Bento (PS): Isso é uma comparação ridícula!

O Orador: Ela é tão ridícula como a portaria que só pode ser essa a comparação.

Portanto, os senhores proíbem pura e simplesmente os médicos da privada de passarem atestados.

Deputado José San-Bento (PS): O senhor sabe que não é nada disso! Isso é completamente disparatado!

O Orador: Tão simplesmente isto!

Depois um atestado que serve para justificar as faltas não serve para justificar a baixa, porque o Sr. Secretário não quer.

Devo informá-lo Sr. Deputado José San-Bento que isso está em vigor no continente não é de agora, nem é de 2013. O senhor está mal informado. É há dez anos. Isto existe no continente desde 2004, Sr. Deputado José San-Bento, devo informá-lo com toda a transparência. Desde 2004!

Eu discordo, Sr. Deputado José San-Bento, porque temos autonomia; Sr. Deputado José San-Bento, porque podemos fazer diferente, porque podemos fazer melhor.

Deputado José San-Bento (PS): Então diga lá como é que se faz, em vez de estar a censurar!

O Orador: Agora se o Sr. Secretário fiscalizar, identificar ...

Os senhores sabem quem são os médicos que passam atestados ilegais?

Sabem quem comete infrações?

Então vá a Inspeção Regional de Saúde tratar do assunto. Não podem é prejudicar os doentes.

Quanto àquilo que o senhor diz, Sr. Deputado, no centro de saúde de Angra para as ditas consultas que o senhor referiu aí há uma lista de espera de quatro meses. As consultas de apoio só para dezembro, Sr. Deputado. Para dezembro!

Deputado Luís Maurício (PSD): E os doentes em Ponta Delgada esperam oito meses por uma consulta para o médico de família!

O Orador: As pessoas inscrevem-se para a consulta de apoio. Não estou a falar das consultas para o médico de família, estou a falar na consulta de apoio que o

senhor referiu aí. Os médicos de família não têm tempo e o senhor vai tirar a vez aos doentes que precisam também de ser tratados.

Portanto, tudo isto é kafkiano, é imoral, porque não tem nenhuma razão de ser esta medida.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): É ineficaz!

O Orador: Apliquem a autonomia.

É ineficaz! Esta medida só tem um objetivo: prejudicar os direitos dos doentes. Não vejo o que é que vai fazer mais!

E mais! Tenho dúvidas, Sr. Secretário, sobre quem passa a maior parte dos atestados.

A maior parte das baixas médicas não são passadas por privados, tirando uma ou outra especialidade.

Presidente: Agradeço que termine, Sr. Deputado.

O Orador: Vou terminar, Sra. Presidente. Muito obrigado.

A maior parte das baixas médicas são passadas pelos médicos do público, Sr. Secretário, como o senhor bem sabe e sobre estes o que é que o senhor vai fazer?

Deputado Berto Messias (PS): Então o público tem capacidade de resposta!

O Orador: Quinta-feira vamos conversar.

Muito obrigado.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Vamos então agora passar à votação.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

(Diálogo entre as bancadas)

Presidente: Srs. Deputados, estamos a votar. Agradecia algum silêncio.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra façam o favor de se sentar.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Contra os doentes! Contra os direitos dos açorianos! Filmem aquela bancada, ali!

Deputado Luís Maurício (PSD): O PS está contra a proteção social!

Secretária: O voto de protesto apresentado foi rejeitado com 28 votos contra do PS, 18 votos a favor do PSD, 3 votos a favor do CDS-PP, 1 voto a favor do BE, 1 voto a favor do PCP e 1 voto a favor do PPM.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Que vergonha!

Presidente: Obrigada, Sra. Secretária.

O próximo voto de protesto é apresentado pelo Bloco de Esquerda.

Tem a palavra a Sra. Deputada Zuraida Soares.

Deputada Zuraida Soares (BE): Sra. Presidente da Assembleia, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

VOTO DE PROTESTO

A Rede Mundial de Reservas da Biosfera da UNESCO é constituída por 553 reservas, espalhadas por 107 países, entre os quais Portugal que conta com 7

reservas, sendo que 3 dessas reservas se situam na nossa Região: nas ilhas da Graciosa e do Corvo, desde 2007, e na ilha das Flores, desde 2009.

A atribuição do estatuto de Reserva da Biosfera obedece a um crivo apertado, assente em vários critérios, os quais abrangem, não só as medidas implementadas para a protecção dos espaços candidatos a Reserva, como também a obrigatoriedade desses espaços se desenvolverem, segundo um modelo de gestão sustentável e num quadro regulamentar nacional.

O estatuto de Reserva da Biosfera persegue a promoção da conservação – da paisagem, ecossistemas, espécies e variabilidade genética – de modelos de gestão sustentáveis e da investigação, monitorização, educação e intercâmbio de experiências.

Os Açores acolherão, este mês, o Encontro Mundial das Reservas da Biosfera, o qual, ao contrário do que seria expectável, não decorrerá, nem na Graciosa, nem no Corvo e nem nas Flores, resultado de uma opção da responsabilidade do Director Regional do Ambiente, com o aval do Secretário Regional da Agricultura e Ambiente.

Como é possível que um Encontro que, segundo o próprio Director Regional do Ambiente, servirá para intercâmbio de informação para facilitar a ponderação e o balanço da experiência adquirida pelas três Reservas da Biosfera da Região, não se realize em nenhuma destas três ilhas?

Uma partilha de experiências fundamental para - nas palavras do próprio Director Regional do Ambiente - elaborar o relatório de avaliação dos primeiros dez anos do estatuto da Reserva da Biosfera destas três ilhas e fundamental para o futuro desta classificação.

Tendo em conta tal incongruência, será que os/as convidados/as internacionais para este Encontro Mundial não estranharão tão inusitada escolha de local para a realização desta iniciativa?

Perante tais objectivos (muito associados à avaliação das actuais reservas da biosfera, localizadas nos Açores) e perante a opção de escolher uma ilha que não estas, temos motivos para suspeitar que a Direcção Regional do Ambiente e a Secretaria Regional da Agricultura e Ambiente pretendem esconder as lixeiras a céu aberto que se mantêm, nas ilhas que são Reserva da Biosfera.

Secretária Regional Adjunta da Presidência para os Assuntos Parlamentares (Isabel Almeida Rodrigues): Suspeita!

A Oradora: Saudamos a pretensão do Governo Regional em promover a candidatura das fajãs de São Jorge ao estatuto de Reserva da Biosfera mas, essa pretensão não justifica a opção por não incluir nenhuma, mas mesmo nenhuma das ilhas que são, actualmente, Reserva da Biosfera, como local para a realização do mencionado Encontro Mundial.

Assim, ao abrigo das disposições Estatutárias e Regimentais aplicáveis, a Representação Parlamentar do BE/Açores propõe que a Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores manifeste o seu protesto pela opção (completamente incongruente e incompreensível), por parte da Direcção Regional do Ambiente, em não realizar o Encontro Mundial de Reservas da Biosfera em nenhuma das ilhas que ostentam este galardão.

Propõe-se, ainda, que deste Voto seja dado conhecimento ao Senhor Secretário Regional da Agricultura e Ambiente, às Câmaras e Assembleias Municipais dos Concelhos das ilhas da Graciosa, Flores e Corvo, aos respectivos Conselhos de Ilha, bem como aos Núcleos Empresariais de cada uma delas.

Horta, Sala das Sessões, 9 de Setembro de 2014

Disse.

A Deputada Regional, Zuraida Soares

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Estão abertas as inscrições.

(Pausa)

Pergunto se há inscrições.

Sr. Deputado Artur Lima tem a palavra,

(*) **Deputado Artur Lima (CDS-PP):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

O CDS associa-se a este voto de protesto do Bloco de Esquerda, porque realmente é incompreensível a não ser que haja, como aqui é referido, alguma coisa a esconder. Não percebemos como é que se traz gente de fora e não vão ver as ilhas que fazem parte da Biosfera.

Portanto, há alguma coisa, há alguma intenção escondida aqui por parte do Governo Regional que era preciso que fosse explicada, porque de resto não se entende que seja feita esta opção e que realmente ao fim de alguns anos aqueles critérios a que levou a que essas ilhas entrassem para a Reserva da Biosfera vão ver alguma coisa que não deviam ver, que não podem ver e que se calhar lhes faria perder o estatuto que também não é bem aproveitado pelo Governo Regional dos Açores, nem pelas devidas entidades.

Por isso, concordamos e esperamos que essa decisão seja tratada de outro modo.

Muito obrigado.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado Paulo Estêvão.

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Alguns observadores podem ter pensado: “Bom, mas o Deputado do PPM, eleito pela ilha do Corvo, está desatento ...

Deputado Francisco César (PS): Ninguém pensou nisso!

O Orador: ... e não se apercebeu que este encontro não se irá realizar na ilha do Corvo, das Flores ou na Graciosa, que era de facto a opção que era absolutamente racional?”, porque se realizamos o Encontro Mundial das Reservas da Biosfera é evidente que quem participa neste encontro quer reunir-se para poder ver como é que as coisas são no terreno e quer poder observar de facto aquilo que está a ser concretizado desde que foi obtida a classificação.

O Governo dos Açores não faz isto que era muito racional.

O que se passa é que eu se fosse o Governo dos Açores também faria isto, porque de facto penso que apresentar o trabalho que nós estamos a fazer neste momento no âmbito das Reservas da Biosfera nos Açores, ...

As pessoas terem a oportunidade de verificar aquilo que não se está a fazer, observar a presença de facto das lixeiras a céu aberto nestas ilhas, observar o conjunto de projetos e de soluções que foram encontradas, foram definidas, que foram candidatas no âmbito da classificação destas ilhas e que não foram implementadas, obviamente eu também teria vergonha. Não só teria vergonha, como teria até algum medo de que esta classificação pudesse ser colocada em causa no futuro.

Por isso percebo que o Governo Regional dos Açores não queira que os outros responsáveis pelas Redes da Biosfera mundiais vejam aquilo que não se está a fazer e de facto é verdade. Vejam aquilo que não se está a fazer!

Que tenham uma visita guiada às lixeiras a céu aberto ao fim destes anos todos, que tenham a oportunidade de verificar que o conjunto de soluções que foram apresentadas às populações não foram implementadas ...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Ora aí está!

O Orador: Portanto, nós neste momento não temos nenhuma condição para mostrar o que se está a fazer nas Redes da Biosfera, pelo menos nas duas situações que conheço. Nas Flores e no Corvo (conheço mais profundamente) não temos nenhuma condição para mostrar, porque não há nada a mostrar e mais: se mostrarmos, se calhar fica em perigo a manutenção da classificação destas duas ilhas.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

A Mesa não tem mais inscrições.

Sr. Deputado Bruno Belo tem a palavra.

(*) **Deputado Bruno Belo (PSD):** Obrigada, Sra. Presidente.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Em primeiro lugar queria saudar o regresso à Assembleia da Sra. Deputada Zuraida Soares e pelo voto de protesto regressa em boa forma.

Deputado Francisco Coelho (PS): Não se esqueça do que disse!

(Risos de alguns Deputados da bancada do PSD)

O Orador: É evidente que é sempre de registar o facto de se realizar mais um encontro desta natureza e com esta dimensão na nossa Região.

É importante também para a ilha de São Jorge que ele se realize na ilha de São Jorge, como é óbvio.

Mas também não podemos deixar de registar que a falta de visão integradora que foi demonstrada na decisão de não realizar ou de pelo menos nem fazer passar pelas ilhas que são Reserva da Biosfera tal evento é demonstrativo da forma isolada como o Governo vê cada uma das suas ilhas e não de uma forma capaz das ilhas que já têm esse galardão potenciarem novas candidaturas.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

O Orador: É verdade também que as ilhas, como é o caso das Flores e do Corvo, que ostentam esse galardão, possuem ainda de forma incompreensível as suas lixeiras a céu aberto e a pergunta que também gostaria de deixar é: quanto vale o galardão da Reserva da Biosfera nas ilhas das Flores, Corvo e Graciosa?

Deputados Jorge Macedo e João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

O Orador: Até hoje, quanto vale esse galardão?

Porque nunca foi quantificado, não sabemos do ponto de vista turístico qual é esse valor, não sabemos do ponto de vista dos empregos qual é esse valor, portanto, a resposta que tem de ser dada aos Açores e aos açorianos é quanto vale o galardão da Reserva da Biosfera nas ilhas das Flores, Corvo e Graciosa.

Muito obrigado, Sra. Presidente.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Tem agora a palavra a Sra. Deputada Marta Couto.

Deputado Jorge Macedo (PSD): Já vai responder quanto vale!

Deputado Lúcio Rodrigues (PS): Menos, Jorge! Menos Jorge!

(*) Deputada Marta Couto (PS): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

O propósito da marcação deste encontro nas chamadas ilhas do Triângulo foi, no fundo, coaduná-lo com o lançamento da candidatura a Reserva da Biosfera das Fajãs da ilha de São Jorge.

Não houve de facto qualquer intenção de minorar o papel das ilhas que atualmente são Reserva da Biosfera, muito pelo contrário. Pretendeu-se também reforçar as potencialidades das ilhas onde este encontro se irá realizar, ao mesmo tempo promovendo também os produtos das nossas ilhas Reserva da Biosfera, os quais estarão em grande destaque neste encontro.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Sejam sérios!

A Oradora: Nós, bancada do Grupo Parlamentar do Partido Socialista, compreendemos as preocupações que foram emitidas pelas mais diversas pessoas, mas queremos assegurar que de facto não houve qualquer intenção de minorar o papel das nossas ilhas Reserva da Biosfera, mas o que se pretendeu efetivamente foi chamar a atenção e potenciar a candidatura das Fajãs de S. Jorge a Reserva da Biosfera.

Mas lembramos que de facto não há nada a esconder.

Os processos de selagem das lixeiras encontram-se em decurso e se alguém visitasse as ilhas de Reserva da Biosfera o que iriam verificar era que de facto

estes procedimentos estão em curso, não estão parados e serão concluídos em breve.

Deputado Lúcio Rodrigues (PS): Muito bem!

A Oradora: Tanto não há nada a esconder, como em outubro e novembro próximos nas ilhas da Terceira e da Graciosa será realizado um Seminário Internacional de Geoparques, que receberá muitas pessoas vindas de fora que poderão comprovar a qualidade das nossas ilhas e do nosso ambiente.

Mais! É comprovado também pelo galardão recentemente recebido pela nossa Região de *Quality Coast Platina*, que demonstra as nossas boas práticas ambientais.

Quero reforçar de novo que efetivamente não houve qualquer intenção de minorar o papel das Reservas da Biosfera atuais, mas sim potenciar aquelas que ainda não o são.

Muito obrigada.

Deputado Berto Messias (PS): Muito bem, Sra. Deputada!

Deputado Francisco César (PS): Os senhores fariam o mesmo, calculo!

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Sr. Deputado Aníbal Pires tem a palavra.

(*) **Deputado Aníbal Pires (PCP):** Obrigado, Sra. Presidente.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Aguardei pela explicação da bancada que suporta o Governo para perceber como é que tinha sido a decisão e a decisão pelos vistos assenta no facto de haver uma candidatura das Fajãs de São Jorge a Reserva da Biosfera.

Julgo que seria preferível fazer um circuito pelas ilhas ou a realização deste encontro numa das ilhas que já é Reserva da Biosfera, demonstrar o trabalho que tem sido feito, digamos, fazer um percurso das boas práticas ...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Muito bem! E acabar em São Jorge!

O Orador: ... e apresentar a candidatura das Fajãs de São Jorge numa dessas ilhas.

Essa seria, julgo eu e pelos vistos julga a câmara ou a maioria dos partidos da câmara assim julga, a situação ideal e que favoreceria a candidatura das Fajãs de São Jorge a Reserva da Biosfera. Mas não! Ali está como está, já tem a qualificação de Reserva da Biosfera, mas entretanto é apenas uma coisa que se diz quando o avião da SATA chega ao Corvo, às Flores ou à Graciosa ...

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Muito bem!

O Orador: ... (“Entrámos numa Reserva da Biosfera!”), porque de resto depois não percebemos muito bem porquê, por que é que aquilo é uma Reserva da Biosfera e vamos fazer em São Jorge para termos mais uma ilha como Reserva da Biosfera.

Ora bem, é preciso é trabalhar de facto para que estas nossas ilhas possam ser consideradas como um exemplo de boas práticas em termos da qualidade e do

trabalho para preservar a qualidade ambiental e não andarmos a esconder aquilo que pelos vistos não tem sido feito ao nível das ilhas que são consideradas e classificadas como Reservas da Biosfera.

Portanto, Sra. Deputada Marta Couto, digamos que a sua explicação não trouxe nada de novo ao debate e não justifica de maneira nenhuma a opção que foi feita pelo Governo em promover o encontro em São Jorge e não numa das ilhas que já é classificada como Reserva da Biosfera.

Assim, a Representação Parlamentar do PCP vai associar-se a este voto de protesto apresentado pelo Bloco de Esquerda.

Muito obrigado, Sra. Presidente.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sra. Deputada Zuraida Soares tem a palavra.

(*) **Deputada Zuraida Soares (BE):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Apenas concluir, face a toda a argumentação aqui trazida, duas ou três coisas.

Primeiro, se as Reservas da Biosfera que existem na nossa Região nas ilhas do Corvo, das Flores e da Graciosa fossem de facto um bom exemplo de uma boa prática de implementar este conceito nos Açores o Governo Regional seria o primeiro a ter orgulho em mostrá-lo aos convidados internacionais que aqui vêm.

Deputado Aníbal Pires (PCP): Já se sabe!

Deputados Artur Lima (CDS-PP) e Paulo Estêvão (PPM): Muito bem!

A Oradora: Isto não tem nada a ver com a Fajã, pelo contrário!

Mostrar aquilo que os Açores fazem bem seria uma forma de potenciar a candidatura que o Governo propôs e bem (e nós saudámos durante o nosso voto) de candidatar as Fajãs de São Jorge a Reserva da Biosfera.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Muito bem! Apoiado!

A Oradora: Portanto, o que é que se passa na realidade?

É fazer como muita gente faz, que é esconder o lixo para debaixo do tapete ou então transportá-lo de ilha em ilha de barco como o Governo Regional se propõe.

Na realidade, neste ponto de vista o Governo está a fazer as duas coisas: está a esconder para debaixo do tapete o lixo que tem e não basta concluir (e a todos nós aqui é impossível não concluirmos) que o seu conceito de Reservas da Biosfera está muito longe de estar concretizado na nossa Região.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Muito bem!

A Oradora: É preciso ir mais além desta conclusão. É que as pessoas, as populações que têm este estatuto, não percebem para que é que ele serve, não percebem a mais-valia dele, não se revêm, não se reencontram nem naquilo que podem fazer, nem naquilo que não podem fazer, por causa exatamente do estatuto de Reserva da Biosfera.

Portanto, aquilo que seria mais-valia, aquilo que seria um bom exemplo da nossa Região é, para estas populações, um entrave e é algo com que elas não se identificam.

Isto está errado desde o princípio até ao fim.

Deputado Berto Messias (PS): A senhora é que está profundamente errada!

A Oradora: Nós desejamos que as Fajãs de São Jorge sejam de facto classificadas como Reserva da Biosfera porque merecem, mas que o Governo trabalhe ali melhor e de uma maneira completamente diferente daquilo que tem feito na Graciosa, no Corvo e nas Flores.

Nenhuma das pessoas destas ilhas percebe como é que um encontro que lhes diz respeito, que fala do seu quotidiano, da sua vida e das suas mais-valias não é feito em nenhum dos seus territórios.

Muito obrigada.

Deputado Berto Messias (PS): A Sra. Deputada tem que ler o regulamento! Tem que ver a fiscalização que é feita na Biosfera!

Deputada Zuraida Soares (BE): Já o li!

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Vamos então passar à votação.

Vamos votar.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manterem como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra façam o favor de se sentarem.

Deputado Bruno Belo (PSD): Contra as Flores, contra a Graciosa, contra o Corvo!

Secretária: O voto de protesto apresentado foi rejeitado com 26 votos contra do PS, 18 votos a favor do PSD, 3 votos a favor do CDS-PP, 1 voto a favor do BE, 1 voto a favor do PCP e 1 voto a favor do PPM.

Presidente: Obrigada, Sra. Secretária.

Vamos fazer um intervalo.

Regressamos ao meio dia.

(Eram 11 horas e 27 minutos)

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, peço que reocupem os vossos lugares. Vamos recomeçar os nossos trabalhos.

(Eram 12 horas e 06 minutos)

Sras. e Srs. Deputados, vamos então continuar com a apresentação de votos.

O próximo é um voto de protesto apresentado pelo PSD.

Tem a palavra o Sr. Deputado Jorge Macedo.

Deputado Jorge Macedo (PSD): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Voto de Protesto

Serviço prestado pela SATA nas ligações aéreas aos Estados Unidos e Canadá

Pode o Governo Regional fazer “juras de amor” aos nossos emigrantes; pedir-lhes que visitem os Açores; dizer-lhes que agora a América é aqui; que querem os seus investimentos; que são os melhores embaixadores dos Açores na divulgação do destino Açores no mercado americano; que aquele mercado é uma aposta para o turismo dos Açores; deslocarem-se em grandes comitivas para promover os Açores; fazerem anúncios de passagens baratas; prometerem ligações diárias com os Estados Unidos ... que, quando chega a hora de fazer a reserva, os preços são exorbitantes e na hora da viagem os atrasos são a regra, em vez da exceção, os cancelamentos acontecem por incompetente planeamento dos recursos humanos, nomeadamente de pilotos, os aviões são fretados a outras companhias, porque as avarias são recorrentes ... e com muitas outras ocorrências podia continuar.

Claro que todos nos lembramos daqueles nossos concidadãos, provenientes de Oakland, que só chegaram à Terceira 3 dias depois.

Com uma SATA descredibilizada junto daqueles que sentem a nossa companhia aérea como um bocado dos Açores que lhes chega junto à porta, nos EUA ou no Canadá, todo o investimento de promoção que fizemos no passado ou seja feita no futuro é dinheiro deitado ao lixo.

Com uma SATA que não presta um serviço de qualidade aos açorianos nos EUA e no Canadá, para além de desrespeitarmos concidadãos, estamos a convidar-lhes a visitarem outros destinos.

Os nossos emigrantes têm centenas de destinos que podem visitar a custo reduzido, mas quando decidem visitar-nos, e nós queremos que eles nos visitem, a nossa companhia aérea obriga-os a dizer: “com a SATA nunca mais”; ou “assim não venho aqui mais vez nenhuma” ou “somos tratados como açorianos de segunda”, ou ainda poderem imprimir *t-shirts* com estes dizeres ...

(Neste momento, o Deputado Jorge Macedo mostra duas t-shirts à câmara)

Deputado José San-Bento (PS): Vista a *t-shirt*!

Deputada Catarina Moniz Furtado (PS): Isso não é permitido nas galerias e é permitido na tribuna?

O Orador: ... que com capacidade criativa (admito) e com capacidade de humor (admito) em vez de nos fazerem rir, fazem-nos chorar.

Foram estas *t-shirts* que foram *top* de vendas nas festas da Praia.

Deputado Berto Messias (PS): Está a fazer o que já fizeram na Madeira!

O Orador: Podiam fazer-nos rir, mas não nos fazem rir, fazem-nos chorar, porque qualquer publicidade negativa que essas *t-shirts* representam, ...

Deputado Berto Messias (PS): A sua performance é que nos faz chorar!

Deputado André Bradford (PS): Ao que isto chegou!

O Orador: ... admitem a capacidade criativa e o sentido de humor. Essas *t-shirts* com a publicidade negativa que encerram, desfazem, destroem qualquer capacidade, qualquer investimento de promoção turística dos Açores nos mercados dos Estados Unidos e do Canadá.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

Deputado André Bradford (PS): Por menos um Deputado já foi posto na rua!

O Orador: Recentemente, vimos o Presidente do Governo Vasco Cordeiro prometer na Califórnia “atenção reforçada e permanente quanto ao trabalho e ao esforço” que a empresa pública “está a fazer para servir melhor as comunidades emigradas”, citei.

Deputado Berto Messias (PS): Isto é uma intervenção!

O Orador: “Atenção reforçada”? E o que é que o Governo esteve a fazer até agora? Como é que deixaram a situação chegar ao ponto a que chegou? Vasco Cordeiro não foi Secretário Regional da Economia com a tutela da SATA? O atual Secretário do Turismo e Transportes, até chegar ao governo, não foi administrador da SATA?

Há coisas fantásticas! A declaração do Presidente do Governo na Califórnia foi o reconhecimento de que o Governo Regional esteve a “dormir na forma”, foi negligente e deixou que a SATA, não só desrespeitasse os nossos emigrantes, como maltratasse o nosso principal veículo de promoção turística num mercado que, pelas próprias promessas governamentais, é prioritário para os Açores.

Sim, a SATA tem prestado um lastimável serviço aos Açores e os nossos emigrantes!

Este é um voto de protesto, mas devia chamar-se um voto de indignação.

Ao abrigo das disposições regimentais aplicáveis, o Grupo Parlamentar do PSD Açores na Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores apresenta este voto de protesto relativo ao serviço que a SATA tem prestado nas ligações aéreas aos Estados Unidos e Canadá.

Disse.

Horta, 9 de Setembro de 2014

Os Deputados Regionais, Duarte Freitas, António Ventura, Bruno Belo e Jorge Macedo

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Estão agora abertas as inscrições.

Pergunto se há inscrições.

Sr. Deputado Aníbal Pires tem a palavra.

(*) **Deputado Aníbal Pires (PCP):** Muito obrigado, Sra. Presidente.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

A Representação Parlamentar do PCP não só reconhece que a transportadora aérea regional tem prestado um mau serviço nas ligações com os Estados Unidos e o Canadá, como tem vindo ao longo dos anos a alertar para esse facto e para a necessidade para que alguma coisa, em termos de política aérea de transportes, seja feita para evitar aquilo que sucedeu durante, principalmente, este ano.

É evidente que querer promover ou querer ter voos diários para Boston ...

Deputado Francisco César (PS): Para onde?

O Orador: ... com uma frota que está completamente ...

Deputado José San-Bento (PS): Veja lá o que vai dizer!

Deputado Joaquim Machado (PSD): Obsoleta!

O Orador: ... velha, com necessidade permanente de manutenções e reparações face à idade das aeronaves, ...

Como é que se pode anunciar ou querer manter viagens com essas frequências ou com a ida para Oakland com um défice elevado de tripulações?

É evidente que isso não é possível, mas há aqui uma questão.

Considerando a Representação Parlamentar do PCP que tudo isto é verdade e que a Assembleia se deve pronunciar sobre estas questões, aliás como se tem vindo a pronunciar, considero e consideramos que este voto de protesto não está endossado a um ente palpável. É um voto de protesto pelo serviço público. Está bem! Mas de quem é a responsabilidade?

É do Governo Regional, é do Secretário Regional do Turismo e Transportes, que é mais do Turismo e Transportes e devia ser mais dos Transportes do que do Turismo, ...

Deputado Francisco César (PS): Isso depende do debate!

O Orador: ... porque isso também tem a ver com o Turismo, mas devia ser primeiro dos Transportes.

Tem a ver efetivamente com opções que foram tomadas pelo Conselho de Administração da SATA e, portanto, o voto de protesto era ao Governo Regional que devia ser endossado, era ao Conselho de Administração que devia ser endossado e não a uma coisa assim vaga como são os serviços de transporte aéreos com os Estados Unidos e o Canadá.

Por esse motivo, e só por esse motivo, a Representação Parlamentar do PCP vai abster-se.

Muito obrigado.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Pergunto se há mais inscrições.

O Sr. Secretário Regional pede a palavra para?

Secretário Regional do Turismo e Transportes (Vitor Fraga): Para intervir.

Presidente: Sr. Secretário, nesta figura regimental dos votos o Governo não pode intervir.

Deputado Joaquim Machado (PSD): Não aprende! É mesmo mau aluno!

Deputado João Bruto da Costa (PSD): O da saúde já aprendeu, mas este ainda não percebeu!

Presidente: Sr. Deputado Francisco César tem a palavra.

(*) **Deputado Francisco César (PS):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Percebo, nós percebemos e compreendemos a insatisfação das nossas comunidades nos Estados Unidos pelo serviço que a SATA prestou durante o período de época alta.

É nossa obrigação ter consciência quando as coisas correm bem e quando as coisas correm menos bem.

Deputado Luís Rendeiro (PSD): Não é menos bem, é mal!

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Mas o senhor está muito otimista!

Deputado Rogério Veiros (PS): No PSD tudo corre bem!

O Orador: É para isso que aqui estamos.

Deputado Luís Rendeiro (PSD): Diga que correu mal!

O Orador: E nós temos consciência que as coisas não correram ...

Deputados Cláudio Almeida e Luís Rendeiro (PSD): O que é que fizeram?

O Orador: ... e que o serviço prestado pela companhia aérea não correu da forma que nós gostaríamos que tivesse corrido.

Nós temos essa consciência, mas nós temos que ter ponderação e cuidado quando fazemos essa intervenção.

Deputado Luís Rendeiro (PSD): O senhor tem é de ouvir as queixas dos passageiros desses voos!

O Orador: Nós sabemos ouvir aquilo que as nossas comunidades nos dizem. Nós ouvimos as notícias ...

Deputado Luís Rendeiro (PSD): Tem que ouvir é as pessoas!

O Orador: ... e há duas coisas que nós podemos fazer. Há duas alternativas: nós podemos embarcar numa campanha que pode ser popular de combater a SATA sem qualquer sentido de estado, empurrar ainda mais para baixo a imagem da companhia aérea, ...

Deputado Luís Rendeiro (PSD): Já está em baixo!

O Orador: ... chegando a exemplos semelhantes àquilo que foi feito no Parlamento da Madeira e mostrando aqui *t-shirts* que em nada (e repito: em nada!) beneficiam a nossa companhia aérea e o turismo dos Açores; ...

Deputados Cláudio Almeida e Joaquim Machado (PSD): Diga isso aos emigrantes!

O Orador: ... ou podemos agir, ou podemos trabalhar, ou podemos fazer aquilo que é a nossa responsabilidade ...

Deputado Luís Rendeiro (PSD): Dezoito anos de governação! Faça-o!

O Orador: ... e a responsabilidade do Governo, que é resolver o problema, e foi isso que nós nos propusemos fazer.

Nós apostámos como um dos focos da nossa atenção o mercado norte-americano.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PSD: Não parece!

O Orador: Nós apostámos naquele mercado. Nós temos resultados apesar de tudo (nós temos resultados!).

Deputado Luís Rendeiro (PSD): É o que se vê!

O Orador: Nós temos 5.800 passageiros a mais em relação ao ano anterior para os Estados Unidos e para o Canadá. Disso os senhores não falam.

Deputado Bruno Belo (PSD): Imagine se isso funcionasse!

O Orador: Nós temos mais 12,7 de crescimento de turistas para os Estados Unidos, mais 34,5% de crescimento de turistas do Canadá, mas nós sabemos

que apesar de tudo a conjuntura não nos permitiu ter os resultados que nós gostaríamos e nós sabemos o problema: o aumento da frequência, o aumento de voos fez com que avarias e dificuldades ao nível das tripulações criassem dificuldades à companhia aérea.

Aliás, como todos os senhores aqui presentes sabem, essas dificuldades não são exclusivas da SATA. A própria TAP teve centenas e centenas de voos cancelados e foi notícia.

Deputado Jorge Macedo (PSD): Centenas?!

O Orador: Centenas e centenas de voos cancelados!

Deputado Luís Rendeiro (PSD): O senhor continua a refugiar-se nos azares dos outros para fugir às suas responsabilidades!

O Orador: Digo-vos: estão em risco até ao final da época alta cerca de 400 voos da companhia aérea TAP.

Mas aquilo que nós fizemos foi agir.

Deputado Cláudio Almeida (PSD): Nós, quem? Essa bancada ou o Governo?

O Orador: Foi tomar medidas. A SATA reforçou as tripulações, resolveu o problema das tripulações, chegou a um acordo com o sindicato e é consciência de todos os senhores aqui dentro que o serviço tem vindo a melhorar desde o início da operação até agora.

Os senhores sabem disso. Deve-se aos trabalhadores, ao Conselho de Administração e ao Governo que aqui está presente.

Por isso, nós queremos deixar uma mensagem às nossas comunidades: nós não nos conformamos, nós demos instruções à companhia aérea para que resolvesse o problema. Ela irá apresentar um plano de desenvolvimento estratégico que o Governo trará a esta Assembleia para que esses problemas progressivamente venham a desaparecer.

Esta é a mensagem que nós deixamos às comunidades.

Nós estamos aqui para agir. Os problemas não se resolvem com simples propaganda e com mostra de *t-shirts* que em nada beneficiam a Região Autónoma.

Deputado Berto Messias (PS): Muito bem!

O Orador: Os problemas resolvem-se trabalhando e é para isso que o Partido Socialista aqui está.

Muito obrigado.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)

Deputado Berto Messias (PS): O PSD/Açores inspira-se no PTP da Madeira, Partido Trabalhista Português, José Manuel Coelho!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Passo agora a palavra ao Sr. Deputado Paulo Estêvão.

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sra. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Vou votar favoravelmente este voto de protesto.

Tive a oportunidade de ouvir, nestes últimos dias, a nossa comunidade em relação aos serviços prestados pela SATA nos Estados Unidos e no Canadá e a verdade é que as queixas são unânimes.

Há um conjunto de pessoas cujo principal problema que identificava em relação à colaboração que lhe era prestada por parte da Região Autónoma dos Açores era a SATA. Queixas permanentes em relação à instabilidade, aos atrasos e como se sabe nos Estados Unidos existe um conjunto de circunstâncias que tornam estes atrasos bastante, digamos assim, penalizadores para o conjunto da população e dos emigrantes.

Portanto, nesse sentido o que o Partido Socialista agora fez na intervenção que realizou foi tentar minimizar um problema que é real.

Este problema em relação ao péssimo serviço que está a ser prestado pela SATA no âmbito do apoio às nossas comunidades e da ligação das nossas comunidades com a Região Autónoma dos Açores, que é um objetivo estratégico para o desenvolvimento dos Açores e é um objetivo estratégico no âmbito do relacionamento entre as comunidades açorianas e a Região Autónoma dos Açores, é um problema da maior importância para o desenvolvimento dos Açores e é um problema da maior importância para a manutenção dos vínculos entre a comunidade açoriana e a Região Autónoma dos Açores e é algo que não pode ser minimizado. Tem que ser resolvido e, portanto, este voto de protesto é um voto que faz todo o sentido, no sentido do Governo Regional implementar de facto as políticas necessárias, dar as instruções à SATA e os meios para que este serviço venha a ser um serviço exemplar e um serviço que promova o desenvolvimento dos Açores e a ligação entre as comunidades dos Açores e a Região Autónoma dos Açores.

Deputado Aníbal Pires (PCP): O voto devia ser contra o Governo Regional!

O Orador: Esta é uma questão absolutamente fulcral.

Nós temos, como se sabe, mais açorianos e descendentes de açorianos a viver fora dos Açores do que aqueles que aqui estão e é necessário que se dê toda a atenção aos problemas da comunidade dos Açores e este é um dos principais problemas que eles identificam.

Toda a gente com quem tive oportunidade de falar há poucos dias na Califórnia me transmitiu esta questão.

Estas ligações, a forma como a SATA está a prestar este serviço à nossa comunidade, não pode continuar a ocorrer. São caras e têm uma enorme instabilidade do ponto de vista até da qualidade e do horário e os atrasos são muito significativos e frequentes.

Isto é algo que preocupa gravemente a nossa comunidade, é algo que nós temos a obrigação de resolver e o Governo dos Açores tem a obrigação de implementar medidas para que esta questão venha a ser resolvida e que não suceda nas próximas operações que a SATA venha a desenvolver em relação à comunidade dos Açores.

Penso que é esta a mensagem: um voto de protesto em relação ao serviço que está a ser feito, que é péssimo, e de facto um alerta para o Governo Regional dos Açores para resolver esta questão.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Tem agora a palavra a Sra. Deputada Zuraida Soares.

(*) **Deputada Zuraida Soares (BE):** Obrigada, Sra. Presidente.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Dizer que o Bloco de Esquerda se vai associar a este voto do PSD e que apetece dizer “palavras para quê?”.

Tudo aquilo que é dito no conteúdo deste voto existe, é triste e tem sido o fado das nossas comunidades emigrantes, sobretudo ao longo deste ano.

Deputado Francisco César (PS): E revê-se nas *t-shirts*?

A Oradora: Portanto, não há forma de escamotear este aspeto e não o escamotear não quer dizer lançar a SATA para baixo, Sr. Deputado Francisco César. Quer dizer o contrário.

Quer dizer exigir à SATA que cumpra o melhor possível e melhor do que tem feito as suas obrigações para com as nossas comunidades emigrantes e quer dizer também que todos nós açorianos aqui, nos Açores e na diáspora, esperamos dela um papel muito mais assertivo e presente no desenvolvimento da nossa economia e na resposta às necessidades e diria mesmo aos direitos das nossas comunidades emigrantes.

Portanto, a crítica nem sempre é destrutiva.

Deputado Francisco César (PS): É preciso é saber fazer!

A Oradora: A crítica pode ser construtiva e neste caso a crítica à SATA é justa e é construtiva.

Queremos mais porque sabemos que a SATA pode e deve dar mais.

Muito obrigada.

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

A Mesa não tem mais inscrições.

Sr. Deputado Jorge Macedo tem a palavra.

(*) **Deputado Jorge Macedo (PSD):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Este voto reflete a indignação coletiva da nossa comunidade emigrante nos Estados Unidos e no Canadá.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

O Orador: Quando se tenta dizer que o PSD por denunciar ou por fazer suas as palavras e a indignação dos nossos emigrantes está a empurrar a SATA ainda mais para baixo, deixem-me que vos diga: se Vs. Exas. preferem enterrar a cabeça na areia é convosco; ...

Deputado Cláudio Almeida (PSD): Muito bem!

O Orador: ... ao PSD compete denunciar e fazer-vos obrigar a tirar a cabeça da areia onde os senhores insistem em mantê-la enterrada.

Deputado Cláudio Almeida (PSD): Muito bem!

O Orador: O Governo define prioridades, planos estratégicos e uma das prioridades foi o mercado americano, o mercado da saudade, o mercado onde residem milhares e milhares de açorianos, refiro-me aos Estados Unidos e ao Canadá.

Deputado Francisco César (PS): Chama-se mercado do conhecimento!

O Orador: Faz promoção. Todos nos lembramos da célebre promoção no metro de Boston. Durou só 15 dias e rapidamente foi o “toca e foge”, mas fizeram promoção e gastaram rios de dinheiro.

Reconhecem que os nossos emigrantes são o melhor veículo para poderem trazer outros concidadãos americanos a visitar os Açores, mas quando chega a hora de trazer os nossos emigrantes e tratá-los adequadamente o que acontece é que a SATA reincidentemente tem atrasos, cancelamentos e todos nós sabemos porquê, todos nós sabemos de quem é a responsabilidade.

A responsabilidade é do Governo Regional e da administração da empresa.

De quem é que havia ser?

Deputado Francisco César (PS): Claro!

O Orador: Era dos partidos da oposição, certamente!

Aos partidos da oposição compete fazer a denúncia.

Mas, Srs. Deputados do Partido Socialista, se as *t-shirts* vos incomodaram tanto, vou voltar a mostrá-las ...

Deputado Berto Messias (PS): Mostre!

O Orador: ... pela simples razão de que nós aqui temos gosto e vontade de fazer eco da indignação dos nossos emigrantes que as criaram e pelo facto de serem reveladoras da verdade que acontece todos os dias foram um sucesso de vendas.

Srs. Deputados, foi isto que refletiu a indignação dos nossos emigrantes que nas festas da Praia não se sentiram nada incomodados em vesti-las.

(Neste momento, o Deputado Jorge Macedo mostrou novamente uma das t-shirts)

Deputado Berto Messias (PS): Essa *t-shirt* foi feita por militantes do PSD!

O Orador: Nas festas da Praia não se sentiram nada incomodados em vesti-las, ao contrário de Vs. Exas. que se sentem incomodados pelo facto do PSD trazer aqui a estampa, a impressão da indignação daqueles que escolheram visitar os Açores e foram maltratados pela companhia que os devia tratar bem e devia tratá-los bem ...

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

O Orador: ... porque são os primeiros a dizer: “Bem-vindos sejam os nossos emigrantes. Vocês são o melhor veículo de promoção que nós podíamos ter.”

Há aí uma incongruência, ou seja, se por um lado dizem que os querem cá, se por um lado dizem que eles são o melhor veículo de promoção; por outro lado

fazem com que os nossos emigrantes quando cá chegam digam: “Com a SATA nunca mais!” ou “Assim não volto cá mais nenhuma vez!”

Desta maneira, Srs. Deputados do Partido Socialista, Srs. Governantes, não é assim que se promove os Açores nos Estados Unidos e no Canadá.

Lamentamos ter que fazer essa denúncia. Temos muita pena que tal tenha acontecido, ...

Deputado Berto Messias (PS): Sim! Deve estar comovido com isso!

O Orador: ... mas aos partidos da oposição compete denunciar as situações para que elas não se voltem a repetir, porque aquilo que aconteceu foi mau demais.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Vamos então passar à votação.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra façam o favor de se sentar.

O Sr. Deputado que se abstém faça o favor de se sentar.

Secretária: O voto de protesto apresentado foi rejeitado com 29 votos contra do PS, 19 votos a favor do PSD, 3 votos a favor do CDS-PP, 1 voto a favor do BE, 1 voto a favor do PPM e 1 abstenção do PCP.

Presidente: Obrigada, Sra. Secretária.

Passamos agora aos votos de pesar.

O primeiro é apresentado pelo Grupo Parlamentar do PSD.

Tem a palavra a Sra. Deputada Judite Parreira e é relativo ao falecimento de Luís Bettencourt.

Deputada Judite Parreira (PSD): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

VOTO DE PESAR

Luís Bettencourt

Luís Manuel Borges Bettencourt nasceu na freguesia da Fonte do Bastardo, concelho da Praia da Vitória, a 9 de novembro de 1946, tendo falecido no passado mês de maio, com sessenta e sete anos de idade.

Cidadão de espírito interventivo, sempre se mostrou empenhado e participante ativo na vida social, política e cultural da sua comunidade.

Sendo um cidadão honrado e considerado pela sociedade, desempenhou relevantes funções públicas, nomeadamente de Encarregado da Direção da Escola Preparatória Francisco Ornelas da Câmara da Praia da Vitória nos anos de 1976 e 1977 e de Delegado do Conselho de Administração na Ilha Terceira da Empresa de Eletricidade dos Açores de 1982 a 1984.

Pessoa de grande versatilidade, capacidade de trabalho e adaptação a novas realidades exerceu funções de assistente de gestão, bancário, professor, técnico comercial e aspirante de finanças.

Foi, também, um político empenhado na defesa dos seus ideais, tendo tido um papel de reconhecida importância na dinamização e esclarecimento político. Eleito presidente da Câmara Municipal da Praia da Vitória de 1976 a 1979 e presidente da Comissão Política Concelhia do PSD da Praia da Vitória de 1981 a 1988 e de 1991 a 1992.

Exerceu as funções de deputado do PSD na Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, na IV legislatura e por um período de dois anos, de 1991 a 1993, eleito pelo círculo eleitoral da Terceira.

Mas, para além das atividades políticas, Luís Bettencourt dedicou-se, ainda, a atividades sociais e culturais, consagrando parte do seu tempo ao voluntariado. Assim, foi Presidente da Direção da Casa do Povo da Fonte do Bastardo entre 1981 e 1986, Presidente da Assembleia Geral do Grupo de Teatro Experimental “A Teia” de 1999 a 2000, Presidente da Direção do Clube Naval da Praia da Vitória de 1998 a 2002 e Presidente da Assembleia Geral da Cooperativa de Consumo da Fonte do Bastardo de 2001 a 2002.

Assim, o Grupo Parlamentar do PSD/Açores propõe à Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, nos termos estatutários e regimentais aplicáveis, a aprovação de um voto de pesar pelo falecimento do antigo deputado Luís Manuel Borges Bettencourt, do qual deve ser dado conhecimento formal à sua família.

Disse.

Horta, Sala das Sessões, 9 de julho de 2014

Os Deputados Regionais, Duarte Freitas, António Marinho, António Ventura, Bruno Belo, Luís Garcia, Judite Parreira

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Estão abertas as inscrições.

Sr. Deputado Berto Messias tem a palavra.

(*) **Deputado Berto Messias (PS):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

É com lamento e pesar que uso da palavra para me pronunciar num voto de pesar relativamente à morte do Sr. Luís Bettencourt.

Foi de facto uma pessoa com grande participação cívica e política na Praia da Vitória.

Foi um exemplo pela postura que sempre teve ao longo da sua vida cívica e social e, portanto, é com pesar que infelizmente temos que nos associar a um voto que assinala a morte do Sr. Luís Bettencourt, que julgamos ser uma grande perda para o concelho da Praia da Vitória.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Não havendo mais inscrições, vamos então passar à votação.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Secretária: O voto de pesar apresentado foi aprovado por unanimidade.

Presidente: O último voto de hoje é um voto de pesar referente ao falecimento de Fernando Garcia. É apresentado pelo PSD.

Tem a palavra o Sr. Deputado José Andrade.

Deputado José Andrade (PSD): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Voto de Pesar

Fernando Garcia

A diáspora açoriana está mais pobre.

Na costa leste dos Estados Unidos da América, New Bedford e Fall River, as duas cidades mais representativas das nossas comunidades da Nova Inglaterra, choram a morte de Fernando Garcia.

Era uma das mais importantes personalidades americanas de naturalidade açoriana e perdeu a 20 de maio uma luta resistente contra doença prolongada.

Deixa o exemplo de uma vida construída por mérito próprio e dedicada ao bem comum.

O seu espírito empreendedor e a sua capacidade de trabalho eram tão grandes como a sua ajuda às Comunidades e o seu amor aos Açores.

Nasceu em Ponta Delgada a 16 de outubro de 1947 e venceu a distância do mar com apenas 10 anos de idade.

Formado em Gestão pela Universidade de Massachusetts, fundou a companhia de seguros “All-Neads” na sua cidade de New Bedford e em 1998 adquiriu a “Fall River Ford”, que transformou numa empresa com mais de 130 empregados movimentando anualmente 75 milhões de dólares.

Usou o seu sucesso em proveito da Diáspora e colocou a sua influência ao serviço da Região.

No plano económico, foi vice-presidente do Escritório de Desenvolvimento Económico de Fall River, presidente do Conselho de Desenvolvimento Económico de New Bedford e presidente do PBA – Portuguese Business Association.

No plano sociocultural, dinamizou a Comissão do Dia de Portugal e a Comissão das Cidades-Irmãs de Fall River e Ponta Delgada, possibilitou a construção da réplica monumental das “Portas da Cidade” na “Ponta Delgada Boulevard” de Fall River, foi presidente da comissão instaladora do Museu Açoriano do Espírito Santo, foi presidente das Grandes Festas do Divino Espírito Santo da Nova Inglaterra e era presidente da comissão executiva do BCC – Bristol Community Colege.

A sua atividade notável e a sua generosidade discreta foram reconhecidas e distinguidas pelos seus concidadãos.

Em 2001 foi homenageado com o prémio “Empresário do Ano” de Fall River e no ano seguinte foi consagrado no “Passeio da Fama Empresarial” de New Bedford.

Em 2006 foi distinguido pela Câmara do Comércio de Fall River como “Cidadão do Ano” e pela Prince Henry Society de Massachusetts como “Luso-americano do Ano”.

No mesmo ano, foi agraciado pela República Portuguesa com a Comenda da Ordem do Infante D. Henrique.

O reconhecimento oficial da sua Região, que tanto amou e serviu, já não lhe chega em vida mas fica hoje simbolicamente aqui manifestado com inteira justiça.

Assim, ao abrigo das disposições regimentais aplicáveis, o Grupo Parlamentar do PSD propõe à Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores um **Voto de Pesar pelo falecimento do comendador Fernando Garcia**, como merecida homenagem pelos serviços prestados às comunidades açorianas, do qual deve ser dado conhecimento formal à sua família e aos Mayor’s das cidades de New Bedford e Fall River, seus amigos e admiradores.

Disse.

Horta, Sala das Sessões, 9 de setembro de 2014

Os Deputados Regionais, Duarte Freitas, António Marinho, António Ventura, Bruno Belo, Luís Garcia, José Andrade

Deputado Jorge Macedo (PSD): Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Estão abertas as inscrições.

Sr. Deputado Pedro Moura tem a palavra.

(*) **Deputado Pedro Moura (PS):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

O Grupo Parlamentar do Partido Socialista vai associar-se a este voto.

Já aqui foi referida a vida e a obra pormenorizadamente do Sr. Fernando Garcia pelo Deputado José Andrade.

Nós pensamos que é de realçar essencialmente a sua natureza de homem bom, homem açoriano que, deixando a sua terra, nunca esqueceu quer a terra, quer os seus mais próximos sempre que pôde, quando a economia americana o permitiu.

Ele foi um homem de sucesso nos seus negócios, deu muitos empregos a muitos açorianos, ajudou muitos açorianos e acima de tudo esteve sempre envolvido em trabalhos a favor da comunidade, ajudando a comunidade açoriana no seu todo com uma série de iniciativas que culminaram com o que era também uma grande proteção dele, era (digamos assim) a cereja no topo do bolo dos trabalhos que ele fez para a comunidade e que foi sem dúvida ser presidente das grandes Festas do Divino Espírito Santo que ainda hoje nos Estados Unidos reúnem açorianos de toda a América do Norte.

Pelo seu trabalho, pelo seu empenho, pela sua dedicação à comunidade, achamos, o Grupo Parlamentar do Partido Socialista, que é perfeitamente justo e merecido este voto.

Deputada Catarina Moniz Furtado (PS): Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Não havendo mais inscrições, vamos então passar à votação.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Secretária: O voto de pesar apresentado foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Muito obrigada, Sra. Secretária.

Terminámos o período referente aos votos. Vamos passar para a comunicação política, para a comunicação do Governo, peço desculpa.

Tem a palavra o Sr. Secretário Regional Vítor Fraga.

Secretário Regional do Turismo e Transportes (Vítor Fraga): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

O XI Governo dos Açores definiu como umas das suas prioridades, a redução do custo da acessibilidade à Região e o incremento da mobilidade de todos os Açorianos.

Esta foi igualmente assumida como uma medida a concretizar no decorrer da atual legislatura, no âmbito do Plano Integrado dos Transportes dos Açores.

Assumimos assim o compromisso, perante todas as Açorianas e Açorianos, de tudo fazer para que, no âmbito da revisão das Obrigações de Serviço Público (OSP) estabelecidas para as ligações entre a Região, o continente português e a Região Autónoma da Madeira, fosse possível encontrar uma solução que corporizasse o que para nós era, é e será sempre fundamental, ou seja, uma solução que protegesse devidamente os interesses dos Açores e dos Açorianos.

Nunca procurámos uma solução a qualquer custo, como alguns preconizavam. Procurámos sempre a melhor solução, uma solução que conjugasse os benefícios de uma flexibilização do modelo com a proteção do direito à mobilidade de todos os residentes nos Açores, independentemente da sua ilha de residência.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Todo este processo surge por iniciativa do Governo dos Açores, quando, em 18 de agosto de 2011, o Secretário Regional da Economia, em reunião que manteve com o Ministro da Economia e do Emprego, manifestou a intenção do Governo dos Açores em rever as OSP de transporte aéreo entre os Açores e o continente.

Nessa reunião ficou acordada a constituição de um grupo de trabalho para analisar e debater as propostas dos Açores sobre esta matéria.

Dado o silêncio e o desinteresse que o mesmo acarretava por parte do Governo da República, o Governo dos Açores tomou a iniciativa de, em 11 de maio de 2012, enviar uma proposta de revisão das OSP ao Gabinete do Ministro da Economia e Emprego.

Na base desta proposta estava a definição de um valor máximo, justo e equilibrado para as deslocações de residentes e estudantes, assim como a criação de condições para a entrada de novos operadores no mercado, de forma a aumentar a concorrência e, por essa via, reduzir o custo da acessibilidade, disponibilizando igualmente uma oferta ao nível da carga aérea que potenciasses o carácter exportador das nossas empresas.

Vinte e seis meses depois (vinte e seis meses depois) do Governo dos Açores ter dito que pretendia rever as OSP, e após várias insistências para que essa

revisão acontecesse, realizou-se a primeira reunião sobre este tema com o Governo da República.

Nessa reunião, cerca de um ano e meio depois da apresentação da nossa proposta, constatou-se a existência de vários erros de interpretação da mesma por parte do Governo da República.

Perante tal facto, e por indicação já do atual Ministro da Economia, foi tomada a decisão de constituir um Grupo de Trabalho tripartido (Governo da República, Governo dos Açores e INAC) com a missão de analisar e estudar alguns aspetos da proposta de revisão das OSP apresentada em maio de 2012 pelo Governo dos Açores e produzir um relatório sobre a matéria até ao final de novembro de 2013.

Desde este momento muitos foram os obstáculos que fomos ultrapassando, desde o atraso na constituição do referido Grupo de Trabalho, o desvirtuar dos princípios inerentes à constituição do mesmo, até ao impedir a progressão de impulsos ultraliberais já testados noutras paragens, que estavam longe de defender os interesses dos Açores e dos Açorianos.

Sabíamos bem o que queríamos, tínhamos a perfeita consciência de que estávamos perante um processo complexo, mas que, com trabalho e espírito de sacrifício, tendo sempre presente a defesa intransigente dos interesses dos Açores e dos Açorianos, encontraríamos uma boa solução que corporizasse os princípios e os méritos da nossa proposta.

Nunca baixámos os braços, procurámos sempre ser proativos, propondo soluções e antecipando a resolução de eventuais dificuldades, sempre (sempre) numa lógica construtiva, com o objetivo de termos o melhor para a nossa Região, salvaguardando sempre os princípios básicos de que, sob pretexto algum, estaríamos disponíveis a abdicar.

Assim, no dia 10 de janeiro de 2014, em reunião mantida com o Secretário de Estado das Infraestruturas, Transportes e Comunicações (SEITC), manifestámos a nossa indisponibilidade para desenvolver um modelo semelhante ao implementado na Madeira.

Defendemos também que a liberalização das rotas economicamente sustentáveis deveria salvaguardar a defesa dos interesses dos cidadãos residentes e estudantes dos Açores.

Mas fomos mais além, propusemos na referida reunião, como pontos a desenvolver no trabalho técnico de clarificação da proposta apresentada pelo Governo dos Açores, a introdução dos conceitos de custo elegível e de subsídio variável, assim como a alteração ao regime de encaminhamentos que possibilitasse aos residentes escolherem em igualdade de oportunidades a cada momento a oferta mais adequada às suas necessidades.

E assim, após uma longa caminhada, no dia 18 de julho, 35 meses depois do Governo dos Açores ter dito que queria rever as OSP, e dois anos e dois meses depois de termos apresentado a nossa proposta, encerrámos mais uma etapa neste processo.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Esta etapa concluiu-se com a consensualização entre o Governo dos Açores e o Governo da República da definição de um novo modelo de transporte aéreo

entre a Região Autónoma dos Açores, o continente português e a Região Autónoma da Madeira, na sequência da proposta apresentada pelo Governo dos Açores em maio de 2012, de todo o trabalho desenvolvido pelo grupo de trabalho e dos contactos e da reunião mantida dois dias antes, em Lisboa, com o SEITC.

Um modelo que contempla um regime misto entre rotas liberalizadas, que foram identificadas como economicamente sustentáveis por parte do INAC, e rotas sujeitas a OSP.

Um modelo onde fica assegurado que, por meio do pagamento do subsídio de mobilidade social aos residentes e estudantes, calculado a partir do custo total do bilhete, o valor máximo final a pagar nas deslocações ida e volta ao continente nunca ultrapassa os 134€ e os 99€ respetivamente, ou 119€ e 89€ no caso das ligações à Madeira, traduzindo-se assim numa redução de mais de 50% em relação aos custos atuais.

Um modelo que assegura que, em qualquer momento, os residentes de Santa Maria ao Corvo poderão optar pela *gateway* de saída que disponha da oferta mais adequada às suas necessidades.

Um modelo que permite a entrada de novos operadores, nomeadamente nas rotas liberalizadas, onde a concorrência certamente trará benefícios, quer ao nível da redução do custo da acessibilidade, quer ao nível da qualidade de serviço.

Um modelo que segrega o transporte de carga aérea do transporte de passageiros, nomeadamente para as rotas liberalizadas para passageiros, e que impõe OSP para este serviço.

Um modelo que introduz um avião dedicado para a carga aérea, melhorando a oferta quer ao nível da capacidade, regularidade, pontualidade, assim como ao nível do custo, onde impõe um tarifário para os produtos que exportamos, que apresenta uma redução de cerca de 40% face aos custos atuais, possibilitando-se assim que as nossas empresas possam ser mais competitivas e incrementem as suas exportações, com maior valor acrescentado.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

De acordo com o solicitado, o Governo dos Açores fez chegar ao SEITC, a versão oficial e final da proposta consensualizada a fim de a mesma ser submetida à aprovação em Conselho de Ministros, que, segundo fomos informados, acontecerá no corrente mês.

Apelamos assim para que se cumpra esta calendarização, para que o novo modelo de transporte aéreo da Região esteja em vigor no próximo verão IATA, ou seja, no final de março do próximo ano.

O Governo dos Açores manifesta a sua satisfação pelos resultados obtidos, nomeadamente na definição deste novo modelo, que tem como base a proposta inicialmente entregue ao Governo da República em maio de 2012.

Ao longo deste processo, o Governo dos Açores fez aquilo com que os Açorianos sabem que podem contar do seu Governo, ou seja a defesa intransigente dos interesses dos Açores e dos Açorianos.

Da mesma maneira, estamos a trabalhar com a SATA, a nossa companhia aérea, para que, dentro das regras do novo modelo, esta possa ser fortemente

competitiva, sustentável e contribua de forma ativa para a criação de riqueza na Região, continuando a ser uma referência na prestação do serviço de qualidade para todos os Açorianos.

Mas não ficaremos por aqui!

Deputado Francisco César (PS): Muito bem!

Presidente: Sr. Secretário, o seu tempo está a terminar. Agradeço que abrevie, se faz favor.

O Orador: Já estamos também a trabalhar num novo regime de OSP para as ligações inter-ilhas, com vista a aumentar a capacidade de mobilidade dos Açorianos e de todos os que nos visitam, procurando simultaneamente a redução do custo associado.

Queremos que, a partir do próximo verão IATA, a Região possua uma nova realidade ao nível do transporte aéreo que continue a contribuir para potenciar o desenvolvimento de cada uma das nossas ilhas.

O Governo dos Açores continuará a trabalhar, sem falsos protagonismos, sem tentar usurpar o mérito do trabalho de quem quer que seja, tendo sempre como único objetivo alcançar as melhores soluções não só para o presente mas também para o futuro.

Disse.

Vozes dos Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)

Deputado Jorge Macedo (PSD): Não sei porque está a dizer isso. Nem adivinho por que está a dizer isso!

Presidente: Obrigada, Sr. Secretário.

Estão abertas as inscrições.

Deputado Berto Messias (PS): O Sr. Deputado Duarte Freitas não vai explicar como é que se conseguiu esta vitória?

Presidente: Pergunto se há inscrições.

Julgo não haver inscrições.

Sr. Deputado Aníbal Pires tem a palavra, mas apenas cerca de dois minutos.

(*) **Deputado Aníbal Pires (PCP):** Obrigada, Sra. Presidente.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo, Sr. Secretário Regional do Turismo e Transportes:

Sem dúvida que o novo modelo de revisão de Obrigações de Serviço Público responde a alguns dos grandes anseios das açorianas e açorianos, designadamente o facto de a partir do próximo verão IATA o custo das passagens aéreas vir para um valor, digamos, razoável.

Mas à Representação Parlamentar do PCP subsistem algumas dúvidas, desde logo sobre o modelo que vai ser implementado para o pagamento das indemnizações compensatórias que como se sabe vai ser feito diretamente ao passageiro e não à companhia que faz o transporte, mas também o facto do valor real da passagem, o custo que o passageiro paga, será de 134 €, ...

Deputado Francisco César (PS): Que nós pagamos!

O Orador: ... mas isto não invalida que no momento da compra da passagem esse valor possa atingir, sei lá, 300, 400, 500, 600, 700, 800 e por aí fora.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Não está definido!

O Orador: Não há limite. Portanto, isso implica qualquer coisa como isto: uma família que tenha que se deslocar e que o tenha de fazer sem uma planificação prévia, pode ter de despende mais de um milhar de euros para se deslocar a Lisboa.

Portanto, Sr. Secretário Regional do Turismo e Transportes, a questão ...

Deputada Zuraida Soares (BE): Alarmista!

O Orador: Não é alarmismo, porque isto passou-se na Madeira e nada nos garante (nada nos garante!) ...

Secretário Regional do Turismo e Transportes (Vitor Fraga): Não é igual!

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Não! O modelo é igual!

O Orador: Eu sei que não é igual.

Secretário Regional do Turismo e Transportes (Vitor Fraga): É muito melhor!

O Orador: Sei que tem algumas vantagens relativamente ao modelo da Madeira, mas esta questão que estou a levantar coloca-se da mesma forma.

Secretário Regional do Turismo e Transportes (Vitor Fraga): Não se coloca!

Presidente: Sr. Deputado, agradeço que termine.

O Orador: Vou já terminar.

Oh Sr. Secretário, nós teremos certamente algum tempo para discutir fora do contexto desta figura regimental estas questões relacionadas com o novo modelo de revisão de Obrigações de Serviço Público, mas como já percebeu a Sra. Presidente está a dizer que o meu tempo chegou ao fim.

De qualquer forma, Sr. Secretário, o desafio fica aqui. Esclareça as açorianas e os açorianos como é que vai ser quando tiverem de pagar mais de mil euros para se deslocarem e quanto tempo é que vai demorar a serem ressarcidos.

Muito obrigado.

Deputado Francisco César (PS): O senhor nunca está satisfeito!

Deputado Aníbal Pires (PCP): O Sr. Deputado Jorge Macedo está contentíssimo. Finalmente tem o espaço liberalizado, aberto! Não quer mais do que essa abertura!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Pergunto de há mais inscrições.

Sr. Deputado Jorge Macedo tem a palavra.

(*) **Deputado Jorge Macedo (PSD):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Temos hoje uma excelente proposta, uma excelente negociação, ...

Deputado Aníbal Pires (PCP): E porque foi imposta pelo Governo da República!

O Orador: ... umas excelentes Obrigações de Serviço Público nas ligações para o exterior dos Açores, nomeadamente para o continente e para a Madeira.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): O excelente vai ficar gravado!

O Orador: Estão de parabéns os açorianos que sempre reivindicaram passagens mais baratas, está de parabéns o Governo Regional dos Açores ...

Deputado Aníbal Pires (PCP): Oh Sr. Secretário!

O Orador: ... que passados dois anos percebeu que a sua proposta inicial era inexecutável, está de parabéns...

Secretário Regional do Turismo e Transportes (Vitor Fraga): Não é verdade! É mentira!

O Orador: Sim! Vs. Exas. diziam que a vossa proposta não implicava qualquer sobrecusto para o Orçamento de Estado e para a República.

Acontece que com passagens a 134€ após o reembolso, naturalmente, mais gente vai viajar, o que significa que maior número de vezes o Governo da República e o Estado teriam que pagar 86€, desta vez não pagos à companhia, mas pagos aos passageiros. Isso são aquelas verdades de *la Palisse*.

Recordo que em 99 quando as passagens baixaram de 43 para 31 contos o fluxo de passageiros aumentou 19,9%, o que significava agora, a repetir-se a situação, como era natural (passagens mais baratas, mais açorianos a viajar), que o esforço do Orçamento de Estado e do Estado seria superior, coisa que Vs. Exas. diziam que nunca iria acontecer, mas também nunca conseguiram explicar.

Portanto, os 26 meses que V. Exa. referiu que demorou a negociação, foram os 26 meses necessários para que o Ministério da Economia e o Secretário de Estado dos Transportes vos convencesse de que a vossa proposta inicial não era executável e também vos convencesse da liberalização. Vs. Exas. não queriam ouvir falar de liberalização das rotas para Ponta Delgada e para a Terceira.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

Quando se conta a verdade é bom que se conte toda a verdade.

Secretário Regional do Turismo e Transportes (Vitor Fraga): Conte toda a verdade, Sr. Deputado! Conte!

O Orador: Portanto, Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo, os açorianos estão de parabéns, o Governo Regional está de parabéns, soube reconhecer as lacunas da sua proposta inicial, os partidos da oposição nesta câmara estão de parabéns, todos nós diligenciámos para que houvessem passagens mais baratas.

Eu testemunhei diversas conversas entre o líder do PSD/Açores, Duarte Freitas, e o Primeiro-Ministro Passos Coelho para que o assunto pudesse avançar mais depressa.

Deputado Bruno Belo (PSD): Muito bem!

(Risos dos Deputados da bancada do PS)

O Orador: Eu testemunhei o esforço que o CDS-PP fez para que o processo negocial pudesse avançar mais depressa.

Deputado André Bradford (PS): Isso é uma vergonha!

Presidente: Sras. e Srs. Deputados!

O Orador: Não tive oportunidade de testemunhar as diligências por parte dos restantes partidos, porque não presenciei, portanto, direi apenas aquilo que presenciei e aquilo que sei, ...

Deputado Berto Messias (PS): Sr. Deputado, já bastam as *t-shirts*. Não faça esse papel!

O Orador: ... mas a verdade é que, como disse e teve necessidade de o dizer, o Governo Regional não quer falsos protagonismos.

Oh Sr. Secretário Regional, de “boas intenções está o inferno cheio” ou de “presunção cada um mergulha na pia de água benta que entende”.

Secretário Regional do Turismo e Transportes (Vitor Fraga): Exatamente!

O Orador: Agora, a verdade tem de ser contada do princípio ao fim.

Secretário Regional do Turismo e Transportes (Vitor Fraga): Conte-a!

O Orador: E sabem quais eram as principais diferenças entre a vossa proposta inicial e a negociação final que foi atingida?

Vs. Exas. no início não queriam sequer ouvir falar de liberalização. Vá-se lá saber porquê!

Para além disso, reservavam para os residentes apenas (e denunciei aqui nesta Casa isso) passagens semiflexíveis.

Lembra-se disso, Sr. Secretário?

Está escrito, eu tenho a proposta. Lembra-se disso com certeza!

Estou a falar bem, não estou? Estou a falar a verdade?

Muito bem!

Então se nisso estamos de acordo passados 26 meses que é aquilo que V. Exa. reclama (não sei bem se reclama, se reconhece que foi muito tempo, se reconhece que a negociação foi difícil, não sei!), ...

Presidente: Sr. Deputado, está a terminar o seu tempo, agradeço que termine.

O Orador: Termino já, Sra. Presidente.

... passados 26 meses, esse tempo foi o tempo necessário para que o Governo da República, nomeadamente o Primeiro-Ministro, o Ministro da Economia e

...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Agora já é Ministro da Economia!

Secretário Regional do Turismo e Transportes (Vitor Fraga): Isso é falso!

O Orador: ... o Secretário de Estado dos Transportes convencessem o Secretário Regional do Turismo e Transportes e o Presidente do Governo Regional ...

Secretário Regional do Turismo e Transportes (Vitor Fraga): Isso é falso!

O Orador: ... de que não só a vossa proposta inicial era inexecutável, como não havia outra solução, não valia a pena lutarem contra o vento, porque a liberalização das rotas de Ponta Delgada e da Terceira era a única solução que garantia tarifas a 134 € para os açorianos sem sobrecarregar os contribuintes.

Muito obrigado.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sr. Deputado Francisco César tem agora a palavra.

(*) **Deputado Francisco César (PS):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Enquanto preparava esta discussão e na conversa com os meus colegas, ...

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Ah! O senhor preparou esta discussão? Pensava que isto tinha sido de surpresa!

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Isso não se faz, Sr. Secretário!

O Orador: ... nós pensávamos o que é que o PSD ia inventar para tentar ficar nesta fotografia.

Fizemos várias tentativas. Já tínhamos visto a figura que fez o líder do PSD em tentar meter na comunicação social, alguns minutos antes do Presidente do Governo, o seu retrato na negociação destas Obrigações de Serviço Público.

Deputado André Bradford (PS): Um grande sucesso!

O Orador: Com grande sucesso aliás, como se viu!

Deputado André Bradford (PS): Feito pelo CDS-PP!

O Orador: Mas aquilo que nós percebemos é que o PSD sobre esta matéria chegou ao ponto, para se pôr na fotografia, de ser deselegante com o seu parceiro de coligação.

Todos nós sabemos nesta câmara, todos nós sabemos por declarações públicas do Governo Regional, todos nós sabemos por interpelações diretas de Deputados à Assembleia da República ao então Ministro da Economia, que o Governo da República de então não queria saber de alterar o modelo de Obrigações de Serviço Público e os pressupostos que foram sempre dados por este Governo a esta Casa foram os seguintes: flexibilizar o modelo, protegendo sempre o residente.

Perguntava então o PSD: “O que é que quer dizer flexibilização?”

Nós dissemos que era permitir que mais companhias aéreas voassem para os Açores, ...

Deputado Miguel Costa (PS): Muito bem!

O Orador: ... que o mercado se tornasse mais competitivo, com isso trazendo mais fluxos turísticos, ...

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Não, não! Nunca ouvi isso!

Deputado Jorge Macedo (PSD): Já tinham dito isso há seis anos e nunca se concretizou! Passagens a 100€! Lembra-se?

Deputado Bruno Belo (PSD): Agora! Já não se lembra de nada disso!

O Orador: ... mas protegendo sempre o passageiro, sempre o residente.

Deputado André Bradford (PS): Muito bem!

O Orador: Foi este o pressuposto da negociação com o Governo da República durante muitos meses e o Governo da República nada respondeu.

O senhor podia ser justo com o seu parceiro de coligação, podia ser justo com o ministro do CDS que verdadeiramente nas reuniões com o Governo Regional

foi o único que foi sensível a esse argumento e nós não temos vergonha de o dizer aqui que as pretensões do Governo Regional foram ouvidas na altura pelo Ministro e não pelo Secretário de Estado do PSD.

A única preocupação do Secretário de Estado do PSD era liberalizar, liberalizar e liberalizar ...

Deputado Jorge Macedo (PSD): Isso fica-lhe mal!

O Orador: ... e os senhores tiveram uma opção, tal como nós tivemos.

Nós poderíamos escolher o mercado ou poderíamos escolher o passageiro residente.

Sempre dissemos que para nós estaria o residente.

Deputado André Bradford (PS): Muito bem!

O Orador: Os senhores ao colocarem a SATA a fazer preços, o chamado *price maker*, no mercado liberalizado fizeram a sua opção, a opção do mercado em detrimento dos residentes e nós aí nunca abdicámos.

Deputada Benilde Oliveira (PS): Muito bem!

O Orador: Nós negociámos (negociámos!) com o Governo da República, nós fizemos propostas, ...

Deputado Jorge Macedo (PSD): Esse pensamento é um bocadinho rebuscado!

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Isso exige comprovação!

O Orador: ... nós evoluímos a nossa posição de forma a que ela fosse compatível com aquilo que o Governo da República estava disposto a abdicar da sua posição e com isso obtivemos uma vitória: obtivemos a flexibilização de um modelo e obtivemos a proteção do passageiro residente independentemente da ilha onde ele reside.

Daí nós termos orgulho nesse trabalho, nós orgulhamo-nos de sempre, desde 1996, ter vindo a evoluir o modelo de transporte aéreo, um transporte aéreo onde a passagem tem vindo progressivamente a diminuir, onde as acessibilidades aos residentes têm vindo progressivamente a aumentar e onde os passageiros, independentemente da sua *gateway*, independentemente da sua ilha de origem, não saem prejudicados.

Nós orgulhamo-nos do trabalho que fizemos, não o fizemos sozinhos.

Deputado Jorge Macedo (PSD): Vocês “caíram da burra a baixo”! O vosso modelo é inexequível. Alguém fez o modelo a vocês e vocês “caíram da burra abaixo”!

O Orador: O Governo da República negociou connosco, acedeu, mas nós acima de tudo aquilo de que nos orgulhamos é de ter conseguido proteger o passageiro residente e de trazer mais fluxos turísticos.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Essa parte aí é que falha! Tem que se melhorar!

Presidente: Agradeço que termine, Sr. Deputado.

O Orador: Pena é que os senhores, tão predispostos a criticar o Governo por tudo e por nada, quando o Governo consegue uma vitória junto lá de fora, timidamente dão os parabéns e imediatamente se metem na fotografia ao lado a dizer “nós é que conseguimos”, ...

Deputado Jorge Macedo (PSD): Nada disso! Pelo amor de Deus! Foram V. Exas. sozinhos!

O Orador: ... inclusive sendo indelicados com o vosso parceiro de coligação. Muito obrigado.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Passo agora a palavra ao Sr. Deputado Artur Lima. Tem apenas três minutos, Sr. Deputado.

(*) Deputado Artur Lima (CDS-PP): Deixar a câmara aterrar! Já aterraram!

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Em primeiro lugar devo dizer que recuso qualquer paternidade nesta proposta.

Deputados Francisco César e José Ávila (PS): Muito bem!

O Orador: Não sou pai, não sou avô, nem sou tio dessa proposta, nem o CDS dos Açores tão pouco é.

Deputado Berto Messias (PS): Nem esperávamos outra coisa de si!

Vice-Presidente do Governo Regional (Sérgio Ávila): Pelo menos é primo!

O Orador: Agora o que eu não recuso e aqui enfatizo é que fizemos propostas aqui, nesta Casa, em projetos de resolução que estão vertidas nessa proposta. Isso é um facto indesmentível e irrecusável! Primeiro facto é esse.

Segundo facto é que esta é uma proposta do Governo Regional dos Açores ao Governo da República (facto!) e orgulho-me do CDS dos Açores ter contribuído para a defesa dos açorianos e dos residentes nos Açores nessa proposta. Recuso a liberalização selvagem como sempre recusamos e não mudamos de opinião e acho que o modelo não é excelente. Acho que no modelo têm de ser ainda introduzidas algumas melhorias na defesa dos açorianos, na defesa dos residentes, porque se o modelo fosse excelente servia para todos os Açores, para todas as ilhas e não apenas para duas.

Quem defende que isto é um modelo excelente não está a defender os Açores, está a defender duas ilhas.

É isso que nós temos que deixar aqui bem claro.

De resto, a segunda ligação Pico/Lisboa foi proposta do CDS, está lá e o Governo dos Açores teve a humildade de a levar na proposta.

As tarifas promocionais de 20% por voo não no verão ou na estação IATA foi proposta do CDS, está lá. É 15%, não foi 20, melhorou, está lá!

São coisas palpáveis, não é: “eu telefonei ao Sr. Ministro da Economia e eu telefonei ao Sr. Ministro e ao Sr. Vice-Primeiro-Ministro”. Não!

Outro facto, e para terminar, é que o processo estava encalhado no Ministério da Economia. Encalhado no Ministério da Economia e houve um ministro que o desenclhou, chama-se António Pires de Lima e é do CDS.

Muito obrigado.

Deputado Berto Messias (PS): É verdade, sim senhor!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sr. Deputado Paulo Estêvão tem a palavra, mas tem apenas um minuto, Sr. Deputado.

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sra. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Da nossa parte a apreciação política que o PPM faz é que se trata de um passo importante no âmbito da melhoria ...

Diga!

(Aparte inaudível da câmara)

O Orador: ... das Obrigações de Serviço Público.

Portanto, nós consideramos que neste momento, durante estes 18 anos de governação do Partido Socialista insistiu-se num modelo que era praticamente um modelo que apostava no monopólio de natureza soviética por parte da SATA. Esse modelo não resultou e à beira do colapso do ponto de vista dos transportes aéreos, do mau serviço, da contestação generalizada por parte da população (já que uma parte significativa já nem sequer tinha, dado os preços altíssimos das passagens aéreas, acesso a este serviço), o que acontece é que o Governo Regional mudou, alterou a sua postura.

Portanto, nós consideramos que é um passo positivo.

Obviamente que o modelo (e termino já, Sra. Presidente) terá que ser aperfeiçoado, vamos ver como é que funciona, mas considero que isto significa um melhor serviço para os residentes (é evidente!) e também tenho esperança que possa servir para captar um maior fluxo turístico e nesse sentido criar as condições para o crescimento económico num setor que é um setor com muito potencial nos Açores e que é fundamental neste momento para criar emprego, em que é fundamental para que o arranque económico e a recuperação económica nos Açores possa suceder.

Portanto, nessas matérias consideramos que há uma evolução, uma evolução que é positiva e que vai ao encontro àquelas críticas que o PPM faz aqui há seis anos que tinham a ver com passagens aéreas muito altas, das mais altas, as mais caras da Europa ...

Presidente: Agradeço que termine, Sr. Deputado.

O Orador: ... e que tinham a ver com a falta de flexibilidade do sistema.

Neste momento sucedem estas melhorias que é importante dizer que são de sinal contrário àquilo que o Partido Socialista fez ao longo de 18 anos.

Ao fim de 18 anos, e à beira do colapso, alterou o seu posicionamento e é neste sentido que vamos no sentido correto, mas não foi esta, não é esta a história do PS ...

Presidente: Sr. Deputado, tem de terminar.

O Orador: ... e do Partido Socialista nesta matéria que nos conduziu exatamente no sentido contrário a que agora nós chegámos.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sra. Deputada Zuraida Soares tem apenas dois minutos para intervir.

(*) **Deputada Zuraída Soares (BE):** Obrigada, Sra. Presidente. Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Não queria deixar também de assinalar esta comunicação do Sr. Secretário Regional do Turismo e Transportes e a propósito dela dizer apenas três coisas.

Primeiro, é uma declaração de interesses.

Eu, na realidade, não telefonei a ninguém, não tirei fotografias com ninguém, não me pus à espreita de ninguém e, portanto, estou inocente sobre essa matéria e penso que todos os elementos do Bloco de Esquerda/Açores também.

Segundo, sem negar o esforço que o Governo Regional pública e obviamente fez sobre esta matéria, sem também negar que houve, digamos, um esforço para desencalhar o processo encalhado no Governo da República, o certo é que nós ainda não sabemos muito bem como é que isto vai ser implantado, se vai ou não vai ser votado no Conselho de Ministros e se vai ser votado lisinho, limpinho tal como está a proposta de modelo, se vai ter algumas alterações, como é que tudo vai acontecer.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Só o pai é que pode dizer! Só perguntando ao pai!

A Oradora: Portanto, acho que da mesma maneira que o Sr. Deputado Artur Lima dizia que a câmara tinha de aterrar, eu digo que este modelo tem de aterrar, temos todos de perceber como é que as coisas se passam para depois então, em vez de fazermos guerrilha política e politiquice (perdoem-me o termo), dizermos alguma coisa de válido, de análise correta, intelectualmente honesta sobre aquilo que vai ou não vai acontecer de bom para o direito à mobilidade dos açorianos na nossa Região com a implementação deste modelo. O Bloco de Esquerda espera para ver, sem negar que o caminho percorrido até aqui tem vantagens e tem alguma mais-valia entre algumas críticas também que a seu tempo faremos.

Muito obrigada.

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Para encerrar o debate tem a palavra o Sr. Secretário Regional.

(*) **Secretário Regional do Turismo e Transportes (Vitor Fraga):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

É efetivamente com satisfação que nós encerramos esta etapa. É um facto também que esta etapa não se fecha sobre si e que há passos a dar, nomeadamente a aprovação em Conselho de Ministros e a comunicação à União Europeia.

Esta é uma tarefa que é da exclusiva responsabilidade do Governo da República, daí apelarmos insistentemente para que se cumpra o calendário que foi assumido na última reunião que eu tive com o Sr. Secretário de Estado dos Transportes.

Este é efetivamente um modelo para todas as ilhas. Não só para duas ilhas. É um modelo para todas as ilhas, para todos os açorianos de Santa Maria ao Corvo. Um modelo que conjuga rotas liberalizadas com rotas sujeitas a Obrigações de Serviço Público, um modelo que dá liberdade a qualquer momento, de qualquer açoriano de Santa Maria ao Corvo escolher a *gateway*

que entender, a *gateway* que tenha a melhor oferta, a oferta mais adequada para as suas deslocações.

Se este processo levou o tempo que levou não é certamente da responsabilidade do Governo dos Açores.

Foi em 18 de agosto de 2011 (18 de agosto de 2011) que o Secretário Regional da Economia manifestou a intenção da revisão de Obrigações de Serviço Público ao Governo da República.

Foi em 11 de maio de 2012, pelo facto de não haver resposta, que o Governo dos Açores tomou a iniciativa de enviar para o gabinete do Ministro uma proposta de revisão das Obrigações de Serviço Público.

Srs. Deputados, e foi necessário haver uma remodelação no Governo da República para que nós, pela primeira vez, conseguíssemos chegar à conversa com o Governo da República sobre este tema em 25 de outubro de 2013.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Apoiado!

Deputado Berto Messias (PS): Muito bem!

Deputado Rogério Veiros (PS): É verdade! Muito bem!

O Orador: Se há responsabilidade no atraso, essa responsabilidade não é certamente do Governo dos Açores.

Deputados Berto Messias e Rogério Veiros (PS): Muito bem!

O Orador: O PSD já nos habituou a uma demagogia folclórica, que hoje teve o seu expoente máximo nesta câmara, uma demagogia que só serve os seus interesses partidários, mas que não defende claramente o interesse dos Açores e dos açorianos.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Já tinha saudades!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

O Orador: Esta não é uma vitória só do Governo dos Açores, esta é sim uma vitória de todos, todos, todos os açorianos que residem nestas ilhas.

Muito obrigado.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Presidente: Obrigada, Sr. Secretário.

Encerramos também por agora os nossos trabalhos.

Regressamos às 15 horas com a Agenda da Reunião.

Bom almoço a todos.

(Eram 13 horas e 22 minutos)

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, vamos iniciar então a Agenda da Reunião.

(Eram 15 horas e 07 minutos)

O ponto um da nossa Agenda será debatido na manhã de quarta-feira, pelo que entraremos agora no ponto dois da Agenda: **Proposta de Decreto Legislativo Regional n.º 34/X – “Aprova o quadro plurianual de programação orçamental para o período de 2015 a 2018”**.

Os tempos foram definidos pela Conferência e são os seguintes: o Partido Socialista e o Governo dispõem de 25 minutos; PSD, 20 minutos; o CDS, 13 minutos e as Representações Parlamentares, 10 minutos.

Para apresentação do diploma tem a palavra o Sr. Vice-Presidente.

(*) **Vice-Presidente do Governo Regional (Sérgio Ávila)**: Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Muito rapidamente.

Apenas esta proposta vem na sequência da nova Lei de Finanças Regionais que define o enquadramento de um quadro plurianual de programação orçamental, aliás, que tínhamos nas orientações a médio prazo para o período da legislatura e na Lei de Finanças Regionais refere que o mesmo deve ser por quatro anos o que implicará anualmente ajustá-lo para um período que vai para além da legislatura.

É apenas o cumprimento dessa norma e desse ajustamento, sendo que de acordo com os critérios que estão definidos, que são um pouco diferentes das orientações a médio prazo e sendo um quadro indicativo, esse quadro tem como referência as próprias orientações a médio prazo, fazendo também com mais dois anos além do período da legislatura, porque assim decorre da própria Lei de Finanças Regionais, sendo apenas, como é referido no próprio diploma, um quadro meramente indicativo e cumpre uma norma que vem na Lei de Finanças Regionais.

Presidente: Muito obrigada, Sr. Vice-Presidente.

Estão abertas as inscrições.

(Pausa)

Pergunto se há inscrições.

Sr. Deputado Félix Rodrigues, penso que foi o primeiro a levantar a mão, tem a palavra, Sr. Deputado.

(*) **Deputado Félix Rodrigues (CDS-PP)**: Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Sr. Vice-Presidente, de facto a proposta que apresenta tem a ver com a Lei Orgânica n.º 2/2003 e é indicativo. No entanto, algumas dúvidas se nos colocam relativamente à proposta que é feita e as dúvidas que se nos colocam prendem-se essencialmente com a alteração da composição do Governo Regional.

No fundo, quando olhamos para o quadro plurianual de programação orçamental e da despesa financiada por receitas efetivas em milhões de euros, temos a Assembleia Legislativa Regional, temos a Presidência do Governo Regional, a Vice-Presidência, a Secretaria Regional da Solidariedade Social, a Secretaria Regional da Saúde, Secretaria Regional da Educação, Ciência e Cultura, que foi subdividida na Secretaria da Ciência, Tecnologia e Mar, e depois temos ainda a nova Secretaria dos Assuntos Parlamentares.

Quer dizer que de acordo com este quadro de programação orçamental essas duas secretarias, inclusivamente a Secretaria Regional da Agricultura, Ambiente e Mar, já não faz muito sentido a verba que está aqui cabimentada para 2014, 2015, 2016 e não acredito que essas novas secretarias não estejam a funcionar com um determinado orçamento. Faz algum sentido que isto estivesse atualizado a esta data.

Por outro lado, compreendo que de acordo com a Lei Orgânica devia ter sido apresentada essa proposta a 31 de maio (ela aparece um bocadinho mais tarde, não vejo inconveniente nisso), mas no entanto apanha aqui um período em que há uma reformulação do Governo. Havendo uma reformulação do Governo não sei até que ponto me parece adequado estarmos a aprovar aqui um quadro plurianual de programação orçamental quando há uma alteração orgânica do Governo.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Passo agora a palavra à Sra. Deputada Zuraída Soares.

(*) **Deputada Zuraída Soares (BE):** Muito obrigada, Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Esta Proposta de Decreto Legislativo Regional que aprova o quadro plurianual de programação orçamental para o período de 2015 a 2018 resulta, como o Sr. Vice-Presidente disse, do artigo 20.º da Lei de Finanças Regionais é uma obrigação da Troika desde logo e o Governo tem de cumprir, está obrigado a cumprir a lei, e ao apresentar esta Proposta de Decreto Legislativo Regional está a fazê-lo no estrito cumprimento da lei.

Quanto a isso não há dúvida nenhuma e nós registamos, mas acontece que este cumprimento da lei também é em si próprio passível de avaliação, de análise e, no caso do Bloco de Esquerda, de crítica.

Desde logo porque nós consideramos que os princípios e a filosofia que estão subjacentes a estes procedimentos legais, nomeadamente a apresentação deste quadro plurianual, em si próprio não vale coisíssima nenhuma e aproveitamos para retomar a intervenção do Sr. Deputado Félix Rodrigues que foi exatamente por esse caminho.

Há um novo Governo e, portanto, há novas decisões, há novas opções orçamentais e tudo isto, portanto, passa a ser uma coisa completamente diferente. Em si próprio não vale coisa nenhuma.

Isto já para não falar da Europa ela própria. Todos sabemos o que é que se está a passar neste momento na Ucrânia, no Iraque, por exemplo. Basta que a situação aqueça mais do que aquilo que já está para que lá se vá o orçamento da União Europeia, lá se vá o orçamento do país, da Europa e, portanto, também cada orçamento da Região até ao ano de 2018.

Do nosso ponto de vista este cumprimento, esta obrigatoriedade, esta imposição legal é uma excrescência ridícula do fundamentalismo orçamental imposto pela Sra. Merkel que não tem nada de uma visão estratégica do ponto de vista financeiro e económico para a Europa, mas tem apenas um objetivo que é a imposição de uma política austeritária e esta política e esta lógica ridícula derivam também (vale a pena recordá-lo) do tratado orçamental que PS, PSD e

CDS têm elogiado tantas vezes nesta Casa e fora desta Casa e que acham que é absolutamente decisivo para a Europa, para o país e para a nossa Região.

Ora, com a mesma lógica com que o Bloco de Esquerda denunciou, entre outras malfeitorias, que o tratado orçamental impunha o esvaziamento da soberania nacional e do papel da Assembleia da República (vale a pena recordar aos açorianos e açorianas que os nossos orçamentos nacionais vão primeiro a Bruxelas para obter um *ok* e só saem de lá quando forem alterados por forma a obterem esse *ok*, só depois é que vêm para a Assembleia da República e só depois é que os Deputados e as Deputadas eleitos pelo povo português se pronunciam, se isto não é uma anulação completa da nossa soberania então eu não sei o que é a soberania!), dizia eu que da mesma maneira que nós denunciámos esta situação na República, também não o podemos deixar de fazer na Região Autónoma dos Açores à luz da sua autonomia.

Portanto, da mesma maneira que lesa a soberania do país, acaba também a lesar a autonomia da nossa Região, o princípio autonómico e o Estatuto Político-Administrativo da nossa Região, porque volto a dizer que aquilo que aqui está neste quadro muito bem feitinho e muito razoável pode não querer dizer coisa nenhuma já para o ano que vem, basta que as circunstâncias se alterem.

Nós sabemos que este quadro plurianual que o Governo nos apresenta integra já em si os sucessivos orçamentos regionais entre 2015 e 2018 e pergunto: qual é o papel desta Assembleia?

Qual é o papel dos Deputados e das Deputadas desta Assembleia que já têm aqui um orçamento que não votaram, mas que já está apresentado?

Mais! Nós bem sabemos que o próprio tratado tem cláusulas em que em circunstâncias absolutamente limite permite alterações a este tipo de quadros e a este tipo de previsões. Permite alterações desde que a Sra. Merkel as autorize. Voltamos ao princípio.

Não somos nós que decidimos. Se a Sra. Merkel decidir que as circunstâncias não justificam qualquer tipo de alteração, os Deputados e as Deputadas desta Casa não têm uma palavra vinculativa e decisiva a dizer sobre o orçamento da Região Autónoma dos Açores.

Já agora, “atalho de foice”, também convidado, não posso deixar de convidar, o Partido Socialista a clarificar de uma vez por todas (e se calhar este era o momento apropriado nesta Casa) se é contra ou se é a favor do tratado orçamental, porque esta matéria não pode estar sujeita a qualquer coisa do tipo “ora agora António eu, ora agora António tu!”, porque isto tem dias, varia com os Antónios e o povo açoriano tem o direito de saber qual é a posição, neste caso do Partido Socialista dos Açores, relativamente ao tratado orçamental.

Vice-Presidente do Governo Regional (Sérgio Ávila): Quem é o António?

A Oradora: Em conformidade com as considerações que acabei de tecer, o Bloco de Esquerda não pode votar favoravelmente esta Proposta de Decreto Legislativo Regional.

Muito obrigada.

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Sr. Deputado Aníbal Pires tem a palavra.

(*) **Deputado Aníbal Pires (PCP):** Muito obrigado, Sra. Presidente.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Vice-Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Diria que as preocupações que foram já aqui expostas quer pelo CDS, quer pelo Bloco de Esquerda, são também preocupações do PCP, mas começaria nesta primeira intervenção por fazer uma pergunta ao Sr. Vice-Presidente.

Vice-Presidente do Governo Regional (Sérgio Ávila): Ai é!?

O Orador: No quadro que nos apresentam nesta Proposta de Decreto Legislativo Regional, designadamente para 2014, no quadro plurianual de programação orçamental, estão, ou estavam previstos, 1.062 milhões de euros, mas nós aprovámos 1 milhão 303 mil euros em termos orçamentais. Isto, julgo eu, merece alguma explicação e permita-me, Sr. Vice-Presidente, duvidar, digamos, da validade de uma iniciativa deste tipo, ...

Vice-Presidente do Governo Regional (Sérgio Ávila): Não faça essa pergunta!

O Orador: ... uma vez que ainda por cima são meros indicativos.

Por outro lado, Sr. Vice-Presidente, há aqui uma outra questão que tem a ver efetivamente com a nossa autonomia, com o poder desta Assembleia e que tem a ver com o seguinte: nós vamos discutir em novembro o orçamento para 2015, mas entretanto já estamos aqui a limitá-lo.

Muito obrigado, Sra. Presidente.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Tem agora a palavra o Sr. Vice-Presidente do Governo.

(*) Vice-Presidente do Governo Regional (Sérgio Ávila): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Começava do fim para o princípio das intervenções.

Oh Sr. Deputado Aníbal Pires, não gostaria de o corrigir, ...

Deputado Aníbal Pires (PCP): Mas corrija! Sou um eterno aprendiz! Faça o favor!

O Orador: ... mas o senhor não estava bem atento.

Este quadro é o quadro em relação à receita efetiva da Região. O valor que referiu inclui as contas de ordem, portanto, não pode comparar os quadros porque falam em referências diferentes. Se deduzir as contas de ordem irá chegar exatamente ao mesmo montante.

Deputado Aníbal Pires (PCP): E mais, e mais!

O Orador: Segunda questão.

Em relação ao orçamento de 2014, o valor que aqui está é exatamente o montante que está no orçamento de 2014 aprovado. Não há sobre isso qualquer outra alteração.

Portanto, não está a alterar aqui o aprovado. Está a incluir neste quadro aquilo que foi aprovado e está em vigor. Não há alterações. Portanto, penso que aí ficam as suas dúvidas dissipadas.

Deputado Aníbal Pires (PCP): Não ficam, Sr. Vice-Presidente, mas já lá vamos!

O Orador: Em relação ao Sr. Deputado Félix Rodrigues, a questão que coloca é uma questão premente, mas é uma questão que se enquadra na abordagem que deve ser feita também com o Decreto Regulamentar Regional que aprovou a alteração orgânica do Governo. Esse quadro tem uma norma que define

claramente que as dotações dos novos departamentos são englobadas, para efeitos contabilísticos, até ao fim do ano nas dotações previamente aprovadas nesta Assembleia, porque se assim não o fosse tinha que antes haver uma revisão, um orçamento rectificativo nesta Assembleia, para o Governo poder tomar posse. É a norma que desde o início da autonomia sempre foi utilizada (e bem!) para efeitos de processamento orçamental dos departamentos que se criam ao longo do ano para evitar que uma alteração orgânica do Governo implique previamente um orçamento rectificativo num processo legislativo muito mais complexo.

Por isso, o orçamento que efetivamente está em vigor, com as regras de execução definidas no Decreto Regulamentar Regional, é este, com esta estrutura orgânica e que irá se manter até ao fim do ano, precisamente com as regras que foram depois ajustadas. Portanto, sendo isto o valor de referência que está aprovado, evidentemente o quadro tem que ser feito sob esta forma. Foi assim este ano, é assim todos os anos em que isso acontece.

Em relação à Sra. Deputada Zuraida Soares.

Percebo, registo e até é bom ouvir essas abordagens em relação a algumas matérias de contexto europeu, mas se me permite, não indo ao conteúdo do seu discurso, o seu discurso não tem a ver com o diploma que estamos aqui a fazer

...

Deputada Zuraida Soares (BE): Tem, tem!

O Orador: ... por três ordens de razão.

Primeiro, não estamos a alterar nada em relação ao que já existe.

Sra. Deputada, como bem se lembra, é no primeiro ano de uma legislatura que se aprovam as orientações a médio prazo que são exatamente estes mesmos dados, com outras características e outras divisões, para o período de quatro anos. É isso que está a ser feito. É feito pela Assembleia, é feito no âmbito das competências da Assembleia, sem interferência de qualquer outra entidade e, portanto, é isso que está a ser feito.

A alteração que a Lei de Finanças Regionais diz é que ao contrário ...

Deputada Zuraida Soares (BE): Está a ser refeito!

O Orador: Exatamente! Está a ser refeito. Esse quadro está a ser refeito pela entidade que fez o outro e é a Assembleia que está a alterar o que anteriormente foi feito e que, aliás, se me permite, não altera coisa nenhuma.

Por outro lado, não há aqui nenhuma consulta de Comissão Europeia, nem de nenhuma outras entidades para fazer esse quadro. Não senhora!

Esse quadro é uma proposta que o Governo fez e que é aprovada pela ...

Deputada Zuraida Soares (BE): Os quadros plurianuais não são uma imposição?

O Orador: Os montantes que estão no quadro são exatamente os montantes que o Governo assim entendeu e que serão votados.

A lógica de apresentar um quadro para quatro anos que está na Lei de Finanças Regionais, sinceramente não vejo qual é o problema, nem como é que a autonomia da Região ou as competências da Assembleia se alteram ...

Deputada Zuraida Soares (BE): Mas nós vemos!

O Orador: ... para todos os anos ter um quadro indicativo (indicativo!) para o espaço de quatro anos. Antes era um no início da legislatura para os quatro anos da legislatura, agora é um anual ajustado aos próximos quatro anos com valores meramente indicativos e globais, aprovado na Assembleia, por proposta do Governo. Não se perde aqui nenhuma questão, mas tudo bem.

Em relação ao papel da Assembleia, a Assembleia é que o aprova, a Assembleia é que tem o poder de o alterar, é a Assembleia que tem a competência total.

Deputada Zuraída Soares (BE): Mas ele já está aqui para 2018, Sr. Vice-Presidente!

O Orador: Já lhe expliquei o período de quatro anos.

Portanto, é a própria Assembleia que o faz. Em entendimento anterior é que (e era o entendimento do Governo na legislação que esta Assembleia produziu por proposta do Governo) as orientações a médio prazo, esse quadro que é meramente indicativo, devia ser apenas em relação ao período da legislatura.

A Lei de Finanças Regionais aprovada na Assembleia da República recentemente propõe fazer um quadro por quatro anos meramente indicativo.

Da nossa parte não acrescenta, nem atrasa nada. Da nossa parte fazemos sem qualquer problema, cumprimos uma norma da lei. Não vejo nesta matéria qualquer problema nem nada que possa, da nossa parte, em relação a essa matéria da lei, levar a alguma crítica em relação à lei. Fazemos de forma clara e objetiva no âmbito das nossas competências. Aprova a Assembleia se assim o entender no âmbito das suas competências. As competências dos órgãos estão respeitadas. Não há aqui, sinceramente, nesta matéria, qualquer problema.

Deputado Francisco César (PS): Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sr. Vice-Presidente.

Passo agora a palavra ao Sr. Deputado Paulo Estêvão.

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sra. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

É evidente que este documento que nós estamos a analisar é um absurdo do ponto de vista político e é um documento politicamente bem feito, sem erros.

Em primeiro lugar, é evidente que não faz sentido absolutamente nenhum definir um quadro até 2018 das prioridades políticas do Governo dos Açores, da Região Autónoma dos Açores, porque em 2016 temos eleições ...

Deputado Francisco César (PS): E a lei?

O Orador: ... e o próximo executivo regional, do mesmo partido ou não, terá com certeza prioridades diferentes.

Deputado Francisco César (PS): Estamos sempre atualizados, Sr. Deputado!

O Orador: Portanto, estes valores são meramente indicativos. É evidente que podem sofrer alterações tremendas. Parte da obrigatoriedade da lei cumprir, mas politicamente é um absurdo, é um absurdo porque um Governo a partir de 2016 pode ter um conjunto de prioridades completamente diferente, estruturar a despesa que vai realizar de forma completamente diferente.

Dizem-me: “Bom, mas isto é obrigatório do ponto de vista legal.”

Claro! Por isso mesmo é que se tem de fazer, mas não deixa de ser politicamente um absurdo.

Depois, do ponto de vista da análise mais pormenorizada, até acho que é prevenida. Por exemplo, Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores mantém 11; 2015, 11; 2016, 11 também; 2017 aumenta para 12 e depois no ano seguinte, para 2018, para 12. Portanto, já deve estar a contar aqui com a entrada do MPT na Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores a partir das eleições de 2016. Portanto, já está a aumentar as verbas que está a prever para a Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores.

Em relação à Presidência do Governo era politicamente incorreto prever um aumento da despesa no âmbito da Presidência do Governo, porque obviamente isso desgastaria a imagem do Presidente do Governo, por isso o valor passa de sete para oito e a partir daí não está previsto nenhum aumento.

Depois os aumentos mais significativos estão nas áreas óbvias, que é a área da saúde (que sobe em 2015, 11; em 2016, mais 9; 2017, mais 8; 2018, mais 8) e no âmbito da educação a mesma coisa (12, 7, 7). Ou seja, está bem feitinho do ponto de vista daquelas que eram as prioridades.

Eu se o fizesse também o fazia desta maneira, ou seja, previa mais verbas para a saúde, porque é evidente que temos um défice nesta matéria; também previa mais verbas para a educação, porque como se sabe temos os resultados que temos, temos as dificuldades que temos.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): “Pensos rápidos” na educação!

O Orador: Portanto, não o faria de forma diferente, ou seja, não iria projetar a despesa de uma forma diferente do que aqui está contemplado.

É evidente, por exemplo, que o Sr. Vice-Presidente do Governo Regional contempla aqui, é prevenida, um aumento significativo da sua própria capacidade de 2014 para 2015, que também não o faria de forma diferente. Portanto, também lhe dá aqui um bom espaço de manobra e a seguir tem um crescimento muito menos significativo do que as outras áreas.

Na área da solidariedade social o que é que era inteligente fazer?

Na área da solidariedade social era prever o fim da crise e, portanto, diminuir progressivamente aquelas que serão as despesas na área social, porque nós vamos vencer a batalha económica, vamos criar emprego e vamos ter cada vez menos dificuldades na área social.

Por isso, vejam aqui na área da solidariedade social que o fim da crise está previsto para 2017/2018. Já não é necessário muitas despesas nessa matéria.

Portanto, meus senhores, nada tenho contra este documento em relação à elaboração, a não ser na área da solidariedade social em que não sou tão otimista e acho que vamos continuar a necessitar de um esforço suplementar da Região Autónoma dos Açores.

Quanto ao resto é um documento politicamente bem feito, com poucas críticas que se podem fazer do ponto de vista da sua planificação a médio prazo. Do ponto de vista político não faz sentido absolutamente nenhum, é um absurdo,

mas é do ponto de vista também legal uma obrigação da Região Autónoma dos Açores e é isso que nós temos que fazer.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sr. Deputado Jorge Macedo tem agora a palavra.

(*) **Deputado Jorge Macedo (PSD):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Trata-se, como já foi dito pelos colegas que me antecederam, de uma obrigação legal da Lei de Finanças Regionais no seu artigo 20.º. Trata-se também de um quadro previsional e meramente indicativo e como meramente indicativo tanto podem ser estes valores como outros quaisquer.

Naturalmente que as questões levantadas pelo Sr. Deputado Félix Rodrigues são pertinentes e talvez não fosse descabido que o próprio Governo pudesse fazer um quadro para 2014 e, como explicou o Sr. Vice-Presidente, tivesse essa estrutura orgânica, mas para 2015 e 2016 tivesse outra estrutura orgânica.

Na prática seria apenas depois poder agregar parcelas que neste momento já estão agregadas, mas que em 2015 vão aparecer desagregadas, porque a estrutura governamental é diferente.

No entanto, julgo que também é uma questão de importância relativa (ia dizer de somenos importância, mas não é de somenos importância, é de importância relativa) pelo que deste modo, e também tratando-se de um documento que consideramos politicamente inócuo, sendo estes valores ou outros quaisquer, sendo essa estrutura orgânica ou outra qualquer, podemos alterar a qualquer tempo e a qualquer momento, o PSD não vai obstaculizar, não vai ter outro voto que não o voto favorável.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sr. Deputado Félix Rodrigues tem a palavra.

(*) **Deputado Félix Rodrigues (CDS-PP):** Muito obrigado, Sra. Presidente.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

O quadro plurianual que é apresentado é evidentemente uma projeção para o futuro de várias áreas da ação do Governo e das previsões que se fazem em termos orçamentais para se aplicar em determinadas áreas.

Ainda bem que há ciência, porque a ciência é a área do conhecimento que prevê o futuro com alguma razoabilidade. Portanto, esse exercício não pode ser um exercício meramente aleatório, deve ter uma base científica e acredito que há pressupostos que estão aqui por detrás destes números e que são pressupostos políticos, mas também são pressupostos económicos e também são pressupostos sociais.

Apesar do Decreto Regulamentar Regional prever a alteração da orgânica do Governo, e se nos centrarmos na Lei Orgânica 2/2013, de facto tinha ficado muito claro Sr. Vice-Presidente se em vez de termos os limites da despesa por secretaria, houvesse uma indicação dos limites da despesa por cada programa orçamental. Aí tornava-se muito mais claro, que é exatamente o que diz a lei. É que o limite da despesa por programa orçamental faz algum sentido; por

secretarias que andam de vez em quando a mudar não faz muito sentido, na medida em que “cada cabeça, sua sentença” e vamos ter nomes distintos.

Por isso, deveria haver essa indicação por área da ação governamental e ficaria muito mais claro, que é exatamente o que diz a lei, que deveria ser por programa orçamental.

Se entendemos aplicar desta forma torna-se menos claro e de facto não passa de mais um exercício sem grande fundamento aparentemente científico, mas é exatamente o que diz a Lei Orgânica 2/2013, que deve ser indicado nesse quadro orçamental os limites de despesa dos vários programas, dos vários conjuntos de programas e do todo e de facto são baseados em modelos de evolução económica, financeira, social, etc.

Não é isso que é aqui feito.

Sendo assim, quando olhamos para isso, o facto de estar no Decreto Regulamentar Regional a alteração da orgânica do Governo, não resolve este problema de falta de lógica deste quadro.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sr. Deputado Rogério Veiros tem a palavra.

(*) **Deputado Rogério Veiros (PS):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Vice-Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo:

O Partido Socialista aprova esta iniciativa obviamente decorrente daquilo que é a aplicação da Lei de Finanças Regionais e gostaria aqui de ressaltar que ainda bem que temos uma Lei de Finanças Regionais, na qual o Partido Socialista teve um papel fundamental para que nós conseguíssemos finalmente ter uma Lei de Finanças Regionais. Mas melhor do que isso é saber que vivemos numa Região que, dentro do quadro normativo da sua Lei de Finanças Regionais, sabe gerir as suas finanças regionais naquilo que é comparativamente ao todo nacional e que se destaca pelo equilíbrio das nossas contas públicas.

Deputado Jorge Macedo (PSD): Onde é que isso está escrito?

Deputado José Contento (PS): Está no caderno do Governo da República!

Deputado Jorge Macedo (PSD): Também não está!

(Risos do Deputado Jorge Macedo)

O Orador: Esse é um património que orgulha não só os socialistas, mas orgulha a generalidade dos açorianos que cada vez mais se sentem orgulhosos de serem açorianos. Ainda bem que assim o é!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sr. Vice-Presidente do Governo tem agora a palavra.

(*) **Vice-Presidente do Governo Regional (Sérgio Ávila):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

É muito rápido, é só em relação ao Sr. Deputado Félix Rodrigues, para lhe explicar uma coisa, ou para dar uma informação, se assim o considerar.

Há três tipos de formas de poder fazer um mapa destas características. Há três classificações, três tipologias diferentes de classificação para a mesma despesa.

Há a classificação económica, que é a tipologia de despesa independentemente do departamento; há a classificação orgânica, que é afetar independentemente da tipologia de despesa ao departamento que a faz e há a classificação funcional, que é introduzi-la, agregando em determinadas funções do Estado.

Ora bem, são as três formas.

No orçamento da Região é feita a conjugação das três, ou seja, uma determinada despesa tem a agregação dessas três, por isso é que é subdividida.

No âmbito deste quadro havia que tomar uma opção como também a República o fez: ou optávamos pela classificação económica e saberíamos a tipologia de despesa, mas não a entidade que a executava; ou pela classificação funcional, que é a opção onde temos conhecimento da entidade que executa, independentemente da tipologia de despesa; ou pela área funcional, onde nem teríamos conhecimento de uma coisa, nem de outra, mas seriam agregadas pelas grandes funções do Estado, que estão devidamente classificadas.

Foi uma opção. Podia ser qualquer uma das outras. Não podia era ser as três funções.

Presidente: Obrigada, Sr. Vice-Presidente.

A Mesa não tem mais inscrições.

Sr. Deputado Aníbal Pires tem a palavra.

(*) **Deputado Aníbal Pires (PCP):** Obrigada, Sra. Presidente.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Vice-Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Oh Sr. Vice-Presidente, as minhas dúvidas continuam, até porque o que aqui está a ser apresentado não foi objeto de discussão, basta ver o lacónico relatório da Comissão de Economia, basta ver alguma pressa na aprovação deste diploma, apesar de vir fora do tempo como já aqui foi referido.

Deputado Francisco César (PS): O senhor não vai às reuniões e depois manda bocas!

O Orador: Eu não mando bocas! Eu leio o relatório e estou a adjectivá-lo de lacónico, que é aquilo que V. Exa. produziu na Comissão de Economia.

Portanto, meu caro Sr. Deputado, o relatório da Comissão de Economia é uma coisa lacónica, isto significa que não houve discussão, portanto, as minhas dúvidas continuam a subsistir.

Sr. Vice-Presidente, depois desta resposta ao Sr. Deputado Francisco César, ...

Deputado Francisco César (PS): Uma má resposta!

O Orador: ... que se sentiu, não sei muito bem porquê, mal pela adjectivação que eu fiz ao relatório, ...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Óbvio! É Presidente da Comissão!

O Orador: Qualquer Deputado pode apreciar este relatório e perfeitamente adjectivá-lo de lacónico, porque é lacónico.

Deputado Jorge Macedo (PSD): Faltava lá o Partido Comunista!

O Orador: Isto para dizer o seguinte, ...

Deputado Francisco César (PS): O senhor não tem nada para dizer, pois não?

O Orador: ... que não há aqui uma fundamentação relativamente aos valores previstos.

Já sabemos que eles são indicativos e sobretudo na posição do PCP há aqui uma questão que é fundamental.

Isto decorre da alteração à Lei das Finanças Regionais, isto feriu e fere a autonomia regional e o poder desta Assembleia e, portanto, sei que é para cumprir um preceito legal, mas não podemos concordar com isto, assim como não concordámos com a alteração que foi feita à Lei das Finanças Regionais.

E já agora Sr. Deputado Rogério Veiros, qual é a Lei das Finanças Regionais que V. Exa. tanto exultou?

Deputado Rogério Veiros (PS): Uma Lei de Finanças Regionais!

O Orador: É a atual lei, a que está em vigor?

É que se é essa, Sr. Deputado Rogério Veiros, então mal está o Partido Socialista e mal está a autonomia regional se a bancada do Partido Socialista afirma, como V. Exa. acabou de fazer, de que esta é uma boa Lei das Finanças Regionais.

Muito obrigado, Sra. Presidente.

Deputado Rogério Veiros (PS): Falei **uma** Lei das Finanças Regionais! O senhor entendeu mal!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sra. Deputada Zuraida Soares tem a palavra.

(*) **Deputada Zuraida Soares (BE):** Obrigada, Sra. Presidente.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Apenas reafirmar com ênfase aquilo que disse na minha primeira intervenção que foi que a filosofia, os princípios subjacentes a este procedimento legal, que é a apresentação dos quadros plurianuais, em si mesma não vale nada e a prova de que não vale nada é a natureza lacónica do relatório da Comissão de Economia, que não tem lá discussão nenhuma, porque não havia nada para discutir e não se pode inventar aquilo que não existe.

Discutir o quê, Sras. e Srs. Deputados?

O “sexo dos anjos”, aquilo que está para vir? Só se nós tivéssemos capacidades mediúnicas de adivinhação, coisa que nem o Sr. Vice-Presidente de certeza tem (embora não o incomode fazer este quadro como me explicou) e que nós não temos.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Ainda não temos!

A Oradora: Portanto, não houve discussão, o relatório é lacónico e não podia ser de facto de outra maneira.

Mais uma vez repito: porque na realidade este procedimento não vale rigorosamente coisa nenhuma.

Muito obrigada.

Vice-Presidente do Governo Regional (Sérgio Ávila): Mas tem que ter!

Deputada Zuraida Soares (BE): Pois, é cumprir a lei!

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

A Mesa não tem mais inscrições.

Não havendo, vamos então passar à votação.

A Mesa não recebeu qualquer proposta de alteração aos três artigos desta Proposta de DLR.

Pergunto à câmara se posso colocá-los à votação em conjunto.

Não havendo oposição é isso que farei.

Estão à votação os três artigos desta Proposta de Decreto Legislativo Regional.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra façam o favor de se sentar.

A Sra. e os Srs. Deputados que se absterem façam o favor de se sentar.

Deputado Aníbal Pires (PCP): Uma interpelação, posso?

Presidente: Só um minuto, porque a Sra. Secretária vai anunciar a votação.

Secretária: Os artigos anunciados foram aprovados com 27 votos a favor do PS, 19 votos a favor do PSD, 1 voto contra do BE, 1 voto contra do PCP, 3 abstenções do CDS-PP e 1 abstenção do PPM.

Presidente: Sr. Deputado Aníbal Pires, para uma interpelação.

Já sei o que é que vai perguntar.

Deputado Aníbal Pires (PCP): Sra. Presidente, não me diga que já tem dotes de adivinhação?

Presidente: Não fiz a votação na generalidade do diploma.

Deputado Aníbal Pires (PCP): Muito obrigado, Sra. Presidente.

Presidente: Então vamos repetir a votação.

Vamos votar na generalidade esta Proposta de DLR.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra façam o favor de se sentar.

A Sra. e os Srs. Deputados que se absterem façam o favor de se sentar.

Secretária: Na generalidade, a Proposta de DLR foi aprovada com 27 votos a favor do PS, 19 votos a favor do PSD, 1 voto contra do BE, 1 voto contra do PCP, 3 abstenções do CDS-PP e 1 abstenção do PPM.

Presidente: Agora sim a votação na especialidade.

Estão à votação os três artigos deste diploma.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra façam o favor de se sentar.

A Sra. e os Srs. Deputados que se absterem façam o favor de se sentar.

Secretária: Os artigos anunciados foram aprovados com 27 votos a favor do PS, 19 votos a favor do PSD, 1 voto contra do BE, 1 voto contra do PCP, 3 abstenções do CDS-PP e 1 abstenção do PPM.

Presidente: Votação final global.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra façam o favor de se sentar.

A Sra. e os Srs. Deputados que se absterem façam o favor de se sentar.

Secretária: Em votação final global, a Proposta de DLR foi aprovada com 27 votos a favor do PS, 19 votos a favor do PSD, 1 voto contra do BE, 1 voto contra do PCP, 3 abstenções do CDS-PP e 1 abstenção do PPM.

Presidente: Vamos então avançar com os nossos trabalhos.

Entramos no ponto três da nossa Agenda: **Projeto de Resolução n.º 67/X – “Pedido dos Açores como membro associado da UNESCO”**, apresentado pela Representação Parlamentar do PPM.

Para apresentação deste Projeto de Resolução tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Estêvão.

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sra. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Nós, Representação Parlamentar do PPM, apresentamos a esta câmara um pedido de admissão dos Açores como membro associado da UNESCO que tem de ser feito por parte do Governo Regional ao Governo da República e pode ser recomendado e deve, na perspetiva desta Representação Parlamentar, ser recomendado por esta Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores. Considero que os Açores no âmbito da política externa, nomeadamente as áreas da cultura, da ciência e educação são setores fundamentais para a afirmação dos Açores em termos de política externa, em termos de cooperação com organizações internacionais, em termos de afirmação de um espaço autónomo dos Açores.

Temos um espaço autónomo que em muitas áreas tem vindo a crescer significativamente ao longo de processo autonómico e consideramos que também na política externa, no âmbito da cooperação internacional da Região com outras entidades e organizações, é importante que esta afirmação se faça e é importante que os Açores ganhem espaço nesta matéria.

O que aqui se está a solicitar e a recomendar é que os Açores possam vir a integrar uma organização de grande prestígio internacional, que nos permitiria ter uma projeção internacional grande e a participação em fóruns de discussão e também em projetos de investimento e projetos de cooperação internacional de muito significado estratégico para o futuro da Região Autónoma dos Açores.

Normalmente existe a ideia junto de alguma opinião pública que apenas países soberanos podem integrar a UNESCO e de facto a maior parte dos países e dos membros da UNESCO são países soberanos, são países independentes.

No entanto, a UNESCO prevê também que territórios com autonomia política possam integrar essa organização desde que esse pedido seja feito pelo estado que tem sob a sua responsabilidade a política externa desse território.

É o caso de muitos territórios como São Martinho, Curaçau, Aruba, as Ilhas Faroé (que estão sobre a administração da Dinamarca), ou até o caso de Macau, cujo pedido ainda foi feito pela administração portuguesa. O território de Macau também entrou como membro associado na UNESCO, o pedido foi feito pela administração portuguesa e a República da China manteve o lugar de Macau nesta organização internacional e considerou que tinha interesse para o conjunto do estado existir uma outra representação que pode chegar a um conjunto de particularidades, especificidades do ponto de vista temático que interessaria também para a promoção da política externa da República da China. A mesma coisa poderíamos dizer em relação às Ilhas Faroé e a todos os outros membros associados.

Do ponto de vista prático há um conjunto de direitos que as regiões associadas, os territórios associados à UNESCO têm, os membros associados.

Quero apenas referenciar a importância de dois deles.

O primeiro é de “participar, sem direito de voto, nos debates da Conferência Geral, assim como nos das suas comissões e comités”; o segundo que quero aqui destacar é também o “usufruir do direito, nas mesmas condições que os restantes membros, de submeter propostas ao Conselho Executivo e a colaborar, em conformidade com os regulamentos estabelecidos pelo Conselho, nos trabalhos dos seus comités, sendo que, no entanto, os seus delegados não poderão ser membros do Conselho.” O que significa que é possível agendar questões do nosso interesse para serem discutidas no âmbito do Conselho Executivo. Considero que isto é da maior importância para a Região Autónoma dos Açores.

Da análise que fiz também do funcionamento da UNESCO e dos diferentes comités e comissões verifiquei, por exemplo, que Portugal não faz parte de alguns grupos de trabalho que são da maior importância, como por exemplo, quero destacar aqui um que achei que era uma falta gritante, que é de facto não estar no grupo de trabalho que está a analisar as consequências do ponto de vista das alterações climáticas para os territórios insulares.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Ora aí está!

O Orador: Considero que Portugal deveria estar aí representado, mas não está. É uma questão especificamente que tem a ver com a nossa condição arquipelágica e insular.

Poderia destacar também assuntos do ponto de vista da educação e da cultura em que Portugal também não está presente e que são evidentemente do interesse de uma região com as nossas características do ponto de vista cultural e as nossas características do ponto de vista geográfico.

Portanto, na perspetiva do PPM seria uma mais-valia para o conjunto do país ter também a Região a participar em grupos de trabalho, em comités, a propor assuntos que são do nosso interesse específico.

Considero também importante referenciar que, por exemplo, a Universidade dos Açores no parecer que elaborou também considera que é importante e vou ler: “ (...) julga-se que o facto da Região Autónoma dos Açores obter o estatuto de membro associado da UNESCO pode, face à maior proximidade dos centros de decisão, vir a ser útil à Universidade, na medida em que poderá permitir a participação nos programas apoiados por esta organização internacional, com óbvias mais-valias, e gerar dinâmicas de cooperação internacional.”

Portanto, nesta matéria considero que a Universidade dos Açores tem também uma postura de valorização da nossa presença nesta organização.

Sei que neste tipo de debates é sempre importante pensar também no ponto de vista das despesas.

Tive a preocupação de perguntar à organização quanto é que poderia custar (até porque foi uma questão que foi colocada na altura pelo Bloco de Esquerda no âmbito da Comissão Parlamentar, quanto é que custaria anualmente à Região a inscrição na UNESCO).

Portanto, esta inscrição, o funcionamento de uma eventual participação dos Açores com um conjunto de funcionários que seria depois definido obviamente pelo Governo Regional, é de apenas 1.500 € por ano. É isto do ponto de vista da despesa de participação da Região.

Evidentemente que há estados que pagam muito mais. É o caso de Portugal ou dos Estados Unidos que têm outro tipo de responsabilidades nestas matérias, embora, como se sabe, isso também é variável, porque em termos de diplomacia externa os estados também – já têm existido casos – deixam de pagar para pressionar a UNESCO num determinado ponto de vista político, do ponto de vista daqueles projetos que são apoiados e tomadas de posição da UNESCO em relação a diferentes matérias, e, portanto, há um descontentamento de alguns estados em relação às posições que têm sido tomadas pela UNESCO na área da educação e, por exemplo, da cultura.

O que considero que é fundamental é que se veja esta proposta (e termino esta primeira intervenção) no âmbito de dois objetivos claros.

O primeiro é no âmbito do reforço dos mecanismos de projeção externa, dos interesses dos Açores e da representação dos Açores no exterior. Pertencer à UNESCO, ter a capacidade de introduzir assuntos, temáticas e participar em grupos de trabalho é da maior importância para o futuro dos Açores na minha perspetiva.

Considero também que é bastante importante que a Região Autónoma dos Açores, num segundo aspeto, também aposte deliberadamente naquelas que são as matérias em que a UNESCO centra a sua ação no âmbito da cultura, da ciência e da educação. Também aqui penso que a troca de experiências, a participação em projetos internacionais trará grandes benefícios aos Açores.

Portanto, nós temos esta capacidade.

O último ponto é que o Estado não tem que ficar preocupado com a presença, a afirmação externa dos Açores.

Considero que a afirmação externa dos Açores é também a afirmação de Portugal.

Nós damos um forte contributo ao futuro do país. Agora que o Ministério da Educação está a distribuir estes mapas com a jurisdição portuguesa, os tais 4 milhões de quilómetros quadrados de jurisdição de Portugal, quero dizer que nós representamos quase 70% desta jurisdição. Portanto, isto significa que temos interesses específicos muito fortes e é evidente que os Açores, com esta dimensão marítima, não pode deixar de estar presente em fóruns da maior importância, em que as discussões têm um fator estratégico essencial para a definição da política externa portuguesa. É evidente que nós temos que ter uma voz própria. Sendo membro associado da UNESCO temos esta voz e podemos afirmá-la.

Veja-se, por exemplo, termino, a situação da Base das Lajes, em que da parte do Governo Regional e também dos diversos intervenientes políticos, todos nós temos feito um esforço numa área que é competência essencialmente da República, mas em que o esforço da defesa dos interesses dos Açores em articulação com as nossas comunidades, com políticos que fazem parte da nossa diáspora, esse esforço, que tem sido realizado por parte do Governo Regional e

dos diversos partidos políticos da oposição, foi uma mais-valia na defesa dos interesses dos Açores e quando se defendem os interesses dos Açores, defendem-se sempre os interesses de Portugal.

Deputados Aníbal Pires (PCP) e Artur Lima (CDS-PP): Muito bem, Sr. Deputado!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado Paulo Estêvão.

Sr. Deputado Aníbal Pires tem a palavra.

(*) **Deputado Aníbal Pires (PCP):** Obrigado, Sra. Presidente.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Nesta primeira intervenção queria pedir ao Sr. Deputado Paulo Estêvão que nos pudesse esclarecer um pouco mais sobre esta iniciativa, até porque estou aqui a verificar os membros associados da UNESCO e são (e perdoem-me se não pronunciar a designação de algum corretamente): ...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): O seu inglês é perfeito. Sou testemunha!

O Orador: É muito mau, é muito mau!

... Anguilla, da América Latina e Caraíbas; Aruba, da América Latina e Caraíbas; British Virgin Islands (Virgin! Muito obrigado!), América Latina e Caraíbas; Cayman Islands, América Latina e Caraíbas; Curaçau, América Latina e Caraíbas; Macau, já referido, Ásia; Saint Martin, América Latina e Caraíbas e Toquelau, Oceânia.

Isto para lhe perguntar qual é que é ...

E as Faroé, Europa, que por acaso tem aqui a organização que submeteu o pedido. É uma Comissão Nacional para a UNESCO, das Ilhas Faroé. Comissão Nacional! Nacional!

Uma Comissão Nacional das Ilhas Faroé para a UNESCO!

(Aparte inaudível do Deputado Paulo Estêvão)

O Orador: Não tenho!

Portanto, gostaria de saber as semelhanças e o que é que nos aproxima destas regiões, para além das diferenças geográficas que são notórias; se só se constituem como diferenças, ou que semelhanças é que têm com a Região Autónoma dos Açores.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sr. Deputado António Ventura tinha pedido a palavra para uma interpelação.

Tem a palavra, Sr. Deputado.

(*) **Deputado António Ventura (PSD):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Era para solicitar um intervalo regimental de 30 minutos.

Presidente: É regimental.

Regressamos às 16 horas e 30 minutos.

(Eram 15 horas e 59 minutos)

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, vamos recomeçar os nossos trabalhos.

(Eram 16 horas e 33 minutos)

Sras. e Srs. Deputados, vamos então recomeçar os nossos trabalhos.

Estava inscrito o Sr. Deputado Artur Lima.

Tem a palavra, Sr. Deputado.

(*) **Deputado Artur Lima (CDS-PP):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Esta proposta da Representação Parlamentar do PPM parece-me que apesar de tudo fará algum sentido e fará algum sentido na medida em que nós temos que ser ambiciosos. Já o fomos em tantas matérias e não me parece que, sendo aprovado nesta Casa um pedido de adesão a este organismo internacional, venha mal ao mundo. Antes pelo contrário!

Nós já reivindicamos tanta e tanta coisa para os Açores. Nós queremos até aumentar a nossa Zona Económica Exclusiva, reivindicamos sem ter competências para isso, também o fizemos, e, portanto, fazer este pedido de adesão parece-me que é um ato de ambição da autonomia que nós devemos ter em conta, devemos arriscar.

O problema se calhar nem sequer é aqui, provavelmente o maior problema será no estado central onde não passará e não abdicará das suas competências em matéria de política externa.

Há umas regiões que têm mais autonomia ou menos autonomia que a nossa, que terão mais algumas competências em matéria de política externa do que nós, mas parece-me que fará algum sentido arriscar fazer este pedido, o Parlamento dos Açores ser ambicioso e aprovar esta proposta do Partido Popular Monárquico.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sra. Secretária Regional tem a palavra.

Secretária Regional Adjunta da Presidência para os Assuntos Parlamentares (Isabel Almeida Rodrigues): Obrigada, Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Quando ouvido em Comissão sobre esta iniciativa do PPM o Governo declarou que à partida não teria nenhuma objeção, mas alertou para a questão da viabilidade dos Açores poderem ser associados da UNESCO, designadamente pela comparação que era mandatária que se fizesse relativamente aos territórios associados que estão integrados como membros associados da UNESCO.

Tanto estas dúvidas foram suscitadas que a Comissão entendeu pedir um parecer, o que fez aos serviços da Assembleia.

Esse parecer chega a duas conclusões fundamentais. A primeira que a Região Autónoma dos Açores não é sujeito de direito internacional. A segunda que a referência feita a territórios na Constituição da UNESCO exclui as regiões autónomas portuguesas e a verdade é que o Sr. Deputado Paulo Estêvão na qualidade de proponente desta iniciativa não levou à análise da Comissão, e

tanto quanto resulta do relatório da mesma, quaisquer elementos que permitam afastar estas conclusões a que chegaram os serviços jurídicos da Assembleia e, atendendo ao teor desse parecer, não é possível concluir num sentido favorável a esta iniciativa.

Gostaria, contudo, de dizer, e referindo-me à intervenção do Sr. Deputado Artur Lima, que acho que não é uma questão de ambição que aqui está em causa.

Ambição é os Açores terem duas áreas classificadas como Património Mundial,
...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Também!

Deputada Zuraida Soares (BE): Já tem!

A Oradora: ... é terem três ilhas Reservas da Biosfera e quererem candidatar as Fajãs da ilha de São Jorge. Essa é que é a ambição. A verdade é que ...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Isso é obrigação!

A Oradora: Pode haver obrigação sem ambição, Sr. Deputado, e neste caso junta-se a obrigação, que é de trabalharmos pelo desenvolvimento dos Açores, à ambição de fazermos sempre melhor.

Deputada Marta Couto (PS): Muito bem!

A Oradora: Daí que aquilo que o Governo conclui é que, face ao teor do parecer da Assembleia, não podemos ter uma posição favorável a esta iniciativa, não podendo eu, contudo, deixar de relevar e de concordar com o Sr. Deputado Paulo Estêvão na importância que a cooperação com outras organizações reveste e julgo que a ação do Governo é nessa matéria bastante clarificadora.

Muito obrigada.

Presidente: Obrigada, Sra. Secretária.

Sra. Deputada Zuraida Soares tem a palavra.

(*) **Deputada Zuraida Soares (BE):** Obrigada, Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Este Projeto de Resolução da autoria do PPM, que propõe que os Açores peçam através do Governo da República a sua admissão como membro associado da UNESCO, faz-me lembrar aquele ditado popular que diz assim: “Quem não arrisca, não petisca”.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Muito bem, Sra. Deputada!

A Oradora: Por isso, também o Bloco de Esquerda vai votá-lo favoravelmente e vamos fazê-lo exatamente porque entendemos que o exercício e a intensificação da autonomia faz-se exatamente assim: esticando a corda até onde ela é possível esticar, à luz dos instrumentos legais vigentes como é óbvio. Isto não quer dizer que não levemos em consideração e não respeitemos o parecer dado pelos serviços jurídicos da nossa Assembleia no sentido de levantar dúvidas à admissibilidade da nossa Região dado o tipo de estatuto, neste caso autonómico, que tem comparativamente aos estatutos das regiões que

foram aceites como membros da UNESCO, que têm de facto um estatuto não autonómico ou super autonómico relativamente ao nosso.

Sabemo-lo, entendemos o parecer dado por estes serviços, respeitamo-lo, mas a opção não pode ser apenas jurídica, a opção também tem que ser política e a política é exatamente isso: é optar, é escolher. E neste momento o Bloco de Esquerda escolhe estar do lado desta opção que é pedir ao Governo da República que considere e que peça à UNESCO para que os Açores possam integrar o seu Conselho.

Deixemos nós, nos Açores, que o ónus da última decisão seja nas mãos do Governo da República, seja na UNESCO. Deixemos ir até lá e lá que nos digam que não.

Voltaremos mais tarde, eventualmente. Voltaremos outra vez, eventualmente, ou não, mas não fiquemos nós logo à partida a desistir porque se calhar vão dizer que não.

Não! Vamos lá embora! Vamos até à porta, batemos, entramos e depois logo vemos como é que somos recebidos.

Isto é que é autonomia!

Muito obrigada.

Deputado André Bradford (PS): Exatamente! Vamos de peito aberto! Os pareceres não interessam!

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Tem agora a palavra a Sra. Deputada Cláudia Cardoso.

(*) **Deputada Cláudia Cardoso (PS):** Obrigada, Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Esta iniciativa, este Projeto de Resolução apresentado pelo PPM é, à primeira vista, tentador: fazer com que os Açores integrem, como membro associado, a UNESCO, que é um organismo com as competências que todos conhecemos, com um alcance interessante e importante também para os Açores e neste momento já tendo a Região sítios classificados no âmbito do seu património.

Dizia eu, é à primeira vista tentador e isto porquê?

Porque sendo tentador e sendo, como colocava o Deputado Artur Lima, de alguma forma ambicioso, há aqui uma ténue fronteira que devemos ter o cuidado de não ultrapassar.

Nós todos concordamos e somos unânimes de que a ambição, e até a ambição de exploração dos limites da nossa autonomia político-administrativa, é interessante e é útil, mas devemos também ter o cuidado de colocar a nós próprios as questões e as premissas que entendemos que outros necessariamente colocarão e é sobre este ponto de vista que gostaria de levantar as questões que aqui tenho.

Como se sabe a autonomia regional dos Açores está consagrada no âmbito da nossa Constituição, mas tem limites claramente definidos e estes limites

obedecem, como bem diz o parecer suscitado a pedido da Comissão aos serviços da Assembleia, a uma determinada conformação material que passa, desde logo, pela unidade do território, sendo esta uma unidade que não é geográfica, mas é uma unidade territorial na aceção de continuidade e de sujeição a preceitos e a princípios constitucionais que devemos ter em consideração.

Por outro lado e ao mesmo tempo, se queremos suscitar por parte dos órgãos da UNESCO esta inclusão, devemos também ter em atenção aquilo que são os preceitos que a própria UNESCO contempla nesta integração.

O que é que a UNESCO diz?

Fala precisamente em territórios, mas em territórios que tenham personalidade jurídica própria e em territórios que não estejam necessariamente integrados num estado, como é o caso das nossas regiões autónomas.

As perguntas levantadas pelo Deputado Aníbal Pires apontam precisamente nesse caminho, ou seja, todos os territórios que neste momento pertencem como membros associados da UNESCO, não têm semelhanças com os Açores.

Por que é que não têm semelhanças?

Têm necessariamente constituições próprias, têm poder judicial próprio, alguns até têm moeda própria, os cidadãos dispõem de uma identidade específica daquele território (inclusivamente nos seus cartões de identificação indicam que são, por exemplo, dinamarqueses, das Ilhas Faroé; era como se o nosso cartão de cidadão indicasse que eramos portugueses dos Açores), portanto, há aqui especificidades que decorreram (e a sua integração como membros associados da UNESCO), em muitos casos, também de situações de desagregação ou de separação do estado a que estavam associados e, portanto, não há, digamos, nenhuma situação histórica semelhante ou próxima daquilo que é a açoriana.

Portanto, no nosso entendimento, quer os Açores, quer a Madeira não correspondem àquilo que evidentemente a UNESCO apreciará em sede de admissão.

Por exemplo, no caso das Ilhas Faroé foram verificados os requisitos que o Ministro dos Assuntos Externos apresentou para a integração das Ilhas Faroé como membro associado, se esses requisitos estavam ou não estavam cumpridos e estando cumpridos foi aceite como membro associado, mas esta apreciação no nosso entendimento está por concretizar no caso dos Açores, ou seja, nós entendemos que, atendendo à nossa personalidade jurídica como região, não temos a possibilidade de suscitar à UNESCO sermos um membro associado e não o tendo não se trata aqui de arrojo, nem de audácia, como se põe à primeira vista fazer crer. O que se trata aqui é de perceber a linha ténue que separa o aventureirismo de querer experimentar o que claramente não vai ser possível realizar e que separa a ousadia de querer esticar, de querer levar ao limite, os nossos preceitos autonómicos.

Outra coisa será a possibilidade de uma revisão estatutária que venha a contemplar outros poderes, a aprofundar a nossa autonomia e para isso estamos sempre disponíveis para esse debate.

Este tipo de iniciativas é começar pelo fim, é querer começar ao contrário, é começar por dizer que queremos fazer parte de um organismo, quando sabemos que de acordo com os princípios que eles próprios estipulam nós não obedecemos a estes princípios e, portanto, nisso não podemos estar necessariamente de acordo.

Muito obrigada.

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Passo agora a palavra ao Sr. Deputado José Andrade.

Deputado José Andrade (PSD): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Devemos fazer tudo o que estiver ao nosso alcance para valorizar, interna e externamente, a Região Autónoma dos Açores.

Seja na qualificação das nossas gentes e na coesão das nossas ilhas, seja na afirmação da nossa região e na consolidação da nossa diáspora.

Os açorianos merecem sempre mais.

Os Açores merecem tudo.

Por uma questão de princípio e de convicção, esta deve ser sempre a nossa forma de ser e de estar. Mesmo quando o objetivo pretendido se configura porventura menos fácil.

A admissão dos Açores como membro associado da UNESCO insere-se exatamente nesse contexto. Pode-nos ser favorável e pode-nos ser difícil. Mas se é bom para os Açores tem que ser conseguido. Ou, pelo menos, tem que ser tentado.

Os Açores são uma região diferente, própria, autónoma. A geografia, a história e a cultura fizeram de nós uma realidade específica no quadro nacional, europeu e atlântico.

Os Açores têm a ver com a UNESCO.

A UNESCO é, como se sabe, uma instituição especializada das Nações Unidas, criada no final da Segunda Guerra Mundial, em 1945, com o propósito de contribuir para o bem-estar comum da humanidade através da cooperação internacional na educação, na ciência, na cultura.

A UNESCO tem a ver com os Açores.

Como recorda o projeto de Resolução apresentado pelo PPM, os Açores são uma das regiões portuguesas com maior número de bens inscritos na Lista do Património Mundial elaborada pela UNESCO (com a Zona Central da Cidade de Angra do Heroísmo e a Paisagem da Cultura da Vinha do Pico), bem como na Rede Mundial de Reservas da Biosfera da UNESCO (com as ilhas Corvo, Flores e Graciosa).

Como refere o parecer solicitado à Universidade dos Açores, (e passo a citar) “o facto da Região Autónoma dos Açores obter o estatuto de membro associado da UNESCO pode, face à maior proximidade dos centros de decisão, vir a ser útil à nossa Universidade, na medida que poderá permitir a participação nos

programas apoiados por esta organização internacional, com óbvias mais-valias, e gerar dinâmicas de cooperação internacional”. Fim de citação.

Pelas razões expostas, faz sentido afirmar os Açores na UNESCO.

Por isso apoiamos desde sempre esta iniciativa, mesmo quando outros vacilaram.

E por isso votaremos favoravelmente esta proposta, mesmo que outros se demarquem.

É óbvio que a admissão à UNESCO não resolve os nossos males. Mas ajuda. Tudo o que é bom para os Açores é melhor para nós.

Trata-se aqui, tão somente, de “recomendar ao Governo Regional que inste o Governo da República a solicitar a admissão dos Açores como membro associado da UNESCO”.

Aos Membros Associados assiste a faculdade de participarem, sem direito a voto, nos debates da Conferência Geral, bem como das suas comissões e comités, e mesmo de proporem a inscrição de qualquer assunto na respetiva ordem do dia provisória, entre outras vantagens.

Nos termos da Constituição da UNESCO, “os territórios ou grupo de territórios que não assumem a responsabilidade pela condução das suas relações internacionais podem ser admitidos como membros associados pela Conferência Geral, mediante o voto de dois terços dos membros presentes e votantes, por proposta feita pelo Estado membro que assuma a responsabilidade [ele sim] pela condução das suas relações internacionais”.

Subsistem, porventura, dúvidas jurídicas sobre a aplicabilidade do referido preceito ao estatuto específico da Região Autónoma dos Açores.

Argumenta-se que não existe nenhuma outra região autónoma como membro associado da UNESCO. Mas não é por isso que devemos desistir. Até porque podemos, porventura, vir a ser a primeira.

Não podemos é ser nós próprios a apoucar a importância e a limitar a potencialidade da nossa própria região.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

O Orador: Não queremos ser mais do que somos.

Mas não devemos ser menos do que podemos.

Disse.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD e PPM: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD e do PPM)

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sr. Deputado Paulo Estêvão tem a palavra.

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sra. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Vemos aqui a desenhar-se novamente aquela que foi a fronteira nítida entre os autonomistas em 1976 e aqueles que são os representantes do poder central.

O Partido Comunista e o Partido Socialista surgem outra vez alinhados como os partidos representantes do centralismo, aqueles partidos que não querem ou que acham que os açorianos não devem adquirir, ...

Deputado Aníbal Pires (PCP): Mas eu já disse o meu sentido de voto!?

O Orador: ... e a própria Região Autónoma, maiores poderes na área da representação internacional, na área das nossas competências internas, na área geral da nossa capacidade de autogoverno.

Deputado Aníbal Pires (PCP): Mas eu não disse qual o meu sentido de voto!

O Orador: Há claramente uma linha que nos divide nesta Assembleia.

São aqueles que estão ao lado dos centralistas e que lhes servem de bandeja pareceres jurídicos para fazerem o trabalho de quem quer entravar o avanço da autonomia açoriana e que lhes servem de bandeja argumentos, argumentos por certo falsos e incorretamente expostos.

O Partido Comunista e o Partido Socialista são os tais velhos do Restelo de 1975 na Assembleia Constituinte, os que fizeram tudo contra o crescimento e a criação da Região Autónoma dos Açores e a autonomia dos Açores e é nesse campo que os senhores agora continuam a estar.

Deputados André Bradford e José Contente (PS): Isso é falso!

O Orador: O que vos quero dizer sobre esta matéria é que há aqui um desejo expresso por alguns partidos, o desejo de que os Açores venham a ter um papel cada vez mais determinante.

Deputado Berto Messias (PS): É preciso ter lata!

O Orador: Não quero que um dia a política marítima dos Açores seja definida apenas pelo governo central e as imensas riquezas que lá se encontram.

Os senhores estão nesse posicionamento, porque se não ganharmos alavancas do ponto de vista da nossa representação externa é nesse local de subserviência que nós vamos estar quando forem explorar os nossos recursos e nós não vamos ter nada a dizer.

Não quero que nos excluam a área económica exclusiva, a Zona Económica Exclusiva, sem nos perguntarem nada e que o Estado decida isso de forma unilateral.

Deputado José Contente (PS): O que é que isso tem a ver com o diploma?

O Orador: Não quero que os nossos interesses não sejam defendidos como devem ser no âmbito do nosso capital geopolítico sem que os Açores tenham uma palavra a dizer, mas é aí que o Partido Socialista, o Governo Regional dos Açores e o Partido Comunista, infelizmente, se encontram, na área e sob o domínio dos centralistas e daqueles que não querem que a autonomia dos Açores possa progredir, daqueles que não querem que os Açores se afirmem como uma identidade com cada vez mais autogoverno e em que os Açores sejam absolutamente decisivos nas decisões que vamos tomar.

Quero afirmar também a esta ideia de autonomia, a ideia de autonomia de quem reconhece a soberania nacional e para quem tem a perceção que maior autogoverno dos Açores não coloca em causa aquela que é a integridade nacional.

Consideramos é que nós aqui, nos Açores, a esta distância, com a capacidade de podermos decidir e de representar o nosso povo, podemos decidir melhor do que quem se encontra no Terreiro do Paço, em Lisboa.

Este é o debate, esta é a questão central.

Quanto às questões jurídicas que são as menos relevantes e onde se tenta refugiar quem tenta evitar este debate político de afirmação da autonomia e do autogoverno dos Açores.

Os membros associados que neste momento fazem parte têm configurações jurídicas muito diferentes. É evidente. Há uma evolução do ponto de vista político, histórico e administrativo muito diferente. Não podemos agrupá-las num único paradigma, porque têm estatutos político-administrativos absolutamente diferentes umas das outras, as diferentes regiões.

Portanto, nesse sentido, não foi feito por parte deste parecer nenhum estudo comparativo em relação a estas questões.

É sabido que a Região Autónoma dos Açores chama-se Região Autónoma dos Açores, mas nós temos mais competências do que alguns estados federados deste mundo e, portanto, não é por se chamar estado federado que pode ter mais competências de algo que noutro país, noutra configuração jurisdicional e constitucional, se chama região autónoma.

Portanto, em relação a estas matérias é evidente que quando se diz aqui, no parecer, que a UNESCO não considera as regiões autónomas, o que a UNESCO diz e o que aqui está escrito é: “são os territórios que não sejam responsáveis pela condução das suas relações internacionais”.

Secretária Regional Adjunta da Presidência para os Assuntos Parlamentares (*Isabel Almeida Rodrigues*): E o que é que são territórios, Sr. Deputado?

O Orador: Portanto, neste conceito são territórios que não são responsáveis. Vou dar-vos um exemplo, o caso de Macau.

No caso de Macau não existe nenhuma constituição, existe um estatuto administrativo.

Secretária Regional Adjunta da Presidência para os Assuntos Parlamentares (*Isabel Almeida Rodrigues*): Macau era um território sob administração portuguesa!

O Orador: No caso de Macau existe um estatuto administrativo em que por sinal está fortemente dependente do poder central chinês, o que não significa que depois do ponto de vista das relações externas a China não considere que é uma vantagem para a República Chinesa ter um território que representa especificidades no âmbito da UNESCO.

Agora em relação a ser um agente de soberania internacional.

A questão aqui é a seguinte: algum destes territórios faz parte da ONU?

Não, não faz. Nenhum destes territórios faz parte da ONU.

Pode-se dizer então, como aqui é dito, que são sujeitos do direito internacional?

Há algum documento que comprove que, por exemplo, a ilha Curaçau é um agente do direito internacional?

Não faz parte da ONU.

Ou, por exemplo, no caso das Ilhas Faroé que também não fazem parte da União Europeia.

Portanto, há, em relação a estas matérias e em relação a estes conceitos, uma grande complexidade, agora o que acontece é que o Partido Socialista e o Governo dos Açores querem escudar-se em questões de grande complexidade jurídica para não avançarem no âmbito da representação do autogoverno dos Açores num organismo tão importante como é a UNESCO e com todas estas vantagens.

Em relação a estes conceitos sei que, por exemplo, foi pedido também ao Ministério dos Negócios Estrangeiros que lhes fizessem chegar uma exposição em relação a esta matéria. Eles disseram que é um assunto de grande complexidade e que aguardavam que lhes fosse enviada a proposta.

Pois os centralistas já não vão ter trabalho, nem ninguém precisa de se preocupar, porque o Partido Socialista e o Partido Comunista, contra a autonomia dos Açores, contra a afirmação do autogoverno dos Açores, já fizeram aqui o trabalho daqueles que trabalham no Terreiro do Paço.

Deputado Berto Messias (PS): Que culpa temos nós que o senhor não saiba sustentar as suas medidas!

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Estão mais que sustentadas!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sr. Deputado Aníbal Pires tem a palavra.

(*) **Deputado Aníbal Pires (PCP):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

O Deputado Paulo Estêvão julgo que de facto hoje está com o dom da adivinhação, porque o PCP não anunciou o sentido de voto e, portanto, algumas das acusações que tentou aí fazer carecem exatamente desse anúncio, mas sempre lhe digo Sr. Deputado Paulo Estêvão, a propósito da defesa do sistema autonómico, que quando tiver oportunidade vá verificar a produção legislativa do quarto ou quinto governo provisório e verificará que as bases do nosso sistema autonómico foram produzidas nessa altura e assinadas pelo então Primeiro-Ministro Vasco Gonçalves.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Camarada Vasco!

O Orador: É só apenas isto. Aconselho a fazer essa verificação para depois poder então argumentar relativamente aos inimigos ou aos amigos da autonomia.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Sr. Deputado Paulo Estêvão, isso é grave!

O Orador: Eu tinha feito uma pergunta ao Deputado Paulo Estêvão, mas o Deputado Paulo Estêvão escusou-se de responder à pergunta que lhe foi feita e vai-se lá saber porquê.

Talvez porque em termos da organização político-administrativa dos membros associados da UNESCO não há nenhuma semelhança com a Região Autónoma dos Açores.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Falso!

O Orador: No fundo ...

Oh Sr. Deputado!

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Falso!

O Orador: No fundo, a diferença, Sr. Deputado, reside no seguinte: é que esta listagem que eu há pouco lhe li, e que me vou escusar de repetir, são sujeitos de direito internacional.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Não é verdade!

O Orador: São sujeitos de direito internacional!

Até lhe posso traduzir isto de uma outra forma, se preferir. São países ainda que administrados por outras potências, mas são países.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Falso!

O Orador: Aliás, as Ilhas Faroé, de que tanto V. Exa. gosta, têm um governo próprio, com um Primeiro-Ministro, ...

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Falso!

O Orador: ... e quem subscreveu o pedido de adesão das Faroé à UNESCO foi o Ministro dos Negócios Estrangeiros das Faroé, não da Dinamarca, ...

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Não! Falso!

O Orador: ... mas a estas questões fugiu a elas, resolveu ir pelo caminho que V. Exa. muito bem entende e que normalmente tem a ver mais com a sua preocupação em termos da exposição mediática do que propriamente com os conteúdos daquilo que se está aqui a discutir, ainda por cima sendo esta uma proposta apresentada e certamente profundamente estudada por V. Exa., mas que afinal de contas acabou por divergir para o populismo, até para alguns erros históricos ...

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Históricos?

O Orador: ... (o que também não lhe fica nada bem) e acabou por não ser capaz de sustentar a sua posição e a sua proposta.

Quanto às questões da autonomia e à ambição.

Certamente! Se alguém aqui tem ambição relativamente não só ao aprofundamento da autonomia, mas sobretudo ao uso das competências autonómicas que nós temos, é o PCP.

Portanto, essa argumentação que V. Exa. utilizou também carece de fundamento.

Aliás, basta ver o histórico da participação do PCP desde 1984 até hoje para se perceber os contributos que a Representação Parlamentar, e em determinada altura o Grupo Parlamentar do PCP, nesta Assembleia deu não só para o aprofundamento da autonomia regional, mas sobretudo para o uso das competências que a Região Autónoma dos Açores tem.

Portanto, V. Exa. de facto não esgrimiou bem, digamos, a sua fundamentação. Desviou-se, foi por uma vereda, por um trilho, enfim, algo sinuoso. Percebo!

V. Exa quer alimentar um determinado segmento de votantes para lhe garantirem a sua sobrevivência política. Percebo e é legítimo, Sr. Deputado, mas sobre a adesão da Região Autónoma dos Açores à UNESCO e sobre a fundamentação da sua proposta V. Exa. disse rigorosamente nada.

Muito obrigado, Sra. Presidente.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Tem agora a palavra a Sra. Deputada Cláudia Cardoso.

(*) **Deputada Cláudia Cardoso (PS):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Muito rapidamente.

Sr. Deputado Paulo Estêvão, penso que a sua última intervenção foi menos feliz do que a proposta, porque o Sr. Deputado puxou o assunto para um âmbito que não interessa a ninguém, ...

Deputado Aníbal Pires (PCP): Muito bem!

A Oradora: ... acho que nem interessa a si, porque tentou dividir a Assembleia nos bons e nos maus, ...

Deputado Paulo Estêvão (PPM): É verdade!

A Oradora: ... nos centralistas, e demagogicamente levou este debate para uma área populista.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Bairrista! O debate é este!

A Oradora: Se a sua proposta tem um valor, seguramente ficou prejudicada por essa sua intervenção.

Queria dizer-lhe e reiterar que evidentemente o Partido Socialista não tem de discorrer longamente sobre as suas intenções autonomistas.

Ao longo dos tempos nós tivemos com o Governo da República presentes em duas revisões constitucionais, também com governos do PSD, e sempre tivemos e temos uma perspetiva de aprofundamento da autonomia.

Não podemos é confundir as coisas.

Não partilho a perspetiva do Bloco de Esquerda, por exemplo, nessa matéria, de esticar até onde der, porque isto é no limite de irresponsabilidade.

Deputado Rogério Veiros (PS): Muito bem!

A Oradora: Nós temos que esticar com sentido daquilo que estamos a fazer e com responsabilidade.

Deputado André Bradford (PS): Muito bem!

A Oradora: É neste sentido e exatamente neste âmbito que ponho a tónica.

Nós somos a favor do aprofundamento, mas isto não é aprofundar.

Deputado Rogério Veiros (PS): Muito bem!

A Oradora: Isto é contrariar as regras que a própria UNESCO ditou que fossem cumpridas e ao contrário do que o Sr. Deputado Paulo Estêvão disse em sede de Comissão é feita uma análise rigorosa e aprofundada de cada pedido de adesão.

É verdade que foi feito o pedido de adesão pelo ministro dinamarquês das Ilhas Faroé e o que é dito é que o Diretor Geral verificou que as condições estipuladas nos textos de relevo (e aqui ele referia-se ao artigo 2.º da Constituição e à regra 99.2 do procedimento geral da Conferência) tinham sido integralmente cumpridas e que o pedido submetido pela Dinamarca era admissível.

Portanto, todo este processo passa por um escrutínio. Não há nenhuma segurança de que nós passássemos.

Sr. Deputado, permita-me dizer-lhe, e sei que é uma pessoa preocupada com esses assuntos, que a sua iniciativa e a sua explanação nesta Casa não levaram a que tivesse preenchido nenhum requisito para que nós acreditássemos que temos uma situação capaz de ser admitida, à semelhança das outras regiões.

Já aqui foi expandido que nós temos diferenças profundas com essas regiões e, portanto, não queremos caminhar num sentido independentista. Não é esse o propósito.

O propósito é os Açores estarem representados. Já estão através do seu país.

O propósito é os Açores terem visibilidade. Já a têm!

Não houve nenhum prejuízo para a Região até ao dia de hoje de não termos um assento como membro associado na UNESCO, pelo contrário, temos benefícios.

Portanto, Sr. Deputado, julgo que o principal que releva aqui é, ao contrário do que o senhor quis fazer crer, os ousados e os comedidos, os que desafiam a autonomia e os que não querem aprofundá-la. Não!

A diferença aqui é entre ter consciência de que isto não tem pernas para andar, porque não obedece aos princípios da UNESCO e a capacidade e a certeza de que o Partido Socialista estará sempre na linha da frente da defesa da autonomia.

Muito obrigada.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Sr. Deputado Paulo Estêvão tem a palavra.

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sra. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Diz o Sr. Deputado Aníbal Pires (e vou perder apenas dois minutos) que o Partido Comunista sempre esteve a favor da autonomia dos Açores. O Partido Comunista esteve a favor da autonomia dos Açores!

Quero dizer-lhe que na Assembleia Constituinte os discursos, nomeadamente da figura de referência do Partido Comunista na altura que era o Dr. Vital Moreira, estão lá e explicam bem aquela que era a posição do Partido Comunista: foi contra a autonomia dos Açores. Não venha apagar a história, Sr. Deputado!

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Muito bem!

O Orador: Isso não é possível! O Partido Comunista foi inimigo da criação da autonomia dos Açores, os senhores fizeram tudo para que os Açores não fossem dotados de autonomia.

Portanto, o senhor está a mentir ...

Deputado Joaquim Machado (PSD): Muito bem!

O Orador: ... em relação àquela que é a realidade histórica, que está comprovada e daqui a 15 minutos trago-lhe o sentido de voto do Dr. Vital

Moreira em relação a todos os artigos que contemplavam a Constituição e a criação da Região Autónoma dos Açores. Ponto número um.

Em relação ao Partido Comunista estamos conversados.

Em relação ao Partido Socialista, diz o Partido Socialista: ...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Vital Moreira agora é socialista!

O Orador: ... “A UNESCO! Não, não! Não estão definidos. É um território autónomo e a nós a UNESCO diz que não. Porque tem de ser um território autónomo?”

Nós somos o quê?

Nós somos um território autónomo com autogoverno como as outras regiões. Aliás, temos muitas semelhanças.

Deputado André Bradford (PS): Todas as que conseguir dizer!

O Orador: Dizia-me o Sr. Deputado Aníbal Pires: “Diga-me algumas semelhanças.”

Posso dizer-lhe muitas, a pergunta é de tal forma aberta ...

Quais são as semelhanças?

Se eu for a dizer-lhe as semelhanças entre um conjunto de arquipélagos e de ilhas ... Não sei quais são as semelhanças que o senhor quer que eu lhe anuncie. Olhe, em relação a Macau temos a mesma língua oficial. A língua oficial é o português.

Olhe, em relação a Curaçau também temos uma semelhança, é porque o crioulo que é falado em Curaçau tem um substrato que tem origem na língua portuguesa.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Aprende Aníbal!

O Orador: Olhe, tantas semelhanças!

Olhe, Curaçau tem autonomia política. Pois tem! Outra semelhança. Tem autogoverno. Pois tem!

A Sra. Deputada do Partido Socialista disse: “Ao contrário do que disse em Comissão ...”.

Eu não disse em Comissão. Eu entreguei um documento com o processo de adesão ao Sr. Presidente e a alguns membros que lá estavam na Comissão, na reunião da Comissão. Entreguei o processo de adesão.

Portanto, o processo de adesão que lá estava era da parte do governo dinamarquês, esse pedido à UNESCO. A UNESCO, nos relatórios e nas atas que lá tem, é um território que tem autogoverno, dotado de autogoverno, e cuja política externa é da responsabilidade do país que pede e o país que estava a pedir nesse caso era a Dinamarca, no caso das Ilhas Curaçau foi a Holanda e no caso de Macau, por exemplo, também foi o Governo português que pediu essa adesão.

Ou seja, não foi possível, por exemplo, o caso da Catalunha, que também pediu. O estado espanhol recusou, recusou fazer esse pedido, não por argumentos jurídicos, mas por argumentos políticos.

Portanto, entreguei em sede de Comissão o processo de adesão. O processo como aqui diz, ...

Aliás, não há nenhuma dúvida em relação a esta matéria. Está aqui bem explícito que o processo de adesão é pedido pelo estado responsável pela política externa desse território autónomo.

É isso que aqui está, não é nada mais do que isso.

Portanto, o que eu fiz no âmbito da Comissão foi entregar. Não só disse, como entreguei o documento que fui buscar ao *site* da UNESCO, do processo de adesão.

É tão simples como isto. Portanto, a decisão foi tomada neste âmbito.

Quanto ao resto. Quanto ao resto o que existe aqui obviamente não são questões jurídicas.

Em relação a outras questões de dúvida autonómica o Partido Socialista andou a pedir pareceres jurídicos. Aliás, em relação aos pareceres estamos conversados.

Dizem os senhores: não é constitucional, não é estatutário.

Então por que é que o estamos aqui a discutir?

Porque é que a Presidente a admitiu do ponto de vista estatutário e do ponto de vista constitucional?

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Porque é muito democrata!

O Orador: Como sabem se não for constitucional e se não for estatutário a Sra. Presidente teria recusado a entrada do processo e não recusou.

Portanto, no primeiro parecer jurídico...

Sei que foram juristas diferentes. Temos aqui um parecer jurídico feito por um jurista e outro parecer jurídico feito por outro jurista.

O primeiro jurista fez uma análise diferente. Achou que não colocava em causa a constitucionalidade e achou que não colocava em causa o Estatuto, por isso é que o processo foi admitido. É tão simples como isso.

Agora o que os senhores estão a tentar é levar esta questão para incidentes jurídicos para condenar aquilo que é evidente, que é um progresso no âmbito da afirmação da autonomia dos Açores e da afirmação também de Portugal, tendo um território que tem especificidades, que pode defender os seus interesses e que é um contributo forte para o futuro deste país.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sra. Secretária Regional, ...

Sr. Deputado Aníbal Pires (peço desculpa, Sra. Secretária) tinha-se inscrito, pensei que era para intervir no debate, é para uma interpelação.

Tem a palavra, Sr. Deputado.

(*) **Deputado Aníbal Pires (PCP):** É para uma interpelação, para protestar pela forma e pela linguagem utilizada pelo Deputado Paulo Estêvão no início da sua intervenção.

Presidente: Tem a palavra, Sr. Deputado.

(*) **Deputado Aníbal Pires (PCP):** Muito obrigado.

O protesto fundamenta-se no seguinte: nas imprecisões que foram ditas pelo Deputado Paulo Estêvão, assim como pela utilização das palavras ou da expressão de que o Deputado Aníbal Pires estava a mentir.

Ora bem, primeira questão.

A figura de referência do PCP em 74, 75 e nos anos que se lhes seguiram, chama-se Álvaro Cunhal e não se chama Vital Moreira. Chama-se Álvaro Cunhal.

Segunda questão. O PCP lutou e lutará contra o separatismo. Apoiou e apoiará sempre o aprofundamento da autonomia.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): E o que é que isto tem a ver com separatismo?!

O Orador: Portanto, V. Exa. está a trilhar um caminho sinuoso e que apenas demonstra a fragilidade da sua proposta e mais uma vez lhe solicito que se informe sobre as posições do PCP para não cometer os erros que tem cometido nesta Assembleia quando se dirige ao PCP, ou quando se refere à história do PCP, até porque V. Exa., a sua formação é em história e, portanto, há erros que não são admissíveis.

Muito obrigado, Sra. Presidente.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Pergunto ao Sr. Deputado Paulo Estêvão se quer usar da palavra para um contraprotesto. Tem dois minutos, Sr. Deputado.

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sra. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Nesta questão não há nenhuma dúvida, porque os trabalhos da Assembleia Constituinte estão testemunhados, existem, obviamente os seus relatos são descritos.

A posição do Dr. Vital Moreira não agrada agora ao Partido Comunista, mas o Partido Comunista não pode pura e simplesmente apagar a fotografia, como já fez nos tempos estalinistas aqueles que estiveram e agora não estão, aqueles que estiveram e agora não são.

O Dr. Vital Moreira era o representante do Grupo Parlamentar do Partido Comunista e tomou posições contra a autonomia dos Açores.

Isto é um facto, isto é absolutamente incontestável.

O Partido Comunista fez tudo, mas tudo para evitar a autonomia dos Açores. É esse o seu trilho.

Agora, quero também dizer-lhe, em relação à referência do separatismo, que não fiquem nenhuma dúvida em relação a esta matéria.

O PPM, eu próprio, defendemos o aumento da autonomia, nós defendemos o progresso da autonomia, mas evidentemente sou um presidente de um partido a nível nacional e é óbvio Sr. Deputado que da minha parte o que nós queremos é aumentar, incrementar o autogoverno dos Açores, mas sempre com a ligação, a integração na soberania nacional.

Nós não somos separatistas, mas esse era o seu argumento e esse era o vosso argumento, do Partido Comunista, em 1975. Tudo o que fosse mais autonomia para os Açores levantava o perigo do separatismo.

Esse era o vosso argumento e esse era o argumento também do Partido Socialista que agora também quer reescrever a história e aparecer aqui como o paladino da autonomia ...

Presidente: Sr. Deputado.

O Orador: ... e não é.

Deputado André Bradford (PS): E é!

Presidente: Sr. Deputado Aníbal Pires, inscrição para participar no debate. Muito bem, obrigada.

Sr. Deputado Paulo Estêvão pede a palavra para?

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Solicitar um intervalo regimental de 15 minutos.

Presidente: É regimental.

Regressamos às 17 horas e 35 minutos.

(Eram 17 horas e 22 minutos)

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, vamos recomeçar os nossos trabalhos.

(Eram 17 horas e 46 minutos)

Estava inscrita a Sra. Secretária Regional. Tem a palavra.

Secretária Regional Adjunta da Presidência para os Assuntos Parlamentares (Isabel Almeida Rodrigues): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

O Sr. Deputado Paulo Estêvão não querendo ou não podendo esclarecer aquela que é a sua ideia sobre a referência a territórios na constituição da UNESCO e sobre como essa ideia de território se conjuga com a ideia de estado unitário e a própria ideia de território consagrada na nossa Constituição, decidiu atacar a bancada do PS, a bancada do Governo, assumindo que tem o Sr. Deputado o exclusivo da defesa da autonomia.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Não é verdade!

A Oradora: Este não é um debate sobre a autonomia e contrariamente àquilo que o Sr. Deputado tenta fazer passar, o desenvolvimento da nossa autonomia não depende do desfecho da iniciativa que o senhor traz hoje aqui, mas não posso, no entanto, deixar de refutar as acusações que o senhor fez, lembrando apenas o papel que não só o PS, mas todos os partidos nesta Casa tiveram, numa revisão extremamente arrojada do Estatuto Político-Administrativo e lembrando também um conjunto de iniciativas aprovadas nesta Casa que desafiaram esses limites da autonomia, muitas delas sob proposta do Governo.

Portanto, sobre essa matéria não direi mais nada.

Há, no entanto, aqui uma questão que importa trazer à colação, Sr. Deputado. É que esta sua proposta e a defesa que o Sr. Deputado faz aqui da equiparação das regiões autónomas de Portugal a territórios ultramarinos sobre administração de coroas da Dinamarca, do Reino Unido, dos Países Baixos, é uma visão que assenta na sua visão monárquica de Portugal e essa visão nós não acompanhamos.

O senhor esquece-se daquele que é também o contexto histórico de aparecimento desta norma na constituição da UNESCO. É uma norma que aparece numa altura em que a descolonização estava na ordem do dia e em que

havia efetivamente um conjunto de territórios a passar por esses processos e (pasmemo-nos!) são todos esses territórios que agora estão como associados, como membros associados da UNESCO.

Sr. Deputado, tem que demonstrar, porque não o fez, como é que compara o regime político-administrativo da Região Autónoma dos Açores aos arquipélagos que estão sob administração da coroa inglesa, como é por exemplo o caso das Ilhas Caimão.

Resta-me, por isso, Sr. Deputado voltar àquilo que disse na minha intervenção inicial: suscitadas todas as dúvidas que suscitaram esta matéria e tendo presente aquele que é o parecer elaborado pelos serviços jurídicos desta Assembleia (fazendo fé nesse parecer, confiando naquela que foi a decisão de admissão da sua iniciativa e confiando naquele que é o teor de um parecer elaborado pelos serviços desta Assembleia), o Governo Regional não pode manifestar-se favorável a esta iniciativa, ...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): É pena!

A Oradora: ... embora mantenhamos a opinião que dissemos sempre desde o início.

A ideia é interessante, não nos parece é que seja viável.

Deputado José Contente (PS): Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sra. Secretária.

Sra. Deputada Zuraida Soares tem a palavra.

(*) **Deputada Zuraida Soares (BE):** Obrigada, Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Posso estar muito enganada na minha interpretação e se for esse o caso não tenho o mínimo problema em o admitir, mas esticar a corda até onde ela der, do meu ponto de vista, tem sido (e com certeza à luz do quadro constitucional, estatutário e legal em vigor, como eu disse na minha primeira intervenção) a história do processo de conquista autonómico desta Região desde tempos remotos ...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Sempre foi!

A Oradora: ... e de uma forma mais convicta e argumentada, genialmente argumentada desde finais do séc. XIX e se quisermos sair dos tempos mais remotos e virmos para o século XX e XXI, Sras. e Srs. Deputados, vamos lá ver de que maneira é que esticar a corda é o contrário de responsabilidade, como aqui foi insinuado nesta Casa.

A remuneração compensatória foi esticar a corda até onde ela der.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Muito, muito!

A Oradora: Foi irresponsabilidade? Não! Foi um ato altamente responsável de defesa dos açorianos e açorianas.

A remuneração complementar tal como ela foi aprovada nesta Casa foi esticar a corda até onde ela der e foi um ato de responsabilidade.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Exatamente!

A Oradora: Quando tirámos o sono e estragámos as férias ao Sr. Presidente da República ...

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Exatamente!

A Oradora: ... com o Estatuto Político-Administrativo desta Região esticámos a corda até onde ela deu, até onde foi possível e foi um ato de responsabilidade. Quando propusemos aqui, nesta Casa, adaptar o Código de Trabalho à nossa Região era esticar a corda até onde ela desse e era um ato de responsabilidade que o Partido Socialista não permitiu.

Quando aqui propusemos o aumento do acréscimo regional ao salário mínimo nacional era esticar a corda até onde ela desse, era um ato de responsabilidade em nome dos trabalhadores açorianos ...

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Ora bem!

A Oradora: ... e foi o Partido Socialista que não o quis.

Portanto, quanto ao esticar a corda ser exatamente o contrário de responsabilidade estamos conversados.

Agora, o único argumento ou o argumento fundamental da oposição do Partido Socialista e do Governo Regional é o parecer jurídico dado pelos serviços jurídicos desta Casa.

Deputada Cláudia Cardoso (PS): Não é, não. Está enganada!

A Oradora: Na minha primeira intervenção disse e repito que nós respeitamos esse parecer jurídico, embora achemos que há outros pareceres que visam e interpretam de outra maneira.

Deputada Cláudia Cardoso (PS): Está enganada!

A Oradora: Agora a política não se faz com pareceres jurídicos. Isto não é uma opção legalista, é uma opção política e já agora dizer ao Partido Socialista e ao Governo Regional uma coisa muito simples.

Esta obsessão pelos pareceres, que saúdo, quero ver se mais cedo do que tarde, já não hoje, mas se calhar amanhã, o Partido Socialista e o Governo Regional vão ter tanto respeito pelos pareceres que chegam a esta Casa e que são pedidos pelas respetivas comissões quando analisarmos outros diplomas, como já não teve quando analisámos em outras sessões e em outros períodos legislativos outros diplomas.

Portanto, Sras. e Srs. Deputados, aceitando que o Partido Socialista e o Governo Regional com toda a legitimidade acham que o Projeto de Resolução do PPM é inexecutável, é uma interpretação, façam-me o favor de aceitar que é possível, dentro da responsabilidade e dentro da legalidade, interpretar de outra maneira, ter outra opção política e, portanto, ter outro sentido de voto.

Isto é que é pôr os bons contra os maus. Não há bons nem maus. Há uns que interpretam e decidem de uma maneira, com responsabilidade, há outros que interpretam e decidem de outra maneira com o mesmo sentido de responsabilidade. É só isso.

Muito obrigada.

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Passo agora a palavra à Sra. Deputada Cláudia Cardoso.

(*) **Deputada Cláudia Cardoso (PS):** Obrigada, Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Muito rapidamente até porque não contava intervir mais, mas começando pelo fim, pela intervenção da Sra. Deputada Zuraida Soares.

Nada disto que a Sra. Deputada tão veementemente pôs em causa questioneei, Sra. Deputada. Com certeza!

Toda a gente nesta Casa tem direito a ter uma opinião diferenciada e admite a Sra. Deputada que o Partido Socialista também tenha o direito de ter uma opinião diferenciada nesta matéria, o que acontece, Sra. Deputada, é muito simples.

Quando me referi ao esticar a corda e aos exemplos que a senhora utilizou, são bons exemplos, mas não é nesta comparação. Não são comparáveis!

Deputada Zuraída Soares (BE): São comparáveis!

A Oradora: Não, não são!

Sabe porquê? Vou dizer-lhe.

Não são comparáveis por isto, Sra. Deputada, ...

Deputada Zuraída Soares (BE): Tiraram o sono ao Presidente da República e não são comparáveis!

A Oradora: ... porque a Sra. Deputada dará o mérito ao Partido Socialista de ter sido promotor da maioria deles ou participo votante dos outros ...

Deputado Joaquim Machado (PSD): A diferença está aí!

A Oradora: ... e, portanto, Sra. Deputada, isto só foi possível de acontecer porque o Partido Socialista teve intenção, teve a ideia de o fazer, teve a ousadia, mas isto não é comparável ao que estamos a analisar.

Deputado Berto Messias (PS): Muito bem!

A Oradora: Nós transformámos este debate na capacidade de aprofundamento da autonomia e isto nada tem a ver com aprofundamento da autonomia. Mas é que nada tem a ver!

Isto é uma proposta feita ao Governo da República feita pela Assembleia Regional que pode abrir um precedente complicado, ...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Que é?

A Oradora: ... que pode eventualmente ser pernicioso em algumas questões, ...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Que é?

A Oradora: ... porque temos que ver ...

O Sr. Deputado Paulo Estêvão sabe muito bem, porque não conseguiu, deixe-me que lhe diga, defender essa possibilidade, ou seja, eu esperava que o Sr. Deputado aqui defendesse a possibilidade da Região Autónoma dos Açores ombrear com os outros casos que lá estão, mas o senhor não o fez.

Limitou-se aqui a fazer o filme dos bandidos e dos bonzinhos. Portanto, não é isso que se espera. Espera-se que o senhor defenda legitimamente a sua proposta.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Os senhores é que fazem um parecer jurídico a manipular regiões e eu em dois minutos é que tenho que explicar!

Deputado André Bradford (PS): Sra. Presidente, é gravíssimo o que o Sr. Deputado acabou de dizer, que o parecer foi manipulado pelos serviços da Assembleia!

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Isso é falso!

A Oradora: Desculpe! Oh Sr. Deputado, ninguém fez parecer jurídico.

E tem mais, Sr. Deputada Zuraída Soares! O Partido Socialista não usou o argumento do parecer jurídico, embora o parecer tenha argumentos válidos, mas não usou o único argumento. Aliás, pelo contrário, Sra. Deputada Zuraída Soares.

O que o Partido Socialista diz é que a nossa principal objeção não é levantada pelo parecer. A nossa principal objeção é levantada pelo histórico dos outros casos, dos outros estados membros associados e pelo facto de entendermos que segundo os critérios da UNESCO isto não vai de forma alguma ser aceite.

Agora Sr. Deputado Paulo Estêvão, há uma questão que o senhor levantou e que (Sr. Deputado Paulo Estêvão, se me desse atenção) eu tenho que contrariar.

O Sr. Deputado disse que na Comissão não tinha dito, tinha entregue um documento à Comissão.

Não tive acesso a esse documento, devo dizer, mas eventualmente já perguntei a outros colegas que também não tiveram. Não me recordo do senhor ter entregue e o relatório não faz referência a nenhuma entrega, mas deixemos essa questão, porque também é ...

Deputado Paulo Estêvão (PPM): A senhora levantou a questão. Não quero passar por mentiroso!

A Oradora: Não, não!

Vou dizer-lhe o que é que diz o relatório, a não ser que esteja a pôr em causa o relatório também.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Não quero passar por mentiroso!

A Oradora: Também nem eu, Sr. Deputado!

O Sr. Deputado o que disse foi que não tinha dito, que tinha entregue e o que diz no relatório da Comissão é e cito: “Aquilo que na prática se verifica na UNESCO [e isto é o Sr. Deputado Paulo Estêvão a ser transcrito, portanto, é uma citação daquilo que terá dito na Comissão, a não ser que não esteja de acordo com o relatório] é que se limitam a votar ou não favoravelmente o pedido do Estado e não a fazer esse debate das características do território. Citou o exemplo das Ilhas Faroé, em que as questões internas e de natureza jurídica não foram sequer abordadas, tendo a UNESCO se limitado a votar o pedido de admissão apresentado pela Dinamarca.” Palavras suas. Não fala em nenhuma entrega de documento ao longo do relatório.

Agora cito-lhe o que é que diz o pedido de admissibilidade das Ilhas Faroé pela Dinamarca, entregue pelo ministro dinamarquês, e perante o pedido que é feito é dito assim como decisão: “The Director-General finds that the conditions stipulated in the relevant texts [e cita quais são os textos] (...) have been fulfilled and that the request submitted by Denmark is accordingly admissible.” Portanto, Sr. Deputado, o senhor diz que eles não analisam e o parecer das Ilhas Faroé demonstra que os processos são todos exaustivamente analisados e foi isso que eu disse.

Deputado Rogério Veiros (PS): Todos ouviram e está registado!

A Oradora: É aqui que está a sua contradição.

Se entregou ou não o documento eu não o tenho.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Não há contradição nenhuma!

A Oradora: Há, sim senhor!

Muito obrigada.

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Sr. Deputado Paulo Estêvão pede a palavra para?

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Para um protesto, Sra. Presidente, na medida em que fui acusado de não ter entregue um documento no âmbito da Comissão tal como eu tinha afirmado numa intervenção anterior.

Deputada Cláudia Cardoso (PS): Eu não recebi!

Presidente: Sr. Deputado Paulo Estêvão, não vejo motivo para protestar. Pode inscrever-se, intervir e explicar.

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Com dois minutos?

Deputado André Bradford (PS): Não tivesse gasto os outros!

O Orador: Sra. Presidente, peço-lhe desculpa, vou só insistir uma vez, ...

Presidente: Penso que o Sr. Deputado ...

O Orador: ... porque abre aqui um precedente.

Sou acusado de ter faltado à verdade ou não ter ...

Disse que entreguei um documento (que entreguei) e é levantado por parte da Sra. Deputada a suspeição de que não o fiz ...

Deputada Cláudia Cardoso (PS): Sr. Deputado, eu não disse nada disso!

O Orador: ... e, portanto, quero protestar em relação a isto, que é uma questão de honra, Sra. Presidente.

Presidente: Sr. Deputado Paulo Estêvão, a Sra. Deputada Cláudia Cardoso ...

O Orador: Abandono este Parlamento se não tiver a oportunidade de defender a minha honra.

Presidente: Mas a Sra. Deputada Cláudia Cardoso ...

Deputado André Bradford (PS): Qual honra? Para defender a honra é preciso ter honra!

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, agradecia alguma ponderação.

Sr. Deputado Paulo Estêvão, a Sra. Deputada Cláudia Cardoso limitou-se a citar o relatório. Só disse que no relatório não constava que o senhor tivesse entregue o relatório. Portanto, não foram afirmações da Sra. Deputada. Foi uma citação do relatório. Foi o que a Sra. Deputada disse.

Por isso, lamento Sr. Deputado, mas não lhe posso dar a palavra para um protesto.

Sr. Deputado Berto Messias pede a palavra para?

Deputado Berto Messias (PS): Para um protesto.

Presidente: Um protesto em relação a?

(*) **Deputado Berto Messias (PS):** Relativamente a um aparte que o Sr. Deputado Paulo Estêvão proferiu, dizendo que o parecer entregue à Comissão teria sido profundamente manipulado.

Presidente: Os apartes são regimentais, mas de facto não podem ser indiciadores de haver questões mal explicadas.

O Sr. Deputado Berto Messias pede a palavra para um protesto relativamente à afirmação que o Sr. Deputado Paulo Estêvão ...

Deputado Berto Messias (PS): Ao aparte do Sr. Deputado Paulo Estêvão.

Presidente: Sr. Deputado Berto Messias, não lhe vou dar a palavra para o protesto, porque entendo, ...

Apesar da gravidade (efetivamente se esse aparte foi dito) daquilo que o Sr. Deputado Paulo Estêvão disse, não lhe vou dar a palavra para esse protesto, porque efetivamente gostaria de apelar às bancadas que não exacerbassemos este debate utilizando este tipo de figuras regimentais.

Não lhe vou dar a palavra, Sr. Deputado.

Deputado Berto Messias (PS): Sra. Presidente, discordo da sua interpretação, mas respeito.

Presidente: Sr. Deputado Paulo Estêvão pede a palavra para?

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Para uma intervenção, Sra. Presidente.

Presidente: Então terá que aguardar, Sr. Deputado Paulo Estêvão.

Tem a palavra para uma intervenção o Sr. Deputado Artur Lima.

(*) **Deputado Artur Lima (CDS-PP):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Gostaria de dizer que não ponho em causa minimamente o parecer jurídico que foi aqui feito pelos serviços da Assembleia, antes pelo contrário! Considero-o!

Mas também gostaria de dizer, e respondendo um bocadinho à Sra. Deputada Cláudia Cardoso, que se nós nesta Casa tivéssemos tomado as nossas posições apenas com base em pareceres jurídicos, Sra. Deputada, nós não tínhamos Estatuto Político-Administrativo da maneira que o temos e os pareceres jurídicos que nós na altura pedimos, alguns deles, sobre determinadas matérias eram profundamente contra a algumas coisas que nós conseguimos hoje e temos hoje consagrados no Estatuto da Região Autónoma dos Açores, com pareceres jurídicos absolutamente contrários. Nós decidimos (a Comissão fez essa proposta nesta Casa) politicamente e foi essa decisão política que tirou o sono ao Sr. Presidente da República no célebre dia 31 de julho, se não me falha a memória.

Não foi o parecer jurídico, porque o parecer jurídico da Presidência da República e outros eram contra as ambições dos Açores, ...

Deputada Cláudia Cardoso (PS): Disse que não recebemos!

O Orador: ... a nossa ambição de ir mais além, mas nós fomos e conseguimos.

Deputada Cláudia Cardoso (PS): Isso é demagogia!

O Orador: Isso para dizer que não podemos basear única e exclusivamente a nossa decisão num parecer jurídico, embora digno de todo o respeito.

Deputada Cláudia Cardoso (PS): Nem nós baseamos!

O Orador: Segundo ponto.

Como é que nós andamos aqui a discutir que queremos uma gestão partilhada do mar, que queremos uma gestão partilhada dos nossos recursos marinhos ...

Deputado Berto Messias (PS): Isto não tem nada a ver!

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Tem tudo a ver!

O Orador: ... e depois numa questão destas nós claudicamos?

Não faz sentido!

É atraente (Sra. Secretária, julgo que foi o termo que utilizou, este assunto é interessante ou é atraente), mas não é possível (julgo que terá sido isso que

disse, o sentido era esse, não terá sido atraente, era tentador, mas não era possível).

Pois acho que é possível, Sra. Secretária. É possível!

Era possível nós irmos mais longe nessa matéria, porque já fomos em tantas, desafiámos ...

Aliás, desafia-se a Constituição e a lei todos os dias.

Alguém me sabe dizer o que é o Governo dos Açores legal e constitucionalmente? A expressão Governo dos Açores?

Alguém me explica?

Em termos estatutários, em termos legais, em termos constitucionais, o que é que quer dizer Governo dos Açores?

Não existe, mas usamos todos os dias.

Portanto, ir mais além, passar esta responsabilidade para o Governo da República em última instância, que não iam aceitar quase de certeza absoluta partilhar a diplomacia externa do Estado português, entregar uma parte à Região Autónoma dos Açores, isso era chumbo na República por certo, devíamos tentar e devíamos ir até à UNESCO. Que dissesse que não! Tínhamos cumprido o nosso dever. A autonomia foi sempre um processo longo, difícil, conquistado a ferros, contra pareceres jurídicos, contra centralismos, mas foi sempre um processo de irmos fazendo uma conquista passo a passo.

Esta poderia não ser nada e poderia ser mais um passo. Nunca o saberemos porque não o vamos tentar.

Muito obrigado, Sra. Presidente.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sr. Deputado Aníbal Pires tem a palavra. Alerto que tem apenas dois minutos.

Deputado Aníbal Pires (PCP): Prescindo para já, Sra. Presidente.

Presidente: Muito bem.

Então o Sr. Deputado Paulo Estêvão tem a palavra e tem igualmente dois minutos.

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sra. Presidente, Srs. Deputados, Srs.

Membros do Governo:

Não tenho mais tempo para continuar neste debate, portanto, muito brevemente algumas referências.

A China, monarquia.

Sra. Secretária, a China, monarquia.

Não sabia! Disse “todos os territórios viviam em monarquia”.

Secretária Regional Adjunta da Presidência para os Assuntos Parlamentares (Isabel Almeida Rodrigues): Todos os que eu citei!

O Orador: Que eu saiba a China deixou de ser. Ao que eu saiba a China deixou de ser monarquia desde 1911.

Segundo ponto, que é em relação à questão da entrega deste relatório.

Em relação a este relatório, este relatório foi entregue. Todo aquele que diga o contrário mente. Mente!

A Sra. Deputada Zuraida Soares confirma que entreguei este relatório na Comissão ...

Deputada Zuraida Soares (BE): Entregou!

O Orador: ... e este relatório tem apenas duas páginas e a Sra. Deputada falta à verdade quando lê um parágrafo. Tenho aqui exatamente o mesmo texto em que não é feita nenhuma análise comparativa, não é feita nenhuma análise da situação constitucional e estatutária de qualquer território. Posso apresentar-lhe vários desses! É falso! É mentira, Sra. Deputada!

É falso, é falso que seja feita uma análise em relação à situação institucional, política e autonómica de cada um destes territórios.

Mais! O que aqui diz claramente, diz assim: “O Diretor-Geral recebeu do Ministro das Relações Exteriores da Dinamarca uma carta datada de 3 de julho de 2009 em que solicitava em nome das Ilhas Faroé a admissão deste território na qualidade de membro associado da UNESCO.”

Não tenho agora tempo para lhe ler o resto da carta, ...

Deputada Cláudia Cardoso (PS): Ah, é o tempo!

O Orador: ... mas vou esgotar o meu tempo.

“Tenho a honra de solicitar em nome das Ilhas Faroé, em virtude do disposto no parágrafo terceiro do artigo 2.º da Constituição da Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura, e no parágrafo segundo [está em espanhol] do artigo 99.º do Regulamento da Conferência Geral a admissão deste território na qualidade de membro associado da UNESCO.”

É feita a análise ...

Presidente: Sr. Deputado, agradeço que termine.

O Orador: ... dizendo que este território reúne estas condições e é pedido pelo Estado. Mais nada! Não é feito mais nada!

Depois (terminando, Sra. Presidente), o parecer jurídico analisa uma linha que seja de estatuto do território das Ilhas Faroé?

Deputada Cláudia Cardoso (PS): Sr. Deputado, mas quem é que fez a comparação?

O Orador: Falso!

O parecer jurídico analisa uma linha que seja e compara com a Ilha Curaçau?

Falso!

Presidente: Sr. Deputado Paulo Estêvão tem de terminar.

O Orador: O parecer analisa e compara com os Açores em relação ao estatuto administrativo de Macau, analisa uma linha que seja?

Não! Falso!

Meus senhores, a conclusão é esta, é muito simples: todos os territórios autónomos, desde que o estado independente tome essa decisão política, podem ser membros associados da UNESCO. O resto é falso, o resto tem a ver com o facto do Partido Socialista e do Governo dos Açores nesta matéria serem profundamente anti autonomistas.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Esgotou o seu tempo.

Sr. Deputado Berto Messias tem a palavra.

(*) **Deputado Berto Messias (PS):** Muito obrigado, Sra. Presidente, Sras. e Srs.

Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Não era de facto para participar neste debate, mas não posso deixar de o fazer tendo em conta o aparte que há pouco ...

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Agora já não tenho tempo!

O Orador: Sei que o Sr. Deputado não tem tempo, mas lamento e tenho mesmo que referir-me relativamente àquilo que o senhor afirmou em aparte.

O Sr. Deputado Paulo Estêvão disse a determinada altura em aparte que o parecer que teria sido entregue à Comissão de Política Geral sobre esta matéria, o parecer dos serviços da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, teria sido manipulado e quero e pedi a palavra para refutar completamente essa acusação por parte do PPM.

Aqui todos podem dizer aquilo que querem dizer (e afirmar) na defesa das suas propostas também dentro dos limites das regras que estão estabelecidas para o trabalho do nosso Parlamento, mas não é aceitável que debaixo da pressão de um debate que está claramente a correr mal ...

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Não está, não está!

O Orador: ... se façam esses ataques ofensivos ao Grupo Parlamentar do Partido Socialista e também se façam esses ataques ao técnico superior desta Casa ...

Deputado André Bradford (PS): Muito bem!

O Orador: ... que fez este parecer a pedido da Sra. Presidente, que foi, como sabe, entregue à Comissão de Política Geral.

Também devo dizer-lhe o seguinte Sr. Deputado. Nós não damos lições a ninguém. Nós não somos donos da verdade, longe disso! Mas o Partido Socialista não aceita lições de moral de ninguém sobre a defesa da autonomia. Todos os partidos nesta Casa tiveram com certeza um papel importante na construção da nossa autonomia, mas as afirmações que o senhor proferiu e a forma como o senhor se dirigiu ao Partido Socialista no papel que teve na defesa da nossa autonomia são absolutamente inaceitáveis e, portanto, em nome do Grupo Parlamentar do Partido Socialista recuso em absoluto as afirmações que foram feitas pelo Sr. Deputado Paulo Estêvão.

Volto a dizer: o PS não aceita lições de ninguém sobre a defesa dos valores autonómicos e da autonomia dos Açores.

Muito obrigado.

Vozes dos Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sr. Deputado Paulo Estêvão pede a palavra para?

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sra. Presidente, para um protesto, uma vez que foi feita uma referência a um aparte de forma completamente

descontextualizada e num momento em que eu já não posso falar e, portanto, de uma forma absolutamente, do ponto de vista parlamentar, cobarde.

Presidente: Sr. Deputado Paulo Estêvão, naturalmente o senhor compreenderá que não lhe vou dar a palavra para esse protesto, porque considerando precisamente a situação ter sido um aparte também não permiti ao Deputado Berto Messias que fizesse um protesto a um aparte. Na sua intervenção ele naturalmente poderá falar daquilo que entender desde que com o respeito que esta Casa merece ...

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Espero que tenha em atenção o que está a dizer!

Presidente: ... e por esse motivo não permiti que o Deputado Berto Messias fizesse um protesto a um aparte, mas naturalmente na sua intervenção ele pode referir os apartes que são feitos nesta Casa.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Sra. Presidente, reformulo o pedido para defesa da honra!

Presidente: Qual foi a expressão que foi ofensiva?

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Para defesa da honra na medida em que me é atribuído num contexto em relação àquilo que eu disse algo que é falso e que ataca a minha honra.

Deputado André Bradford (PS): Não é falso. Muita gente ouviu aqui!

Deputado Rogério Veiros (PS): Disse sim senhor e deve estar registado!

Presidente: Sras. e Srs. Deputados!

Sr. Deputado Paulo Estêvão, percebo a sua posição. Naturalmente não considero que tenha havido na intervenção do Sr. Deputado Berto Messias nenhuma expressão ofensiva da sua honra que me permita dar-lhe a palavra nesse sentido e também alerta, como já o fiz há pouco, que não se devem usar as figuras regimentais para prolongar o debate. O tempo tem de ser gerido e é assim que a Mesa deve conduzir os trabalhos.

Vamos continuar com as participações no debate.

Estava inscrito o Sr. Deputado Aníbal Pires. Tem cerca de dois minutos, Sr. Deputado.

(*) **Deputado Aníbal Pires (PCP):** Obrigado, Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Vice-Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo:

O debate está esgotado.

De qualquer forma venho ainda porque ...

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Porque já não tenho tempo!

O Orador: ... durante as minhas intervenções acabei por não referenciar duas questões que julgo que são importantes.

Desde logo não me referi ao parecer da Universidade, o que respeito, mas lembrar a esta câmara que a Universidade não é tutelada pela Região, é tutelada pelo Estado e, portanto, as vantagens que daí poderiam advir para a Universidade são relativas.

Por outro lado, ao fim deste debate, claramente fica demonstrado que o problema não é um problema sequer do Estado português, é um problema em que a Região Autónoma dos Açores não reúne os requisitos para ser membro associado da UNESCO.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Isso é falso!

O Orador: Portanto, isto a bater e a voltar para trás era na própria UNESCO e não no Estado português, porque aqueles que são membros associados da UNESCO são sujeitos de direito internacional, figura que não é reconhecida à Região Autónoma dos Açores.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Isso é falso!

O Orador: Aliás, o debate, como se viu, nisto ficou claramente demonstrado e a fragilidade desta proposta, que podendo ser generosa, ficou completamente demonstrada até pela forma como o proponente acabou por conduzir o debate.

Muito obrigado, Sra. Presidente.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sra. Deputada Cláudia Cardoso tem a palavra.

(*) **Deputada Cláudia Cardoso (PS):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Muito rapidamente, porque não lhe admito Sr. Deputado que me chame mentirosa, nem a si, nem a ninguém nesta Casa.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Eu não disse isso!

A Oradora: Disse, sim senhor!

Não peço a defesa da honra, mas vou defendê-la na mesma.

Eu não minto, não menti!

O que eu disse, e até fui benevolente consigo, foi que não tinha recebido esse parecer, mas se dúvidas subsistem ...

Deputado Paulo Estêvão (PPM): E eu é que o tenho de entregar?

A Oradora: Não, não!

Eu não recebi este documento, mas se dúvidas subsistem dirijo claramente a pergunta ao Presidente da Comissão se foi entregue ao Presidente da Comissão este documento para ser distribuído pelos Srs. Deputados.

Muito obrigada.

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Sr. Deputado Costa Pereira tem a palavra.

Deputado Jorge Costa Pereira (PSD): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

De facto eu não estava para intervir neste debate, mas tenho que esclarecer e vou esclarecer aquilo que me lembro (lamentando que de facto uma coisa que acho que não tem a gravidade, nem tem importância para a avaliação do diploma que estamos aqui a analisar, mas de qualquer forma passando à frente) e aquilo que posso dizer é que eu, na qualidade de Presidente de Comissão, já

falei com a Sra. Secretária da Comissão, já falei com o Sr. Relator da Comissão, e nenhum de nós recebeu esse documento nem nos recordamos de o ter recebido, mas uma coisa é não me recordar de ter recebido e o Sr. Deputado efetivamente, eventualmente, ter entregue, tanto mais que tenho a informação de que a Sra. Deputada Zuraida Soares tem a ideia de ele ter sido recebido.

Deputado Berto Messias (PS): Isso não é para si, Sr. Deputado!

O Orador: Portanto, o que quer dizer, para ser correto, para ser verdadeiro, é que esse documento do ponto de vista formal não foi recebido pela Comissão

...

Deputado Berto Messias (PS): Então pronto!

O Orador: ... e por isso não faz parte dos documentos do relatório.

A verdade também é esta: é que o relatório foi atempadamente distribuído a todos os Srs. Deputados para eventuais correções, alterações e inclusão de algum aspeto que faltasse e também a verdade é que ninguém fez referência a que eventualmente no relatório faltasse a inclusão como anexo desse documento, documento que, também verdade seja dita, é um documento que é público, que existe em pesquisa na internet.

Portanto, na qualidade de Presidente da Comissão o que posso dizer é apenas isto para ser absolutamente verdadeiro.

Presidente: Obrigada, Sr. Presidente da Comissão pelos seus esclarecimentos.

Sra. Deputada Zuraida Soares pediu a palavra. Tem a palavra.

(*) Deputada Zuraida Soares (BE): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Apenas sobre esta matéria dizer o seguinte sem pôr em causa de maneira nenhuma aquilo que acabou de ser dito pelo Sr. Presidente da Comissão de Política Geral, mas em abono da verdade também quero dizer o seguinte.

Durante a reunião para discussão deste Projeto de Resolução o Sr. Deputado Paulo Estêvão tinha consigo um exemplar daquelas duas folhinhas, sublinhadas por ele a fluorescente nas partes que lhe pareciam mais importantes para a questão. Referiu algumas partes dessas duas folhinhas durante a reunião da Comissão, entregou-mas e disse “estão aqui para entregar à Comissão, vou entregar à Comissão.”

Deputado Francisco César (PS): E entregou?

A Oradora: Tenho comigo esse exemplar que o Sr. Deputado me deu.

Se a Comissão o tem, com toda a franqueza não fui perguntar a cada membro se o tinha ou não.

Deputado Francisco César (PS): Já disseram que não têm!

A Oradora: Assumi que seria entregue à Comissão uma vez que me foi entregue a mim.

Deputado André Bradford (PS): O senhor pensa é que a Comissão é só a Sra. Deputada!

A Oradora: Agora, se foi ou não foi, não sei. O que não posso dizer é o contrário disto. As duas folhinhas estavam lá, o Sr. Deputado tinha-as na mão,

expressou a intenção de as entregar à Comissão e entregou um exemplar a mim que estava ao lado dele.

Em abono da verdade esta é a verdade.

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Sr. Deputado José San-Bento já tinha pedido a palavra.

Tem a palavra, Sr. Deputado.

(*) **Deputado José San-Bento (PS):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Estou perplexo com esta discussão. Não sei quem tem ou quem não tem o dito documento, agora esta Casa tem regras e nós temos que nos entender, senão isto vai parecer uma coisa muito estranha.

Quem quer entregar um documento numa Comissão, entrega à Presidência, à Mesa, ao Presidente, ao Relator, é assim que as regras estão estabelecidas.

O Sr. Deputado Paulo Estêvão entregou, fiquei agora a saber, à nossa colega de Comissão Zuraída Soares, pode ter entregue à colega do CDS-PP, o PS não recebeu nenhum documento.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Recebeu, recebeu! Está a faltar à verdade!

O Orador: Não recebi nenhum documento. A minha colega aquilo que disse é rigorosamente verdade e, portanto, a questão é tão simples quanto isso.

Assim de facto é impossível e nós não nos entendemos, mas queria que isso ficasse muito claro.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Tem de ser sério!

O Orador: Todos os Deputados têm obrigação de saber isso e há regras muito claras. Para entregar um documento na Comissão ele é entregue à Presidência da Comissão como é óbvio.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Eu entrego a todos!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sr. Deputado Artur Lima, penso que para também esclarecer, mas penso que também em termos de esclarecimentos já estamos a terminar.

(*) **Deputado Artur Lima (CDS-PP):** Sra. Presidente, muito obrigado.

Muito brevemente para dizer que foi-me entregue agora pela Sra. Deputada Ana Espínola este documento que estou a ver pela primeira vez e que lhe foi dado pelo Sr. Deputado Paulo Estêvão na reunião da Comissão.

Só para confirmar isto. Temos na nossa posse este documento que aqui está, que é exatamente o que ele leu e que a Sra. Deputada Ana Espínola me fez agora chegar.

Muito obrigado, Sra. Presidente, agora acho que efetivamente não vale a pena estarmos a discutir mais esse assunto.

Deputado Aníbal Pires (PCP): Toda a gente tem o documento menos o Presidente da Comissão!

Presidente: Claro que não. Concordo consigo.

Sras. e Srs. Deputados, a Mesa não tem mais inscrições.

Penso que estamos em condições de passar à votação.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra façam o favor de se sentar.

Secretária: O Projeto de Resolução foi rejeitado com 28 votos contra do PS, 1 voto contra do PCP, 18 votos a favor do PSD, 3 votos a favor do CDS-PP, 1 voto a favor do BE e 1 voto a favor do PPM.

Presidente: Obrigada, Sra. Secretária.

Sr. Deputado Paulo Estêvão pede a palavra para? Para uma declaração de voto?

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Para uma declaração de voto, Sra. Presidente. É possível?

Presidente: Tem a palavra, Sr. Deputado.

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Muito obrigado.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Neste Projeto de Resolução foram criados todos os tipos de incidentes para que se descentrasse a questão que estava em análise.

Deputado Aníbal Pires (PCP): O senhor é que fez isso!

O Orador: Faltou-se aqui à verdade em relação à entrega de um documento que afinal se comprovou que foi entregue. Faltou-se à verdade em relação a esta matéria e foi exatamente comprovado ...

Presidente: Sr. Deputado, está a fazer uma declaração de voto.

O Orador: É nesta declaração de voto que estou a fazer esta referência em relação ao documento e das testemunhas que lá estavam que verificaram que o documento foi entregue.

O documento numa conferência, numa comissão parlamentar, é entregue a todos os líderes de bancada, que foi, e a si também, Sr. Deputado San-Bento. Era isso.

Deputado José San-Bento (PS): Mas o que é isto? Isso é inadmissível!

Presidente: Sr. Deputado Paulo Estêvão ...

O Orador: Agora, segundo ponto.

Presidente: Sr. Deputado Paulo Estêvão, vamos a ver se nos entendemos.

Sr. Deputado Paulo Estêvão, já hoje não lhe permiti por duas vezes usar da palavra. Não me parece elegante que o senhor use a declaração de voto para levantar uma questão que já foi esclarecida, inclusivamente pelo Sr. Presidente da Comissão, que apesar de tudo é quem fala em nome da Comissão.

Portanto, não me parece elegante que o senhor na sua declaração de voto venha levantar uma questão que foi por todos esclarecida. Se foi entregue, se não foi entregue, como é que foi entregue, o Sr. Presidente da Comissão, que é quem responde em nome da Comissão, ...

Deputado Ricardo Cabral (PS): Muito bem!

Presidente: ... fez o esclarecimento que era devido a esta Assembleia.

Sr. Deputado Paulo Estêvão, peço que continue a sua declaração de voto, tendo em conta este pedido que lhe faço.

O Orador: Sra. Presidente, deixe-me dizer-lhe com toda a frontalidade, respeitando a sua posição e não voltando ao assunto, que a questão foi levantada quando eu já não tinha oportunidade de fazer referência e que, Sra. Presidente, discordo profundamente (e vou apresentar matéria nesse sentido, uma posição nesse sentido) da forma como está a conduzir os trabalhos que considero que está a conduzir de forma arbitrária.

Deputada Catarina Moniz Furtado (PS): Já cá faltava!

O Orador: Devo dizer que em relação a esta matéria a posição do PPM e a nossa votação seguiu o seguinte sentido.

No famigerado documento só dois parágrafos foram analisados no âmbito da candidatura e os dois parágrafos diziam o seguinte e por isso votámos a favor: “As Ilhas Faroé são um território cujas relações internacionais são da responsabilidade da Dinamarca que apresentou a solicitação [um]”.

Dois: “A Dinamarca é um estado membro da Organização das Nações Unidas da Educação e da Ciência. Neste sentido o Diretor Geral estima que estão reunidas as condições.”

São só estes dois parágrafos, única e exclusivamente.

Quais eram as duas condições?

Que a Dinamarca tinha apresentado e que a Dinamarca fazia parte das Nações Unidas. É tão simplesmente esta a matéria.

Nos pareceres, nos diversos pareceres (e por isso o PPM manteve a votação favorável), não foi feita nenhuma prova de que a Região Autónoma dos Açores tivesse uma configuração constitucional e estatutária diferente dos outros territórios, porque é muito simples. Não foi feita uma única referência à configuração estatutária, legal e constitucional dos outros territórios. Não se comparou absolutamente nada e dizia-se naqueles pareceres (e por isso o PPM manteve a votação favorável) que são sujeitos de direito internacional.

Sujeitos de direito internacional são aqueles que fazem parte, em relação aos estados e aos países, da ONU e nenhum destes territórios faz parte da ONU.

Qual é a diferença entre estes territórios e os outros?

O parecer não abordou, não fez uma única linha que distinguisse estes territórios dos Açores. Uma única! Nem uma linha, uma palavra, que distinguisse estes territórios dos Açores.

Em relação à questão da descolonização, que também foi abordada de forma errada, o PPM manteve o sentido de votação favorável à sua própria iniciativa. É que muitos destes territórios não estão na lista dos territórios a descolonizar por parte da ONU. Portanto, é falso que exista uma relação entre o independentismo ou as aspirações de independência e a pertença a estes

territórios. Ninguém acredita que Macau queira declarar a independência. Ninguém acredita nisso!

Agora o que sucede é que o Estado chinês vê nisso vantagens e por isso considero que não se justificou, aqui não ficou justificada a posição apresentada por parte do Governo e por parte do Partido Socialista nesta matéria.

Por fim, Sra. Presidente, e por isso é que mantive a posição de votar favoravelmente a minha própria iniciativa, considero que esta questão era importantíssima para a autonomia.

A autonomia precisa de não ficar à porta das decisões que são tomadas a seu respeito nos grandes fóruns nacionais e internacionais. Tem que entrar, tem que decidir, tem que participar na decisão e isto não significa que se quer ser independente. O que se quer é uma quota de autogoverno que já queriam os autonomistas no séc. XIX, uma quota de autogoverno para defendermos os interesses dos Açores do quadro geral da soberania portuguesa, pertencendo integralmente à nação portuguesa, mas autónomos, com capacidade de decisão também em termos de representação externa num organismo tão prestigiado como a UNESCO.

Como dizia a Universidade dos Açores, é fundamental que os Açores tenham um papel importante, não só na UNESCO, mas noutras instituições em que a educação, a cultura e a ciência ...

Presidente: Agradeço que termine, Sr. Deputado.

O Orador: ... sejam os referenciais.

Portanto, meus senhores, perde-se aqui uma grande oportunidade de aprofundamento da autonomia e não foi preciso chegar ao Representante da República, não foi preciso chegar aos órgãos centrais do Governo. Os inimigos da autonomia, do avanço do autogoverno, da dignificação do autogoverno dos Açores, da sua representatividade externa em organizações de prestígio, esses inimigos não estão no Terreiro do Paço, ...

Deputado José Contente (PS): Isso é a presunção da sua parte!

O Orador: ... esses inimigos estão sentados naquela bancada, na bancada do Partido Comunista ...

Presidente: Sr. Deputado, tem que terminar.

O Orador: ... e na bancada do Governo Regional.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sr. Deputado Berto Messias.

Deputado Berto Messias (PS): Para um protesto.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Hoje tem que haver um protesto!

Presidente: Sr. Deputado Berto Messias, o Regimento não prevê protestos a declarações de voto, por isso não lhe posso dar a palavra.

Apenas apelo ao Sr. Deputado Paulo Estêvão a questão do microfone, quando bate aqui. Custa-nos algum dinheiro!

Penso não haver mais declarações de voto.

Sendo assim, vamos avançar na nossa Agenda.

Entramos no ponto quatro.

Sra. Deputada Zuraida Soares pede a palavra para?

Deputada Zuraida Soares (BE): Para pedir um intervalo regimental de 15 minutos, Sra. Presidente.

Presidente: É regimental.

Regressamos a um quarto para as sete.

(Eram 18 horas e 32 minutos)

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, vamos recomeçar os nossos trabalhos.

(Eram 18 horas e 56 minutos)

Entrámos no ponto quatro da Agenda: **Projeto de Resolução n.º 71/X – “Diversificação tarifária e promoção de tarifários sociais da eletricidade”**, apresentado pela Representação Parlamentar do Bloco de Esquerda.

Srs. Deputados, os que se quiserem sentar agradeço, os que não quiserem por favor agradeça algum silêncio para podermos iniciar os nossos trabalhos.

Tem a palavra a Sra. Deputada Zuraida Soares para apresentação do diploma.

(*) **Deputada Zuraida Soares (BE):** Muito obrigada, Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Em maio deste ano o Bloco de Esquerda apresentou a esta Casa um Projeto de Resolução que, sob a epígrafe diversificação tarifária e promoção de tarifários sociais da eletricidade, pretendia duas coisas, portanto, perseguia dois objetivos. Primeiro, contribuir para aliviar o custo da eletricidade para as famílias açorianas. Como?

Através da criação do ciclo semanal nos tarifários bi-horários e tri-horários e, simultaneamente, garantir a promoção e a divulgação destes mesmos tarifários sociais, por forma a que eles cheguem ao maior número possível de pessoas e de famílias que deles necessitam.

Hoje entregámos nesta Casa uma proposta de substituição a este mesmo Projeto de Resolução.

Fizemo-lo como sempre o temos feito na tentativa de procurar o maior consenso possível, o consenso mais alargado possível, no sentido de garantir a aprovação das nossas propostas em que acreditamos e que consideramos que podem fazer a diferença junto das pessoas e das dificuldades que as mesmas atravessam neste momento.

Assim, esta proposta de substituição entregue hoje limita-se ao seguinte e passo a esclarecer as Sras. e os Srs. Deputados.

No primeiro ponto este Projeto de Resolução convida o Governo, propõe ao Governo, recomenda ao Governo Regional “que continue a dar seguimento às diligências necessárias junto à ERSE, no sentido de incluir no Regulamento Tarifário do Setor Elétrico, o ciclo semanal para as tarifas bi-horárias e tri-horárias de eletricidade, na Região Autónoma dos Açores” à semelhança do que já acontece, por exemplo, no continente.

Qual é a diferença aqui?

É exatamente “continue a dar seguimento às diligências” e fizemo-lo porque, em abono da verdade, em janeiro de 2013 o então presidente da EDA já esclarecia e dava nota pública à comunicação social de que esta empresa pública e privada estava a defender junto da ERSE que fossem aplicadas as tarifas bi-horárias e tri-horárias aos fins de semana na Região.

Portanto, na realidade é continuar e não iniciar.

No ponto dois recomendamos ao “Governo Regional, enquanto acionista maioritário da EDA, e em prol do interesse público, que desenvolva uma campanha publicitária e de divulgação para promoção da tarifa social e do apoio social extraordinário ao consumidor de energia”.

Era o que constava no nosso primeiro projeto.

Acrescentámos agora, digamos, que uma dilucidação ou um esclarecimento do que é que é esta campanha e do que é que nós esperamos dela. Nós esperamos que ela seja mais do que uma mera campanha de informação, porque as pessoas e as famílias mais necessitadas deste apoio eventualmente não consultam a net, não sabem o que é um *site*, não vão lá, portanto, é preciso que seja uma informação pedagógica, junto das pessoas: da Segurança Social, das juntas de freguesia, das casas do povo, daqueles que na realidade conhecem este instrumento que o Governo garanta que de forma pedagógica e também convincente mostrem às pessoas como é possível poupar dinheiro numa fatura que pesa muito no orçamento familiar todos os meses.

Finalmente, acrescentámos um terceiro ponto, o ponto número três, onde recomendamos ao Governo que “enquanto acionista maioritário da EDA, reporte, publicamente e com periodicidade anual, o número de consumidores que usufruem dos tarifários sociais, como forma de aferir da eficácia da campanha publicitária e de divulgação referida no número anterior.”

Por que é que nos preocupa e por que é que acrescentámos este ponto número três?

Porque na realidade é sabido que na Região, em números calculados, cerca de 15 mil famílias podem usufruir destes apoios, desta tarifa social e do complemento desta tarifa, mas na realidade só cerca de 500 é que têm usufruto.

Ora, há aqui uma *décalage*, um *gap*, que é preciso ultrapassar e é preciso também que o Governo Regional tenha consciência da eficácia das suas campanhas de promoção e divulgação e da forma como a pedagogia está a ser feita junto das famílias pelos diversos serviços.

Entendemos que só é possível fazê-lo, por exemplo, daqui a um ano, se esta proposta for eventualmente aprovada, e sabermos para lá dos 500 quantos mais aderiram a este tipo de apoio que existe e que é, atrevo-me a dizer, uma estragação que as pessoas e as famílias não o aproveitem na sua plenitude.

Portanto, isto para explicar muito resumidamente a nossa proposta de substituição.

Terminar, dizendo que o Bloco de Esquerda considera absolutamente razoável este conjunto de recomendações e até considera mesmo urgente que tais recomendações sejam implementadas tão rápido quanto possível por várias ordens de razão que estão elencadas nos considerandos no corpo do nosso projeto, mas também entre outras e de entre essas salientamos:

Primeiro, este projeto e estas propostas são uma maneira prática, simples e ao alcance da Região para ajudar as famílias açorianas numa das coisas que mais pesa, como disse há pouco, no seu orçamento familiar e mensal que é o tarifário da eletricidade.

Por outro lado, a situação vivida por milhares de açorianos e açorianas do ponto de vista social e económico obriga a que o poder político (todos nós e o Governo Regional) seja ativo, seja propositivo e aja no sentido de propiciar alguma folga orçamental a estas famílias por mais pequena que ela seja.

Ora, nos Açores existem como eu disse cerca de 15 mil famílias que podiam usufruir deste tipo de apoio e isso não acontece. Os números resumem-se a cerca de 500.

O Governo Regional, no caso através do Sr. Secretário Regional do Turismo e Transportes, já defendeu publicamente a implementação e a pedagogia deste tipo de tarifa, nomeadamente em maio de 2013 (já lá vai mais de um ano), em que alerta as famílias para que existem mecanismos a que as famílias que têm carências socio económicas podem recorrer junto da empresa que lhes fornece eletricidade, que é a EDA, para terem descontos nas suas faturas e chama a atenção que estes apoios são de duas naturezas: há uns para famílias que têm acesso ao abono de família no primeiro escalão, ao Rendimento Social de Inserção ou subsídio de desemprego, que podem dirigir-se ao balcão da EDA e solicitar a tarifa social; e ainda há um outro, que é o apoio social extraordinário, que é outro mecanismo de apoio que compensa o incremento do IVA da nossa Região.

Portanto, parece-nos que o próprio Governo Regional está sensível, digamos, a esta proposta, a este projeto do Bloco de Esquerda.

Por outro lado, o próprio administrador da EDA, como ainda agora disse, em janeiro de 2013, disse claramente que a empresa estava a encetar diligências no sentido da ERSE, que se mostrava bastante renitente, permitir a existência dos tais tarifários semanais e não apenas diários e disse mesmo o presidente que esta redução tarifária não tinha impacto nas contas da EDA. Tê-lo-ia se a proposta, a produção de energia elétrica, tivesse por base centrais térmicas movidas a fuelóleo. Ou seja, à preocupação manifestada em sede de Comissão pelo Sr. Presidente da ACRA (que na sua exposição se mostrou extremamente preocupado com a baixa de dividendos para os acionistas da EDA, não fora este apoio social a quem dele precisa pôr em causa o lucro destes acionistas) quero dizer-lhe daqui, desta bancada, que pode ficar tranquilo, porque é o próprio presidente da EDA que garante que não haverá nenhum tipo de prejuízo para a EDA, para os seus acionistas, sejam eles públicos, ou sejam privados.

Deputado Berto Messias (PS): Não é bem isso! Não estrague a sua proposta! A sua proposta é tão boa, porque é que a vai estragar com isso!

A Oradora: Portanto, indo ao encontro das preocupações que acabei de referir, indo ao encontro das necessidades das pessoas, mas também constatando o desconhecimento lamentável de um tipo de apoio, se calhar entre outros, que está ao seu dispor, mas a que as pessoas maioritariamente não recorrem mesmo precisando dele ou porque o desconhecem, ou porque não sabem como lá chegar, ou por outras razões que serão suas na sua liberdade individual, dizer que é preciso conhecer aquilo que existe e na realidade as pessoas não conhecem, a maioria delas.

Portanto, são estas as razões fundamentais que subjazem ao nosso Projeto de Resolução e fico-me por aqui nesta primeira intervenção.

Presidente: Muito obrigada, Sra. Deputada.

Estão abertas as inscrições.

(Pausa)

Pergunto se há inscrições.

Vá lá, Sras. e Srs. Deputados, vamo-nos a inscrever.

Sr. Deputado Félix Rodrigues, muito bem.

Tem a palavra, Sr. Deputado.

(*) **Deputado Félix Rodrigues (CDS-PP):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Estava à espera que o Partido Socialista ou o Governo se pronunciasse sobre isso para tentarmos perceber até que ponto veem a bondade nesta proposta.

Vice-Presidente do Governo Regional (Sérgio Ávila): Não me diga que vai condicionar a sua posição de acordo com a explicação do Sr. Secretário!

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Também!

O Orador: Condiciona o debate, Sr. Vice-Presidente. É evidente que condiciona o debate, porque depende dos argumentos que as bancadas utilizam. A opinião muda-se exatamente porque se os argumentos são válidos, se forem lógicos alteramos a nossa posição.

A questão que aqui é trazida pelo Bloco de Esquerda é uma questão que tem vantagens do nosso ponto de vista para a empresa, para o público em geral e inclusivamente vantagens ambientais, porque permite, por um lado, estabilizar o diagrama de carga dos vários consumos de energia nas grandes ilhas dos Açores, nomeadamente na ilha Terceira e na ilha de São Miguel, com algumas desvantagens nas ilhas mais pequenas, mas quando olhamos para o todo de facto nalguns períodos é possível introduzir energias renováveis o que traduz numa mais-valia e que permite também estabelecer este diagrama de carga, daí que vemos vantagens ambientais nessa utilização do ciclo semanal, bi-horário e tri-horário.

Tenho a impressão também que a ERSE precisa conhecer melhor a realidade açoriana e a realidade açoriana não se resume a uma ou duas ilhas, mas sim a um conjunto de nove ilhas. Portanto, quando nós olhamos para uma ilha em

particular podemos ter alguma dificuldade em perceber a aplicação de uma medida desta natureza, mas no seu todo saem beneficiados na grande maioria os consumidores açorianos e, por outro lado, com vantagens na redução da emissão de gases de estufa, porque pode-se aumentar o consumo em determinados períodos à custa de energias renováveis, nomeadamente a partir da eólica.

Por outro lado, há aqui outra questão que tem a ver com a publicitação das várias tarifas. É que mesmo com as tarifas bi-horárias e tri-horárias que existem neste momento há muita falta de informação do público em compreender a informação que lhe é dada, ...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Muito bem!

O Orador: ... talvez alguma deficiência na compreensão de alguns termos técnicos.

Por isso é muito pertinente que a mensagem, neste caso, ambiental, ou a mensagem que visa a poupança nas famílias numa altura como esta de crise que enfrentamos, que seja uma mensagem bem pensada e planeada. É preciso que a mensagem seja estruturada e por vezes pensamos que o simples facto de dizer que existe uma tarifa é o suficiente.

É preciso que a população entenda o que é que ela significa e como se usa, porque implica também com essa mensagem que possamos alterar atitudes das famílias, porque se a mensagem não for capaz de alterar atitudes das famílias não produz os efeitos desejados.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Muito bem!

O Orador: Daí que estamos em perfeita sintonia e estamos de acordo com a proposta do Bloco de Esquerda.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Muito bem! Excelente intervenção!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Continuam abertas as inscrições.

Sra. Deputada Marta Couto tem a palavra.

(*) **Deputada Marta Couto (PS):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

A bancada do Partido Socialista expressa a sua concordância com o intuito deste Projeto de Resolução apresentado pelo Bloco de Esquerda.

Nós concordamos com todas as medidas que se proponham mitigar as dificuldades que os açorianos atravessam.

Não obstante de já estar a ser desenvolvida uma panóplia de ações pelo Governo Regional no sentido de levar o conhecimento das tarifas sociais às pessoas, ...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Já está a ser feito. Estão sempre a fazer alguma coisa, não se vê é os resultados!

A Oradora: ... nós acreditamos que em nada beliscaria essas ações se à mesma se juntasse efetivamente a realização de uma campanha de divulgação da tarifa social e do apoio social extraordinário ao consumidor de energia.

O Governo efetivamente tem agido e irá continuar a agir não só pela continuação dos esforços junto da Entidade Reguladora do Setor Elétrico para a implementação das tarifas bi e tri-horárias em ciclo semanal, mas também pela ação junto das pessoas com mais carências para a sua adesão à tarifa social.

Deste modo, vendo que este Projeto de Resolução vai ao encontro da intenção de melhorar as condições de vida de uma camada da população com mais carências, nós juntamos a nossa preocupação à preocupação do Bloco de Esquerda e a bancada do Partido Socialista mantém-se junto das pessoas e votará favoravelmente este Projeto de Resolução.

Obrigada.

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Pergunto se há mais inscrições.

Sr. Deputado Jorge Macedo tem a palavra.

(*) **Deputado Jorge Macedo (PSD):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

A proposta que o Bloco de Esquerda traz a esta câmara é uma proposta que beneficia todos, porque o sonho de qualquer produtor de eletricidade é ter os seus diagramas de carga, as horas de cheio e de vazio, o mais próximas possível, ou seja, não haver picos das horas cheias, nem picos (no sentido negativo) das horas de vazio, porque permite que não sejam necessários realizar investimentos apenas para cobrir as horas de cheio.

Portanto, quando nos Açores foram implementadas as tarifas bi e tri-horárias foi já um passo nesse sentido, até porque grande parte do abastecimento de eletricidade nos Açores é de origem geotérmica e como todos sabem na geotermia não é fácil e é tecnicamente difícil estar a aumentar ou a reduzir a energia injetada na rede, sendo que esses picos normalmente depois são sempre, no caso dos Açores, cobertos por fontes, ou neste caso, por grupos termoelétricos, grupos esses que nas horas de vazio estão parados. Ou seja, são investimentos pouco reprodutivos.

Portanto, se para o produtor de eletricidade, e neste caso distribuidor de eletricidade, o sonho de qualquer um deles é ter os diagramas de carga o mais planos possível, para o consumidor a proposta que é trazida a esta Casa, e que já está implementada a nível nacional, nomeadamente no continente, também traz benefício ao consumidor.

Portanto, isto é daquelas propostas que traz benefícios para toda a gente, porque permite que os consumidores façam deslocar alguns dos seus consumos para as horas de vazio, ajudando a que as horas de vazio não sejam tão vazias e as horas de cheio não sejam tão cheias.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): *La Palisse* não diria melhor!

O Orador: É isso que ainda neste momento não acontece, Sr. Deputado Artur Lima, porque bom seria que já acontecesse, mas em boa hora chega a proposta do Bloco de Esquerda (em boa hora) e segundo percebi tem o acolhimento do partido maioritário, do Partido Socialista, e pela manifestação de intenção até agora ouvida também pelo CDS-PP.

Por todos esses motivos que aduzi e pelo facto de ser uma proposta que é boa para todos, o PSD naturalmente manifestará e dará o seu voto favorável à proposta do Bloco de Esquerda.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Pergunto se há mais inscrições.

Sr. Deputado Aníbal Pires tem a palavra.

(*) **Deputado Aníbal Pires (PCP):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

A Representação Parlamentar do PCP irá naturalmente dar o seu voto favorável a esta iniciativa do Bloco de Esquerda que contribui de alguma forma para minorar os custos com a energia elétrica, mas não abdicará de voltar *a posteriori* a apresentar aqui uma proposta para que ...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Sempre a ciumeira!

O Orador: ... a eletricidade, ou a fatura da energia elétrica, possa ser diminuída na Região Autónoma dos Açores, quer para as empresas, quer para os cidadãos, de modo a que não por via da afetação de recursos financeiros, mas por via daquilo que são os lucros que a elétrica regional tem vindo a apresentar, possa haver apoio quer às famílias, quer às empresas.

Muito obrigado, Sra. Presidente.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

A Mesa não tem mais inscrições.

Sr. Secretário Regional tem a palavra.

(*) **Secretário Regional do Turismo e Transportes (Vitor Fraga):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Gostaria de congratular-me com a proposta apresentada pelo Bloco de Esquerda que, para além do conteúdo que ela tem, tem também a particularidade de colocar este tema na ordem do dia e de aproveitarmos este momento para passarmos a mensagem daquilo que está disponível a todas as famílias que se enquadram no quadro que foi referido pela Sra. Deputada de poderem recorrer àquilo que existe, que está ao seu alcance e que no caso do apoio social extraordinário para os consumidores de energia se reflete num desconto de 11% sobre o total da fatura e que no caso da tarifa social tem um desconto que se aplica sobre a potência contratada que pode variar entre os 23 e os 29%.

Em relação à tarifa bi e tri-horária e ao alargamento para o ciclo semanal, também como está refletido na proposta apresentada pelo Bloco de Esquerda, este é um trabalho que tem vindo a ser desenvolvido, quer pelo Governo dos Açores, quer pela própria EDA junto da ERSE.

Tem havido vários contatos, tem sido disponibilizada vária informação à ERSE no sentido de que o ciclo semanal seja alargado à Região Autónoma dos Açores, estando também em análise o alargamento à Região Autónoma da Madeira. Nem os Açores, nem a Madeira usufruem do ciclo semanal. Tem havido um conjunto de contatos ao longo do tempo.

No dia 8 de agosto foi enviada a última informação que a ERSE solicitou. Neste momento está a ser analisada, a informação está em análise e em discussão por parte da ERSE daquilo que serão os tarifários para o próximo ano

e confesso-lhe que aquilo que gostaríamos que acontecesse e aquilo para que nós temos trabalhado era para que no próximo ano o ciclo semanal pudesse ser alargado já à Região Autónoma dos Açores, no entanto, isto é uma decisão que não é nossa. É uma decisão da ERSE. Fica o nosso compromisso de continuar a trabalhar como temos feito para que esta venha a ser uma realidade na Região, ainda para mais quando tem havido uma evolução muito significativa do número de utilizadores das tarifas bi e tri-horárias que já significam hoje cerca de 20% dos clientes que a EDA tem na Região, o que demonstra que é uma tarifa que se adequa às necessidades das pessoas essencialmente e que introduz naturalmente níveis de poupança no orçamento familiar.

Voltando à tarifa social e ao apoio social extraordinário ao consumidor de energia isto destina-se a grupos claramente identificados, nomeadamente aqueles que recebem o complemento solidário para idosos, o Rendimento Social de Inserção, o subsídio social de desemprego, 1.º escalão do abono de família e a pensão de invalidez.

A Sra. Deputada referiu que já em maio de 2013 eu me tinha referido a este tema. Já o fiz posteriormente, nomeadamente em fevereiro deste ano.

Desenvolvemos várias campanhas de publicidade das tarifas sociais e do apoio social extraordinário para os consumidores de energia e há a registar uma evolução positiva. Das cerca de 500 famílias que tínhamos no final do ano de 2012, hoje já temos cerca de 900 famílias, o que significa um incremento de cerca de 70%.

Não temos feito apenas ações ao nível de publicidade institucional, digamos assim, sobre esses tarifários. Fomos mais além. Temos estabelecido parcerias com santas casas de misericórdia, com a Caritas, com o Instituto da Segurança Social, no sentido de não termos só a divulgação de que as tarifas existem, mas ter um contato muito direto com as pessoas, mostrando-lhes os benefícios e mostrando que vale a pena elas se deslocarem a um balcão da EDA, ou ligarem para o *call center* da EDA, a solicitarem a adesão a este tipo de tarifário.

Para além disso, temos também feito, utilizando aquilo que são as lojas móveis da EDA nas ilhas onde elas existem (utilizando estas lojas), fazendo-as deslocar para as zonas onde há um maior número de famílias que podem usufruir destes tarifários, de forma a facilitar o serviço, a motivá-las a aderirem e a subscreverem os tarifários existentes.

Fica o nosso compromisso de naturalmente continuarmos a trabalhar, de fazer o *report* tal como é recomendado nesta proposta do Bloco de Esquerda do número de famílias.

O nosso objetivo é efetivamente aumentar o número de famílias que vão aderir a estas tarifas em que, como disse, há um universo estimado de cerca de 15 mil famílias.

Portanto, temos aqui ainda muito para crescer. Temos muito trabalho para fazer, agora queria deixar nota que tem vindo a ser feito um trabalho consistente quer por parte da EDA, quer por parte da Direção Regional de Energia, quer por parte do Instituto da Segurança Social, no sentido de alertar as pessoas e de as motivar a aderirem a estas tarifas, mostrando aquilo que são os benefícios e que elas podem usufruir das mesmas.

Obrigado.

Deputada Catarina Moniz Furtado (PS): Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sr. Secretário.

A Mesa não tem mais inscrições.

Sra. Deputada Zuraida Soares tem a palavra.

(*) **Deputada Zuraida Soares (BE):** Obrigada, Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Muito brevemente para dizer que tudo está bem, quando acaba bem.

Ficamos satisfeitos de ter encontrado este *feedback*, este eco positivo quer no partido maioritário, quer no Governo Regional, quer em todos os partidos, nas outras bancadas parlamentares e dizer que no fim de tudo isto quem ganha e quem ganhará são as pessoas, são os açorianos, são as açorianas, sobretudo aqueles e aquelas que neste momento atravessam períodos mais difíceis e vivem circunstâncias algumas das vezes trágicas.

Portanto, estou satisfeita e mais nada.

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Julgo não haver mais inscrições.

Sendo assim vamos passar à votação deste Projeto de Resolução e como bem lembrou a Sra. Deputada no início da sua intervenção o que vamos votar é a proposta de substituição integral a este Projeto de Resolução.

As Sras. e as Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Secretária: O Projeto de Resolução apresentado foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Obrigada, Sra. Secretária.

Sendo assim vamos também terminar por hoje os nossos trabalhos.

Uma boa noite a todos e até amanhã. Regressamos às 10 horas.

(Eram 19 horas e 26 minutos)

(*) Texto não revisto pelo Orador.

Deputados que entraram durante a Sessão:

Partido Socialista (PS)

Cecília do Rosário Farias **Pavão**

Paulo Alexandre Vieira **Borges**

Partido Social Democrata (PSD)

Duarte Nuno d'Ávila Martins de **Freitas**

Luís Carlos Correia **Garcia**

Deputados que faltaram à Sessão:

Partido Socialista (PS)

Arlinda Maria Focha **Nunes**

Domingos Manuel Cristiano Oliveira da **Cunha**

Partido Social Democrata (PSD)

António Augusto Batista Soares **Marinho**

Documentos entrados

1 – Proposta de Lei:

Assunto: Orçamento Retificativo - n.º 105/X – n.º 244/XII

Proveniência: Assembleia da República

Data de Entrada: 2014 – 08 – 29

Comissão: Economia

Data limite do parecer: 2014 – 09– 09.

2 – Projeto de Lei:

Assunto: Primeira alteração ao Decreto-Lei n.º 49/2014, de 27 de março que Regulamenta a Lei n.º 62/2013, de 26 de agosto (Lei da Organização do Sistema Judiciário), e estabelece o regime aplicável à organização e funcionamento dos tribunais judiciais – 634/XII - n.º 104/X

Proveniência: Assembleia da República

Data de Entrada: 2014 – 07 – 16

Comissão: Política Geral

Data limite do parecer: 2014 – 08– 05.

3 – Projeto de Proposta de Lei

Assunto: Estabelece o novo regime de Arrendamento Apoiado para a Habitação - PCM (MAOTE)- (Reg. PL 249/2013).

Proveniência: Conselho de Ministros – n.º 118

Data de Entrada: 2014 – 09 – 04

Comissão: Política Geral

Data limite do parecer: 2014 – 09– 15:

Assunto: Estabelece o regime de renda condicionada dos contratos de arrendamento para fim habitacional - PCM (MAOTE) - (Reg. PL 271/2014).

Proveniência: Conselho de Ministros – n.º 119

Data de Entrada: 2014 – 09 – 04

Comissão: Política Geral

Data limite do parecer: 2014 – 09– 15.

4 – Iniciativas Europeias:

Assunto: Relatório da Comissão ao Parlamento Europeu e ao Conselho sobre "As despesas do FEAGA - Sistema de Alerta Precoce n.º 5-6/2014 [COM/2014/390].

Proveniência: Comissão 4.ª - CAE XII da Assembleia da República

Comissão: Economia

Data de Entrada: 2014 – 07 – 15

Data limite do parecer: 2014 – 07 – 29.

5 – Projetos de Decreto-Lei:

Assunto: Aprova o Regulamento das Embarcações Utilizadas na Atividade Marítimo-Turística - MAM - (Reg. DL 212/2014).- n.º 109/X

Proveniência: Conselho de Ministros

Data de Entrada: 2014 – 07 – 14

Comissão: Economia

Data limite do parecer: 2014 – 07– 23;

Assunto: Estabelece a segunda alteração ao Decreto-Lei n.º 18/2010, de 19 de março, que estabelece o regime jurídico do Programa de Estágios Profissionais na Administração Pública - M. Finanças - (Reg. DL 285/2014).- n.º 110/X

Proveniência: Conselho de Ministros

Data de Entrada: 2014 – 07 – 14

Comissão: Política Geral

Data limite do parecer: 2014 – 07– 23;

Assunto: Estabelece o modelo de governação dos Fundos Europeus Estruturais e de Investimento - PCM - (Reg. DL 284/2014) – n.º 111/X

Proveniência: Conselho de Ministros

Data de Entrada: 2014 – 07 – 14

Comissão: Economia

Data limite do parecer: 2014 – 07– 23;

Assunto: Transpõe a Diretiva n.º 2013/60/UE, da Comissão, de 27 de novembro, procedendo à alteração ao Regulamento Relativo a Determinados Elementos e Características dos Veículos a Motor de Duas e Três Rodas, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 86-A/2010, de 15 de julho, ao Regulamento de Homologação de Veículos a Motor de Duas e Três Rodas e Respetivo Indicador de Velocidade, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 30/2002, de 16 de fevereiro, e ao Regulamento Relativo à Instalação dos Dispositivos de Iluminação e de Sinalização Luminosa nos Veículos a Motor de Duas e Três Rodas, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 132/2002, de 14 de maio - ME - (Reg. DL 321/2014) – n.º 113/X

Proveniência: Conselho de Ministros

Data de Entrada: 2014 – 08 - 11

Comissão: Economia

Data limite do parecer: 2014 – 08 - 20;

Assunto: Cria o regime jurídico aplicável à produção de eletricidade, destinada ao autoconsumo por Unidades de Produção para Autoconsumo, e o regime jurídico aplicável à produção de eletricidade, vendida na sua totalidade à rede elétrica de serviço público a partir de recursos renováveis, por intermédio de Unidades de Pequena Produção - MAOTE - (Reg. DL 314/2014) – n.º 114/X

Proveniência: Conselho de Ministros

Data de Entrada: 2014 – 08 – 11

Comissão: Economia

Data limite do parecer: 2014 – 09 – 01;

Assunto: Clarifica o modo de contagem de tempo de serviço relevante a que se reporta a subalínea ii) da alínea b) do n.º 1 do artigo 1.º do Decreto-Lei n.º 88/2012, de 11 de abril - MF- (Reg. DL 327/2014) – n.º 115/X

Proveniência: Conselho de Ministros

Data de Entrada: 2014 – 08 – 18

Comissão: Assuntos Sociais

Data limite do parecer: 2014 – 08– 27;

Assunto: Procede à segunda alteração ao Decreto-Lei n.º 80/2008, que define o modelo de governação do Programa Operacional Pesca 2007-2013, designado por PROMAR - MAM - (Reg. DL 310/2013) – n.º 116/X

Proveniência: Conselho de Ministros

Data de Entrada: 2014 – 09 – 01

Comissão: Economia

Data limite do parecer: 2014 – 09– 10;

Assunto: Estabelece o regime jurídico de homologação e utilização dos cintos de segurança e dos sistemas de retenção para crianças em veículos rodoviários e transpõe a Diretiva n.º 2014/37/UE, da Comissão, de 27 de fevereiro de 2014 - MAI - (Reg. DL 360/2014) – n.º 117/X

Proveniência: Conselho de Ministros

Data de Entrada: 2014 – 09 – 01

Comissão: Economia

Data limite do parecer: 2014 – 09– 10.

6 – Projeto de Resolução Nacional:

Assunto: Aprova o Plano Estratégico de Combate à Violação de direito de Autor e Direitos Conexos - PCM - (Reg. R 406/2013) - n.º 112/X

Proveniência: Conselho de Ministros

Data de Entrada: 2014 – 07 – 18

Comissão: Assuntos Sociais

Data limite do parecer: 2014 – 07– 30.

7 – Propostas de Decreto Legislativo Regional:

Assunto: [Define as entidades que, na Região Autónoma dos Açores, exercem as competências previstas na Lei n.º 27/2013, de 12 de abril – n.º 37/X](#)

Proveniência: Governo

Data de Entrada: 2014 – 07 – 15

Comissão: Economia

Data limite do parecer: 2014 – 09 – 04;

Assunto: [Regime Jurídico contra incêndios em edifícios na Região Autónoma dos Açores - n.º 38/X](#)

Proveniência: Governo

Data de Entrada: 2014 – 07 – 27

Comissão: Política Geral

Data limite do parecer: 2014 – 09 – 04.

8 – Projeto de Resolução:

Assunto: [Recomenda ao Governo Regional que não encerre as duas únicas valências com creche e jardim-de-infância públicas da Região – n.º 82/X](#)

Proveniência: BE

Data de Entrada: 2014 – 07 – 10

Comissão: Assuntos Sociais

Data limite do parecer: 2014 – 09 – 04.

9 – Proposta de Resolução:

Assunto: [Orçamento da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores para o ano de 2015](#)

Proveniência: ALRAA

Data de Entrada: 2014 – 08 – 28

Comissão: Assuntos Parlamentares, Ambiente e Trabalho

Data limite do parecer:

10 – Petição:

Assunto: Pela recuperação da zona habitacional do aeroporto de Santa Maria - n.º 26

Autor: Carlos Afonso Simões Braga de Oliveira

Data de Entrada: 2014 – 07 – 28

Comissão: Política Geral;

Assunto: Petição em defesa da manutenção de uma turma do 1.º ano do Curso de Gestão no polo de Angra do Heroísmo – n.º 27/X

Autora: Sandra Alexandre Cunha Matos

Data de Entrada: 2014 – 08 – 06

Comissão: Assuntos Sociais;

Assunto: Imediata anulação e rápida devolução das coimas já aplicadas e cobradas sobre o gasóleo agrícola utilizado pelas carrinhas agrícolas e agropecuárias. – n.º 28 /X

Autora: Pedro Albergaria Leite Pacheco

Data de Entrada: 2014 – 08 – 21

Comissão: Economia

11 – Requerimentos:

Assunto: [Bolsas de Estudo – Ensino Superior](#)

Autores: António Ventura, Luís Rendeiro e Judite Parreira (PSD)

Data de Entrada: 2014 – 07 – 14

Referência: 54.03.00 – N.º 278/X.

Assunto: [Obras no porto do Topo, ilha de São Jorge](#)

Autores: Ana Espínola Artur Lima e Félix Rodrigues (CDS-PP)

Data de Entrada: 2014 – 07 – 14

Referência: 54.01.05 – N.º 279/X;

Assunto: [Plano Ordenamento da Orla Costeira. Troço: Feteiras-Fenais da Luz-Lomba de São Pedro](#)

Autores: Luís Maurício Santos, Cláudio Almeida, Joaquim Machado e José Andrade (PSD)

Data de Entrada: 2014 – 07 – 16

Referência: 54.03.02 – N.º 280/X;

Assunto: [Deslocação de Médicos Especialistas às Ilhas sem Hospital](#)

Autores: Félix Rodrigues, Artur Lima e Ana Espínola (CDS-PP)

Data de Entrada: 2014 – 07 – 23

Referência: 54.01.00 – N.º 281X;

Assunto: [Falta de apoio a crianças com necessidades educativas especiais](#)

Autores: Joaquim Machado e Cláudio Almeida (PSD)

Data de Entrada: 2014 – 07 – 23

Referência: 54.03.00 – N.º 282X;

Assunto: [Funcionamento da disciplina de História, Geografia e Cultura dos Açores](#)

Autor: Joaquim Machado (PSD)

Data de Entrada: 2014 – 07 – 25

Referência: 54.03.00 – N.º 283/X;

Assunto: [Classificação e recuperação da primeira Ermida da ilha de São Miguel](#)

Autor: José Andrade (PSD)

Data de Entrada: 2014 – 07 – 25

Referência: 54.03.02 – N.º 284X;

Assunto: [Agenda Digital e Tecnológica dos Açores](#)

Autores: António Ventura, Luís Rendeiro e Judite Parreira (PSD)

Data de Entrada: 2014 – 07 – 30

Referência: 54.03.00 – N.º 285/X;

Assunto: [Novas obrigações de serviço público para o transporte aéreo entre a Região e o continente.](#)

Autor: Paulo Mendes (BE)

Data de Entrada: 2014 – 07 – 31

Referência: 54.06.00 – N.º 286/X;

Assunto: [Custo para os utentes pelas análises clínicas, fisioterapia, radiologia e consultas privadas realizadas entre 1 de agosto de 2014 e a data de celebração de convenções entre as unidades privadas de saúde e as unidades de saúde de ilha](#)

Autores: Félix Rodrigues, Artur Lima e Ana Espínola (CDS-PP)

Data de Entrada: 2014 – 08 – 04

Referência: 54.01.00 – N.º 287/X;

Assunto: [Ponto de situação de obra pública nos Anjos em Santa Maria](#)

Autor: Paulo Parece (PSD)

Data de Entrada: 2014 – 08 – 05

Referência: 54.03.01 – N.º 288/X;

Assunto: [Controle da densidade de Pombo Torcaz na ilha do Pico](#)

Autor: Cláudio Lopes (PSD)

Data de Entrada: 2014 – 08 – 05

Referência: 54.03.06 – N.º 289/X;

Assunto: [Centro de Interpretação da Cultura do ananás](#)

Autores: José Andrade e Renato Cordeiro (PSD)

Data de Entrada: 2014 – 08 – 06

Referência: 54.03.02 – N.º 290/X;

Assunto: [Serviço de Radiologia nos Centros de Saúde dos Açores](#)

Autor: António Pedroso (PSD)

Data de Entrada: 2014 – 08 – 06

Referência: 54.03.05 – N.º 291/X;

Assunto: [Lactopico e o Governo](#)

Autor: Cláudio Lopes (PSD)
Data de Entrada: 2014 – 08 – 12
Referência: 54.03.06 – N.º 292/X;

Assunto: [Quotas Leiteiras](#)

Autores: Renato Cordeiro, António Ventura, Luís Garcia, António Pedroso, Bruno Belo, João Bruto da Costa e Cláudio Lopes (PSD)

Data de Entrada: 2014 – 08 – 13
Referência: 54.03.00 – N.º 293/X;

Assunto: [Para quando a inauguração do centro de dia e de noite do Instituto de Santa Catarina?](#)

Autores: Ana Espínola, Artur Lima e Félix Rodrigues (CDS-PP)

Data de Entrada: 2014 – 09 – 04
Referência: 54.01.05 – N.º 294/X.

12 – Respostas a Requerimentos:

Assunto: [Energia Geotérmica na Terceira](#)

Proveniência: Governo

Data de Entrada: 2014 – 07 – 01
Referência: 54.03.03 – N.º 228/X;

Assunto: [Montante arrecadado em taxas moderadoras no Serviço Regional de Saúde dos Açores](#)

Proveniência: Governo

Data de Entrada: 2014 – 07 – 25
Referência: 54.01.00 – N.º 205/X;

Assunto: [Novo Laboratório Regional de Veterinária sem entrar em funcionamento](#)

Proveniência: Governo

Data de Entrada: 2014 – 07 – 25
Referência: 54.03.00 – N.º 225/X;

Assunto: [Laboratórios de análises clínicas em São Jorge](#)

Proveniência: Governo

Data de Entrada: 2014 – 07 – 28
Referência: 54.01.02 – N.º 179/X;

Assunto: [Encerramento dos Laboratórios de análises clínicas nas unidades de Saúde de Ilha das Ilhas sem Hospital](#)

Proveniência: Governo

Data de Entrada: 2013 – 07 – 28
Referência: 54.01.00 – N.º 222/X;

Assunto: [Existência de montantes a pagar da parte do Hospital de Santo Espírito da Ilha Terceira, EPE, ao Instituto de Microcirurgia Ocular](#)

Proveniência: Governo

Data de Entrada: 2014 – 07 – 29

Referência: 54.03.03 – N.º 207/X;

Assunto: [Reestruturação da rede escolar da Praia da Vitória e de Angra do Heroísmo](#)

Proveniência: Governo

Data de Entrada: 2014 – 07 – 30

Referência: 54.01.03 – N.º 234/X;

Assunto: [Funcionamento dos Serviços de Desporto de Ilha na Região Autónoma dos Açores](#)

Proveniência: Governo

Data de Entrada: 2014 – 08 – 05

Referência: 54.07.09 – N.º 246/X;

Assunto: [Casa da Autonomia](#)

Proveniência: Governo

Data de Entrada: 2014 – 07 – 30

Referência: 54.03.00 – N.º 261/X;

Assunto: [Reparação do piso do Polidesportivo do Corvo](#)

Proveniência: Governo

Data de Entrada: 2014 – 07 – 30

Referência: 54.07.09 – N.º 244/X;

Assunto: [Projeto Museológico da ilha do Corvo](#)

Proveniência: Governo

Data de Entrada: 2014 – 07 – 30

Referência: 54.07.09 – N.º 247/X;

Assunto: [Programação cultural prevista para a ilha do Corvo](#)

Proveniência: Governo

Data de Entrada: 2013 – 07 – 30

Referência: 54.07.09 – N.º 273/X;

Assunto: [Resultados da 1.ª fase das provas finais dos 4.º e 6.º anos das disciplinas de português e matemática](#)

Proveniência: Governo

Data de Entrada: 2013 – 07 – 30

Referência: 54.07.00 – N.º 275/X;

Assunto: [Gabinete do Empreendedor na ilha do Corvo](#)

Proveniência: Governo

Data de Entrada: 2013 – 08 – 01
Referência: 54.07.09 – N.º 269/X;

Assunto: [II Jornada da Ciência nos Açores](#)

Proveniência: Governo
Data de Entrada: 2014 – 08 – 01
Referência: 54.06.00 – N.º 271/X;

Assunto: [Pagamentos das linhas de apoio aos agricultores](#)

Proveniência: Governo
Data de Entrada: 2014 – 08 – 05
Referência: 54.03.00 – N.º 240/X;

Assunto: [Quando serão resolvidos os problemas de fornecimento de gelo às embarcações de pesca em alguns portos da Região?](#)

Proveniência: Governo
Data de Entrada: 2014 – 08 – 05
Referência: 54.03.00 – N.º 272/X;

Assunto: [Freguesia de Nossa Senhora da Luz aguarda por Centro de Dia há mais de 5 anos](#)

Proveniência: Governo
Data de Entrada: 2014 – 08 – 06
Referência: 54.03.04 – N.º 277/X;

Assunto: [Cais de cruzeiros de Angra do Heroísmo](#)

Proveniência: Governo
Data de Entrada: 2013 – 08 – 07
Referência: 54.01.03 – N.º 214/X;

Assunto: [Certificação dos produtos não avança](#)

Proveniência: Governo
Data de Entrada: 2014 – 08 – 07
Referência: 54.03.00 – N.º 254/X;

Assunto: [Funcionamento do GACS \(II\)](#)

Proveniência: Governo
Data de Entrada: 2014 – 08 – 08
Referência: 54.03.00 – N.º 167/X;

Assunto: [A classificação da ilha do Corvo como Reserva da Biosfera da UNESCO e a certificação da respetiva produção Agrícola](#)

Proveniência: Governo
Data de Entrada: 2014 – 08 – 08
Referência: 54.07.09 – N.º 270/X;

Assunto: [Classificação e Recuperação da Primeira Ermida da ilha de S. Miguel](#)

Proveniência: Governo

Data de Entrada: 2014 – 08 – 13

Referência: 54.03.02 – N.º 284/X;

Assunto: [Unidade de Saúde da Ilha do Corvo](#)

Proveniência: Governo

Data de Entrada: 2014 – 08 – 13

Referência: 54.07.09 – N.º 257/X;

Assunto: [Deslocação à Unidade de Saúde da ilha do Corvo de médicos especialistas](#)

Proveniência: Governo

Data de Entrada: 2014 – 08 – 13

Referência: 54.07.09 – N.º 258/X;

Assunto: [Refeições 2014](#)

Proveniência: Governo

Data de Entrada: 2014 – 08 – 13

Referência: 54.06.00 – N.º 264/X;

Assunto: [Funcionamento da disciplina de História, Geografia e Cultura dos Açores](#)

Proveniência: Governo

Data de Entrada: 2014 – 08 – 13

Referência: 54.03.00 – N.º 283/X;

Assunto: [Falta de apoio a crianças com necessidades educativas especiais](#)

Proveniência: Governo

Data de Entrada: 2014 – 08 – 22

Referência: 54.03.00 – N.º 282/X.

Assunto: [Funcionamento da AZORINA, SA](#)

Proveniência: Governo

Data de Entrada: 2014 – 08 – 28

Referência: 54.07.00 – N.º 262/X.

Assunto: [Ações de formação profissional de divulgação de boas práticas agrícolas realizadas na ilha do Corvo ao longo da atual legislatura](#)

Proveniência: Governo

Data de Entrada: 2014 – 08 – 28

Referência: 54.07.09 – N.º 268/X;

Assunto: [Ponto de situação de obra pública nos Anjos em Santa Maria](#)

Proveniência: Governo

Data de Entrada: 2014 – 08 – 28

Referência: 54.03.01 – N.º 288/X;

Assunto: [Monitorização do ar em estabelecimento de ensino](#)

Proveniência: Governo

Data de Entrada: 2014 – 09 – 02

Referência: 54.03.00 – N.º 202/X.

13 – Comunicações/Informações:

Assunto: Ofício relativo à Reorganização dos Serviços de Finanças

Proveniência: Secretário Regional dos Assuntos Fiscais

Data de Entrada: 2014 – 07 – 09;

Assunto: Voto de Protesto para alteração das condições de celebração da convenção de cuidados de saúde, na área das análises, ao Serviço Regional de Saúde, que determina o encerramento do posto Livramento, com manifesto prejuízo para os cidadãos e para a prestação de cuidados de saúde de proximidade.

Proveniência: O Presidente da Assembleia de Freguesia do Livramento, Pedro Gomes

Data de Entrada: 2014 – 07 – 11;

Assunto: Ofício a cancelar a iniciativa - Projeto de Decreto Legislativo Regional n.º 11/X - Programa de Auto Emprego Jovem

Proveniência: PSD

Data de Entrada: 2014 – 07 – 11;

Assunto: Ofício a enviar Comentário sobre Atualização da Estratégia Nacional para as Florestas - Documentos de Trabalho para Auscultação Pública.

Proveniência: CNADS – Conselho Nacional do Ambiente e do Desenvolvimento Sustentável

Data de Entrada: 2014 – 07 – 21;

Assunto: Ofício a informar que foi para publicação o Decreto n.º 11/2014 - Revoga o artigo 43.º do Decreto Legislativo Regional n.º 2/2014/A, de 29 de janeiro.

Proveniência: Representante da República para a Região Autónoma dos Açores

Data de Entrada: 2014 – 07 – 29;

Assunto: Resposta sobre o encerramento de Repartições de Finanças nos Açores ao Ministério das Finanças sobre a pergunta que lhe foi dirigida pelos Srs. Deputados José Luís Ferreira e Heloísa Apolónia, enviada por correio eletrónico

Proveniência: Grupo Parlamentar “Os Verdes” da AR

Data de Entrada: 2014 – 07 – 29;

Assunto: Ofício a enviar Voto de Congratulação – Dia da Região
Proveniência: O presidente da Assembleia Municipal de Nordeste
Data de Entrada: 2014 – 07 – 31;

Assunto: Ofício a acusar a receção e agradecer o Voto de Congratulação - 350 anos da construção/reconstrução da Igreja Matriz de São Jorge da Vila das Velas - Agradecimento
Proveniência: Cúria Diocesana
Data de Entrada: 2014 – 07 – 31;

Assunto: Ofício a agradecer o envio da Resolução n.º 17/2014 - Pronúncia sobre a Política Científica Nacional e a informar que a mesma foi remetida aos Senhores Deputados da Comissão de Educação, Ciência e Cultura, atendo à matéria em causa
Proveniência: O Gabinete de Sua Excelência a Presidente da Assembleia da República
Data de Entrada: 2014 – 08 – 01;

Assunto: Ofício a agradecer o envio dos Voto de Congratulação e Saudação - 175.º Aniversário do Concelho da Povoação
Proveniência: O Presidente da Câmara Municipal da Povoação
Data de Entrada: 2014 – 08 – 01;

Assunto: Ofício a agradecer o envio do Voto de Congratulação - 500 Anos de Castelo Branco
Proveniência: O Presidente da Junta de Freguesia de Castelo Branco, Vítor Pimentel
Data de Entrada: 2014 – 08 – 05;

Assunto: Ofício a informar a aprovação dos Princípios Orientadores para uma tomada de posição do CNADS sobre a Reforma da Fiscalidade Verde
Proveniência: Mário Ruivo – Presidente do CNADS – Conselho Nacional do Ambiente e do Desenvolvimento Sustentável
Data de Entrada: 2014 – 08 – 13;

Assunto: Ofício a informar que foi para publicação o Decreto Legislativo Regional n.º 12/2014 - Primeira alteração ao Decreto Legislativo Regional n.º 23/2009/A, de 16 de dezembro, que aprova o programa de acesso à habitação pela via do arrendamento, designado por Programa Famílias com Futuro.
Proveniência: Representante da República para a Região Autónoma dos Açores
Data de Entrada: 2014 – 08 – 13;

Assunto: Ofício a informar que foi para publicação o Decreto Legislativo Regional n.º 13/2014 - Estabelece o sistema de fiscalização e controlo do

abastecimento de gasóleo à agricultura e à pesca da Região Autónoma dos Açores.

Proveniência: Representante da República para a Região Autónoma dos Açores

Data de Entrada: 2014 – 08 – 13;

Assunto: Carta a acusar a receção e agradecer o Diploma da Insígnia Autónomica de Mérito Cívico, com que foi agraciado no Dia dos Açores, recebida com o nosso ofício datado de 5 do corrente mês.

Proveniência: O agraciado, Armando de Freitas Amaral

Data de Entrada: 2014 – 08 – 21;

Assunto: Ofício a informar a nova distribuição dos Senhores Deputados do Grupo Parlamentar do PS pelas Comissões Permanentes da ALRAA.

Proveniência: O Presidente do Grupo Parlamentar do PS, Berto Messias

Data de Entrada: 2014 – 08 – 27;

Assunto: Propostas de alteração ao Projeto de Decreto Legislativo Regional n.º 25/X – Alteração ao Decreto Legislativo Regional n.º 21/99/A, de 10 de julho, alteração ao regime jurídico do conselho de ilha

Proveniência: O Presidente do Grupo Parlamentar do PS, Berto Messias

Data de Entrada: 2014 – 08 – 28;

Assunto: Ofício a solicitar o agendamento de Debate de urgência sobre a Situação do Investimento Público nos Açores

Proveniência: O Presidente do Grupo Parlamentar do PSD, Duarte Freitas

Data de Entrada: 2014 – 09 – 04;

Assunto: Ofício a solicitar o agendamento de Debate de urgência sobre o Sistema Educativo Regional: políticas e resultados

Proveniência: A Representação Parlamentar do PPM, Paulo Estêvão

Data de Entrada: 2014 – 09 – 04.

14 – Relatórios:

Assunto: [Ante-Período Legislativo de Setembro de 2014. - Relatório a que se refere o artigo 103.º do Regimento da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores](#)

Proveniência: Comissão de Política Geral

Data de Entrada: 2014 – 09 – 05;

Assunto: [Proposta de Resolução 10/X – Orçamento da ALRAA para 2015](#)

Proveniência: Comissão de Assuntos Parlamentares, Ambiente e Trabalho

Data de Entrada: 2014 – 09 – 04;

Assunto: [Projeto Decreto Legislativo Regional n.º 33/X - Primeira alteração ao DLR 20/2010/A, de 31 de maio, que introduz regras de transparência na aquisição de publicidade pelos serviços da Administração Regional e Local.](#)

Proveniência: Comissão de Assuntos Parlamentares, Ambiente e Trabalho

Data de Entrada: 2014 – 09 – 04;

Assunto: [Decreto Legislativo Regional n.º 35/X – Segunda alteração ao DLR 12/2008/A, de 19 de maio, que estabelece o Estatuto do gestor público na RAA.](#)

Proveniência: Comissão de Assuntos Parlamentares, Ambiente e Trabalho

Data de Entrada: 2014 – 09 – 04;

Assunto: [Ante-Período Legislativo de Setembro de 2014. - Relatório a que se refere o artigo 103.º do Regimento da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores](#)

Proveniência: Comissão de Assuntos Parlamentares, Ambiente e Trabalho

Data de Entrada: 2014 – 09 – 04;

Assunto: [Projeto de Decreto-Lei que procede à segunda alteração Decreto-Lei n.º 18/2010, de 19 de março, que estabelece o Regime Jurídico do Programa de Estágios Profissionais na Administração Pública.](#)

Proveniência: SubComissão de Política Geral

Data de Entrada: 2014 – 07 – 23;

Assunto: [Proposta de Lei 239/XII/3 - Estabelece os mecanismos das reduções remuneratórias temporárias e as condições da sua reversão no prazo máximo de quatro anos](#)

Proveniência: SubComissão de Política Geral

Data de Entrada: 2014 – 07 – 23;

Assunto: [Projeto de Lei que procede à primeira alteração ao Decreto-Lei n.º 49/2014, de 27 de março que regulamenta a Lei n.º 62/2013, de 26 de agosto \(Lei da Organização do Sistema Judiciário\), e estabelece o regime aplicável à organização e funcionamento dos tribunais judiciais](#)

Proveniência: SubComissão de Política Geral

Data de Entrada: 2014 – 08 – 04;

Assunto: [Projeto de Resolução “Pedido de admissão dos Açores como membro associado da UNESCO”.](#)

Proveniência: Comissão de Política Geral

Data de Entrada: 2014 – 08 – 05;

Assunto: [Projeto de Decreto-Lei que “Clarifica o modo de contagem do tempo de serviço relevante a que se reporta a subalínea ii\) da alínea b\) do n.º 1 do artigo 1.º do Decreto-Lei n.º 88/2012, de 11 de abril – MF – \(Reg. DL 327/2014\).” – n.º 115](#)

Proveniência: Comissão de Assuntos Sociais

Data de Entrada: 2014 – 08 – 27;

Assunto: Petição n.º 21/X - Injustiça originada com a aplicação do artigo n.º 11 do Decreto Legislativo Regional n.º 26/2008/A, de 24 de julho à Carreira Especial de Enfermagem na Região Autónoma dos Açores

Proveniência: Comissão de Assuntos Sociais

Data de Entrada: 2014 – 09 – 03;

Assunto: Petição n.º 25/X - A população da ilha de São Jorge rejeita os Point of Care

Proveniência: Comissão de Assuntos Sociais

Data de Entrada: 2014 – 09 – 03;

Assunto: Audição do Secretário Regional da Saúde, solicitada pelo Grupo Parlamentar do Partido Social Democrata, "Sobre a devolução, pelo Hospital de Ponta Delgada, de muitas centenas de requisições de exames complementares de diagnóstico, muitas delas solicitadas há mais de um ano à Unidade de Saúde da Ilha de São Miguel, para a realização de exames médicos e sobre as declarações do senhor Secretário Regional da Saúde sobre as listas de espera cirúrgica na Região Autónoma dos Açores

Proveniência: Comissão de Assuntos Sociais

Data de Entrada: 2014 – 09 – 03;

Assunto: Audição do Secretário Regional da Educação, Ciência e Cultura, solicitada pelos Grupos Representações Parlamentares do Partido Social Democrata, Centro Democrático e Social - Partido Popular Monárquico "sobre o processo de instalação do Colégio de S. Francisco em Angra do Heroísmo".

Proveniência: Comissão de Assuntos Sociais

Data de Entrada: 2014 – 09 – 03;

Assunto: Relatório sobre a Situação atual e perspetivas futuras das Cooperativas de Laticínios dos Açores

Proveniência: Grupo de Trabalho no âmbito da Comissão de Economia

Data de Entrada: 2014 – 07 – 17;

Assunto: Proposta de Lei n.º 238/XII – Autoriza o Governo a legislar sobre o regime jurídico da exploração e prática do jogo «on-line».- n.º 102- AR

Proveniência: SubComissão de Economia

Data de Entrada: 2014 – 07 – 18;

Assunto: Sobre a Posição da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores relativa ao Programa POSEI 2014-2020.

Proveniência: SubComissão de Economia

Data de Entrada: 2014 – 07 – 23;

Assunto: [Projeto de Decreto-Lei que estabelece o modelo de governação dos Fundos Europeus Estruturais e de Investimento – PCM – \(Reg. DL 284/2014\). N.º 111 OGP](#)

Proveniência: SubComissão de Economia

Data de Entrada: 2014 – 07 – 24;

Assunto: [Projeto de Decreto-Lei que aprova o regulamento das embarcações utilizadas na atividade marítimo turística –MAM– \(Reg. DL 212/2014\).](#)

Proveniência: SubComissão de Economia

Data de Entrada: 2014 – 07 – 24;

Assunto: [Projeto de Resolução que “Aprova o Plano Estratégico de Combate à Violação de Direito de Autor e Direitos Conexos – PCM – \(Reg. R 406/2013\).” – n.º 112 OGP](#)

Proveniência: Comissão de Assuntos Sociais

Data de Entrada: 2014 – 07 – 30;

Assunto: [Projeto de Decreto-Lei Transpõe a Diretiva n.º 2013/60/UE, da Comissão, de 27 de novembro, procedendo à alteração ao Regulamento Relativo a Determinados Elementos e Características dos Veículos a Motor de Duas e Três Rodas, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 86-A/2010, de 15 de julho, ao Regulamento de Homologação de Veículos a Motor de Duas e Três Rodas e Respetivo Indicador de Velocidade, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 30/2002, de 16 de fevereiro, e ao Regulamento Relativo à Instalação dos Dispositivos de Iluminação e de Sinalização Luminosa nos Veículos a Motor de Duas e Três Rodas, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 132/2002, de 14 de maio - ME - \(Reg. DL 321/2014\) – n.º 113/X](#)

Proveniência: SubComissão de Economia

Data de Entrada: 2014 – 08 – 21;

Assunto: [Projeto de Decreto-Lei - Cria o regime jurídico aplicável à produção de eletricidade, destinada ao autoconsumo por Unidades de Produção para Autoconsumo, e o regime jurídico aplicável à produção de eletricidade, vendida na sua totalidade à rede elétrica de serviço público a partir de recursos renováveis, por intermédio de Unidades de Pequena Produção - MAOTE - \(Reg. DL 314/2014\).](#)

Proveniência: SubComissão de Economia

Data de Entrada: 2014 – 09 – 02;

Assunto: [Proposta de Decreto Legislativo Regional n.º 34 – Aprova o quadro plurianual de programação orçamental para o período de 2015 a 2018.](#)

Proveniência: Comissão de Economia

Data de Entrada: 2014 – 09 – 03;

Assunto: [Proposta de Decreto Legislativo Regional n.º 36/X – Quarta alteração ao DLR n.º 7/2008/A, de 24 de março, alterado pelos DLR n.ºs 17/2009/A, de](#)

14 de outubro, 7/2011/A, de 22 de março e 2/2014/A, de 29 de janeiro, que estabelece o regime do Setor Público Empresarial da Região Autónoma dos Açores.

Proveniência: Comissão de Economia

Data de Entrada: 2014 – 09 – 03.

15 – Diários:

Estão presentes nesta Sessão Plenária os Diários n.º s 68, 69 e 70, bem como a Separata n.º 4.

A redatora, Ana Sofia Machado